



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



**AVALIAÇÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
NA REDE PÚBLICA**

SIMONE APARECIDA BORGES DE ARAÚJO

CATALÃO
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ Dissertação ☐ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

SIMONE APARECIDA BORGES DE ARAÚJO

3. Título do trabalho

AVALIAÇÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA REDE PÚBLICA

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Marta Lopes Flores, Professora do Magistério Superior**, em 12/09/2023, às 09:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE APARECIDA BORGES DE ARAÚJO, Discente**, em 12/09/2023, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4032031** e o código CRC **585D207B**.

SIMONE APARECIDA BORGES DE ARAÚJO

**AVALIAÇÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
NA REDE PÚBLICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal de
Catalão, para obtenção do título de
Mestra na Educação.

Área de Concentração: Educação
Fundamental

Linha de Pesquisa: Práticas educativas,
formação de professores e inclusão.

Orientadora: Dra. Maria Marta Lopes
Flores

Catalão

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFCAT.

Araújo, Simone Aparecida Borges
AVALIAÇÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
INTELLECTUAL NA REDE PÚBLICA / Simone Aparecida Borges Araújo.
- 2023.
133, f.

Orientador: Prof. Dr. Maria Marta Lopes Flores.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Catalão,
Faculdade de Educação, Catalão, Programa de Pós-Graduação em
Educação, Catalão, 2023.
Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui abreviaturas.

1. Avaliação escolar. 2. Escolarização. 3. Deficiência intelectual. I.
Flores, Maria Marta Lopes , orient. II. Título.

CDU 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ATA DE Nº. 271 SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO.

ATA DA COMISSÃO EXAMINADORA DESIGNADA PELA COORDENADORIA DO PPGEDUC PARA JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO DE SIMONE APARECIDA BORGES DE ARAÚJO.

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às 09:00 horas, no Miniauditório Sérgio Pereira da Silva - Universidade Federal de Catalão (UFCAT), reuniram-se os componentes da banca examinadora, a Profa. Dra. Maria Marta Lopes Flores - PPGEDUC/FAE/UFCAT - Orientadora; Profa. Dra. Dulcéria Tartuci - PPGEDUC-FAE-UFCAT - Membro Interno; Prof. Dr. Marcos Fernandes Sobrinho - IFGoiano Campus Urutaí- Membro Externo, para, em sessão pública de exame de Defesa de mestrado, de **Simone Aparecida Borges de Araújo**, discente do Programa de Mestrado em Educação – PPGEDUC da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Catalão, área de Concentração Educação, com trabalho intitulado “AVALIAÇÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA REDE PÚBLICA”. A sessão foi aberta pela presidenta da banca, que fez a apresentação formal dos membros da banca. Em seguida, a palavra foi concedida a discente que, procedeu a apresentação da Defesa. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu a examinanda. Durante a arguição os membros da banca não sugeriram alteração do título do trabalho. Terminada a fase de arguição, foi suspensa a Sessão Pública e, em Sessão Secreta, os arguidores atribuíram seus conceitos. Reaberta a Sessão Pública foi anunciado o resultado final: DEFESA APROVADA, fazendo jus, portanto, ao título de **Mestra em Educação**, de acordo com o artigo 57 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação - Regional Catalão/UFCAT Em transição. A Banca Examinadora de Defesa Pública de Dissertação foi realizada em conformidade com a Portaria da CAPES n. 36, de 19 de março de 2020, de acordo com seu segundo artigo: Art. 2. A suspensão de que trata esta Portaria não afasta a possibilidade de defesas de tese utilizando tecnologias de comunicação à distância, quando admissíveis pelo programa de pós-graduação stricto sensu, nos termos da regulamentação do Ministério da Educação. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Programa de Pós-Graduação em Educação da FAE-UFCAT, aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Maria Marta Lopes Flores, Professora do Magistério Superior**, em 10/08/2023, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dulcéria Tartuci, Professora do Magistério Superior**, em 10/08/2023, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Fernandes Sobrinho, Usuário Externo**, em 10/08/2023, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3936377** e o código CRC **63E2FDAA**.

Referência: Processo nº 23070.042435/2023-06

SEI nº 3936377

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**AVALIAÇÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
NA REDE PÚBLICA**

Mestra: Simone Aparecida Borges de Araújo
Orientadora: Dra. Maria Marta Lopes Flores

CATALÃO
2023

A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades.

Paulo Freire

Dedico este trabalho a todos que veem
nas diferenças as igualdades de que
necessitamos para viver em uma
sociedade onde um respeita a
diversidade do outro.

AGRADECIMENTOS

O término deste trabalho representa não apenas a conclusão de um projeto, de uma pesquisa, mas também um sonho realizado, um objetivo atingindo, um propósito alcançado.

Em um primeiro momento, agradeço a Deus, por ter sido o responsável por todo o meu caminhar, sendo de Sua vontade esta minha jornada, tornando meus estudos mais tênues, colocando em meu caminho pessoas que sempre me apoiaram, com palavras de incentivo e muita energia.

Ao meu esposo Ciro, aos meus filhos Mateus e Pedro que, por várias vezes, experimentaram de meus momentos de angústia, insegurança, nervosismo, aulas *on-line*, e deixaram que dividissem com eles o meu desejo de aprendizado durante a pesquisa, compreendendo meu estresse e a ausência da minha parte. Minha família, minha base, meu alicerce, meu orgulho, meu tudo.

Aos meus pais, Laerte e Dalva, que sempre me deram forças para que eu suportasse a caminhada diária em busca do conhecimento, mesmo que não tenham uma compreensão do contexto geral desse estudo, porém estão sempre a postos para me animar com uma palavra de apoio e, acima de tudo, muito amor e oração.

À minha irmã Selma e minha sobrinha Lohanne, que mesmo à distância sempre torceram muito por mim e enviaram energias positivas para que eu pudesse ter forças para concluir essa etapa tão trabalhosa, porém gratificante.

À uma pessoa muito especial que foi uma das responsáveis por eu tentar e ingressar-me na pós-graduação em educação. Dando-me força a todo momento e incentivando a superar cada etapa, por mais árdua que fosse.

À minha orientadora, Professora Dra. Maria Marta Lopes Flores, que a todo momento contribuiu, esclarecendo minhas dúvidas e auxiliando no que fosse necessário para que esta pesquisa se tornasse fonte de conhecimento para mim e para os professores da inclusão, que trabalham com alunos com deficiência intelectual, todo meu carinho para essa pessoa tão especial.

À Dulcéria Tartuci, por todas as contribuições no decorrer de toda a pesquisa e na qualificação, muito obrigada. Ao professor Marcos Fernandes Sobrinho pela presteza em contribuir com o trabalho na qualificação. Foi um prazer conhecê-lo.

Aos professores do Mestrado, toda minha gratidão e admiração por todo conhecimento que nos é transmitido a cada encontro e pela seriedade que administram o Programa de Pós-Graduação.

Ao pessoal da secretaria, que desempenha tão bem o seu papel, todos sempre dispostos a esclarecer-nos nossas dúvidas com a parte burocrática, sempre atenciosos e cordiais.

Ao grupo de pesquisa NEPPEIN, que se constituiu em momentos de aprendizado e troca de experiências.

A todos os colegas do Mestrado, tivemos a oportunidade de realizar a construção de trabalhos em grupo, houve discussões, acertos, desencontros diante das ideias contrárias, mas, acima de tudo, o respeito entre todos.

E não poderia deixar de citar o colega Wellington, que desde o primeiro momento, mesmo sem nos conhecermos pessoalmente, cativou-me profundamente, um agradecimento muito especial a este amigo que por tantas vezes esclareceu minhas dúvidas, clareou-me as ideias, animou-me com seus áudios descontraídos, fez-me rir com seu jeito extrovertido de falar e tamanha desenvoltura e inteligência em expor seus pensamentos, que tornou esse percurso mais tranquilo.

E à colega Samara, uma pessoa maravilhosa, sempre na correria, tinha tempo para responder aos áudios, compartilhar suas angústias e nos aliviar com sábias palavras, uma amiga especial que tive a oportunidade de conhecer pessoalmente, mesmo em tempos de aulas remotas. Obrigada por toda colaboração, carinho e amizade.

A toda equipe do Colégio Estadual, no qual realizei esse trabalho, todos sempre me receberam bem e possibilitaram a realização desta pesquisa e todo aprendizado, principalmente aos professores participantes desta pesquisa, que se prontificaram a responder a todas as questões acerca da avaliação escolar de pessoas com deficiência intelectual em uma escola pública estadual.

Em especial, toda minha gratidão à professora do Atendimento Educacional Especializado, que desde o início nos recebeu de braços abertos, colaborou prontamente sempre que foi solicitada, dando todo subsídio para informar sobre as questões relacionadas aos alunos com deficiência intelectual, atendidos na Sala de Recursos Multifuncional e, agora, após 35 anos atuando na educação, 20 desses dedicados à educação inclusiva, chegou a hora de se aposentar. Parabéns e obrigada por toda sua contribuição.

Por fim, meus agradecimentos a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para que esse projeto de pesquisa se tornasse realidade e sirva como ponto de apoio para professores e estudantes da educação especial.

A ESCOLA

Escola é

... o lugar que se faz amigos.

Não se trata só de prédios, salas, quadros,

Programas, horários, conceitos...

Escola é sobretudo, gente

Gente que trabalha, que estuda

Que alegra, se conhece, se estima.

O Diretor é gente,

O coordenador é gente,

O professor é gente,

O aluno é gente,

Cada funcionário é gente.

E a escola será cada vez melhor

Na medida em que cada um se comporte

Como colega, amigo, irmão.

Nada de “ilha cercada de gente por todos os lados”

Nada de conviver com as pessoas e depois,

Descobrir que não tem amizade a ninguém.

Nada de ser como tijolo que forma a parede,

Indiferente, frio, só.

Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar,

É também criar laços de amizade, É criar ambiente de camaradagem,

É conviver, é se “amarrar nela”!

Ora é lógico...

Numa escola assim vai ser fácil! Estudar, trabalhar, crescer,

Fazer amigos, educar-se, ser feliz.

É por aqui que podemos começar a melhorar o mundo.

Paulo Freire

RESUMO

De acordo com último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), a investigação apresentou que os cidadãos com deficiência no Brasil foram calculados em 18,6 milhões de indivíduos, maiores de dois anos de idade. Que se refere a 8,9% da população dessa faixa etária. A representação faz parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Os dados da PNAD mostram também que as pessoas com deficiência estão menos inseridas no mercado de trabalho, nas escolas – e, por consequência, tem acesso a renda mais dificultado. Segundo o levantamento, a taxa de analfabetismo para pessoas com deficiência foi de 19,5%, enquanto para as pessoas sem deficiência foi de 4,1%. As escolas de ensino regular da rede pública estadual desenvolvem atividades que contemplam a educação especial na perspectiva inclusiva, que buscam garantir a participação e aprendizado de todos os alunos, independentemente de suas habilidades, necessidades ou características individuais. Os alunos com deficiência intelectual (DI) são matriculados em salas comuns e nas salas do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Desta forma, esse trabalho de pesquisa traz o seguinte problema: como ocorre a avaliação escolar de pessoas com deficiência intelectual na escolarização? Diante deste problema os objetivos apresentados são compreender como acontece o processo de avaliação escolar, na escolarização dos alunos com deficiência intelectual, investigar e identificar a maneira que tem acontecido a avaliação dos alunos com observar e examinar a maneira que as avaliações subsidiam os professores em relação às práticas pedagógicas futuras, verificar e analisar os critérios que os docentes utilizam para avaliar alunos com deficiência intelectual. Como processo metodológico foi realizada através, de pesquisa qualitativa, utilizando instrumentos para coletar os dados. Este trabalho foi motivado pela necessidade de fazer um estudo sobre como acontece a avaliação escolar de pessoas com deficiência intelectual, visto que este é um tema que vem sendo amplamente discutido no campo da inclusão. A pesquisa aconteceu em uma escola pública estadual. Participaram desta pesquisa seis alunos com deficiência intelectual, com laudos médico, matriculados em salas de aulas comuns, três professoras de apoio à inclusão, três professores regente, que atuam em salas de aulas nas quais esses alunos estão matriculados, uma professora do AEE que atende esses alunos no contraturno, na Sala de Recursos Multifuncionais. As informações foram coletadas por meio dos instrumentos como a entrevista semiestruturada, observação participativa e análise documental. Todos esses instrumentos auxiliaram para demonstrar as vivências diárias, que apresentam o processo de avaliação escolar dos alunos com deficiência intelectual. As análises indicam as seguintes categorias: Avaliação é uma concepção que nomeia os objetivos delineados; Caroneiros e Laudo médico; Flexibilidade da avaliação; Leitura, escrita e avaliação; Avaliação como promotora da aprendizagem. Os resultados encontrados a partir das conclusões das análises, apresentam um contexto sobre a avaliação, onde os professores avaliam não apenas os conhecimentos acadêmicos, mas também todo o processo de aprendizado e crescimento desses alunos, valorizando sua evolução e seu desempenho em relação a suas potencialidades. Esse é um processo contínuo e é por meio desse processo que os professores percebem que o aluno pode ou não ser promovido para série seguinte.

Palavras-chave: Avaliação escolar; Escolarização; Deficiência intelectual.

ABSTRACT

According to the last census carried out by the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), the investigation showed that citizens with disabilities in Brazil were estimated at 18,6 million individuals, over two years of age. Which refers to 8,9% of the population in this age group. The representation is part of the National Household Sample Survey (PNAD) PNAD data also show that people with disabilities are less included in the job market, in schools – and, consequently, have more difficult access to income. According to the survey, the illiteracy rate for people with disabilities was 19,5%, while for people without disabilities it was 4,1%. Regular schools in the state public network develop activities that include special education from an inclusive perspective, that seek to ensure the participation and learning of all students, regardless of their abilities, individual needs or characteristics. Students with intellectual disabilities (DI) are enrolled in common classrooms and in Specialized Educational Assistance (AEE) classrooms. In this way, this research work brings the following problem: how is the school evaluation of people with intellectual disability in schooling? Faced with this problem, the objectives presented are to understand how the school evaluation process takes place, in the schooling of students with intellectual disabilities, to investigate and identify the way that the evolution of students has happened, to observe and examine the way that that evaluation of students has happened, to observe and examine the way that evaluations subsidize teachers in relation to future pedagogical practices, verify and analyze the criteria that teachers use to evaluate students with intellectual disabilities. As a methodological process, it was carried out through qualitative research, using instruments to collect data. This work was motivated by the need to carry out a study on how the school evaluation of people with intellectual disabilities takes place, since this is a topic that has been widely discussed in the field of inclusion. The research took place in a state public school. Six students with intellectual disabilities participated in this research, with medical reports, enrolled in common classrooms, three support teachers for inclusion, three regent teachers, who work in classrooms in which these students are enrolled, as AEE teacher who attends these students after school hours, in the Multifunctional Resource Room. Information was collected through instruments such as semi-structured interviews, participatory observation, and document analysis. All these instruments helped to demonstrate the daily experiences, which present the school evaluation process of students with intellectual disabilities. The analyzes indicate the following categories: Assessment as a promoter of learning. The results found from the conclusions of the analyzes, present a context about the evaluation, where the teachers evaluate not only the academic knowledge, but also the entire process of learning and growth of these students, valuing their evolution and their evolution and it is their potential. This is a continuous process, and it is through this process that teachers realize that the student may or may not be promoted to the next grade.

Keywords: School evaluation; Schooling; Intellectual disability.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURA

AAIDD	Association on Intellectual and Development Disabilities
AARM	Associação American de Retardo Mental
ABA	Applied Behavior Analysis
AEE	Atendimento Educacional Especializado
AH/SD	Altas Habilidades e Super Dotação
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação
APA	American Psychiatric Association
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CAIC	Centro de Atenção Integral a Crianças e ao Adolescente
CID	Classificação Internacional de Doenças
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRE	Coordenação Regional de Educação
DI	Deficiência Intelectual
EaD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
NEPPEIN	Núcleo de Estudo e Pesquisa em Práticas Educativas e Inclusão
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização Nacional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNEEPI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão
SCIELO	Scientific Electronic Library
SEM	Sala de Recurso Multifuncional
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UFCAT	Universidade Federal de Catalão
UFG	Universidade Federal de Goiás

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Ficha de avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento do estudante	109
ANEXO B – Diário de registro de avaliação da aprendizagem do desenvolvimento do estudante	111
ANEXO C – Diário de registro do professor regente	113

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A Termo de anuência destinado à coordenadora regional de educação	115
APÊNDICE B Termo de anuência destinado à diretora escolar	116
APÊNDICE C Termo de consentimento livre esclarecimento dos professores	117
APÊNDICE D Roteiro de entrevista com professores de apoio à inclusão	120
APÊNDICE E Roteiro de entrevista com professor de atendimento educacional especializado (AEE)	123
APÊNDICE F Roteiro de entrevista com professores regente	126
APÊNDICE G Roteiro de observação participativa	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Professores participantes	48
Quadro 2 Alunos com deficiência intelectual matriculados na escola selecionada	50

NOTA NAS TESES/DISSERTAÇÕES

Os Programas de Pós-Graduação stricto sensu em funcionamento na Universidade Federal de Catalão (UFCAT), em virtude de procedimentos técnicos relacionados à CAPES, continuam provisoriamente vinculados à Universidade Federal de Goiás (UFG), por isso, todos os elementos pré-textuais do trabalho apresentado estão identificados como Universidade Federal de Goiás/Universidade Federal de Catalão em implantação, em função da migração da BDTD ter ocorrido a partir de 16 de agosto de 2021, assim como pelo fato das pesquisas e produtos serem realizados na UFCAT

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	16
INTRODUÇÃO	19
SEÇÃO I	
CONCEPÇÕES ACERCA DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, AVALIAÇÃO ESCOLAR E ESCOLARIZAÇÃO	33
1.1 Deficiência intelectual: concepções históricas e atualidades	34
1.2 Avaliação escolar no âmbito da educação especial e escola inclusiva	36
1.3 Escolarização do aluno com deficiência intelectual: a construção do conhecimento.....	39
SEÇÃO II	
REFLEXÕES A RESPEITO OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS UTILIZANDO INSTRUMENTOS PARA ACESSAR OS DADOS COM INTUITO DE ADQUIRIR INFORMAÇÕES	42
2.1 Procedimentos éticos da pesquisa	43
2.2 Escolha da escola lócus da pesquisa	44
2.3 Participantes da pesquisa	44
2.3.1 Escola participante da pesquisa	45
2.3.2 Professores participantes da pesquisa	48
2.3.3 Alunos participantes da pesquisa	50
2.4 As entrevistas semiestruturadas	50
2.4.1 As transcrições das pesquisas	55
2.5 As observações participativas.....	60
2.6 Análise Documental	66
SEÇÃO III	
NARRATIVAS EM RELAÇÃO AS REFLEXÕES REALIZADAS POR MEIO DAS ENTREVISTAS, OBSERVAÇÕES E DOCUMENTOS ANALISADOS	69
3.1 Análises das entrevistas e das observações realizadas no âmbito escolar	69

3.1.1 Avaliação é uma concepção que nomeia os objetivos delineados	70
3.1.2 Flexibilização da aprendizagem	74
3.1.3 Avaliação como promotora da aprendizagem	77
3.1.4 Leitura, escrita e avaliação	81
3.1.5. Laudo médico e Caroneiros	87
3.2 Análises dos documentos investigados com intuito de aquisição de informações.....	90

SEÇÃO IV

DISCUSSÕES SOBRE OS RESULTADOS ENCONTRADOS DIANTES DO DIAGNOSTICO CONSTITUIDO POR MEIO DOS DISPOSITIVOS UTILIZADOS.....	98
---	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105
----------------------------------	-----

ANEXOS	111
--------------	-----

APÊNDICES	117
-----------------	-----

NOTA NAS TESES/DISSERTAÇÕES

Os Programas de Pós-Graduação stricto sensu em funcionamento na Universidade Federal de Catalão (UFCAT), em virtude de procedimentos técnicos relacionados à CAPES, continuam provisoriamente vinculados à Universidade Federal de Goiás (UFG), por isso, todos os elementos pré-textuais do trabalho apresentado estão identificados como Universidade Federal de Goiás/Universidade Federal de Catalão em implantação, em função da migração da BDTD ter ocorrido a partir de 16 de agosto de 2021, assim como pelo fato das pesquisas e produtos serem realizados na UFCAT

APRESENTAÇÃO

A produção desse trabalho se deu a partir da necessidade de refletir sobre minha vida profissional. Sou professora na Rede Estadual de Educação há 29 anos, atuo na área da inclusão há mais de 10 anos como professora de apoio à inclusão, passando por professor itinerante e profissional de apoio, títulos dados ao educador responsável alunos com necessidades educacionais especiais.

Iniciei minha vida no campo da educação como monitora, enquanto cursava o magistério, ao finar do segundo grau, tive a oportunidade de realizar um concurso na área da educação, da Rede Estadual de Goiás, no qual fui aprovada e logo iniciei como professora regente, no Ensino Fundamental I, na cidade de Ipameri- Goiás. No início do ano de 1995, me submeti a um concurso na Rede Municipal da cidade de Ipameri, fui aprovada nas primeiras colocações e iniciei meu trabalho com a Educação Infantil, em março do mesmo ano, infelizmente essa experiência maravilhosa durou apenas oito meses, pois, no final do ano de 1995, casei-me e mudei-me para Catalão-Goiás.

Ingressei na graduação, no curso de Pedagogia, através do vestibular, no ano de 1994, (enquanto ainda morava em Ipameri-Goiás, na Universidade Federal de Goiás, Campus de Catalão, a empolgação era tamanha que o cansaço e a distância a ser percorrida diariamente não eram problemas para quem queria adquirir novos conhecimentos acerca do mundo tão diversificado da educação. No início de 1996, já morando em Catalão-Goiás, comecei a trabalhar no Ensino Fundamental na Escola CAIC que, mesmo sendo municipal, mantinha um convênio com a prefeitura do município, mas durou apenas um ano, em 1997, fui transferida para a Escola Estadual Maria das Dores Campos, onde permaneci por 11 anos e conheci o trabalho que era feito com as crianças da educação especial, que até então não era do meu conhecimento, a não ser em escolas especializadas. Em 1999 prestei concurso novamente na Rede Estadual, agora com diploma de Pedagogia, sendo identificada como professora de nível três, dentro da classificação atribuída aos professores da Rede Estadual, de acordo com o grau de escolaridade. Como obtive uma boa classificação no concurso, logo comecei a trabalhar, na mesma escola em que já trabalhava, Escola Estadual Maria das Dores Campos, ministrando aulas de diferentes disciplinas (português, geografia, história, ciências e arte) em uma turma do Ensino Fundamental II.

Em 2008 fui transferida para a Escola Estadual Dr. David Persicano, na qual só contava com as séries iniciais e finais do Ensino Fundamental, isto é, do 1º ano ao 9º ano. Hoje estou modulada como professora regente em um período, e como professora de apoio à inclusão no outro período, no colégio acima citado.

Em meio a tantas mudanças em relação à educação, salas de aula fechando, professores tendo que ser modulados em suas áreas específicas, a atuação do pedagogo era prejudicada. Então, em 2009, resolvi cursar Artes Visuais, na UFG, porém na modalidade a distância, onde tive a oportunidade de participar de uma disciplina na área da inclusão, Libras, que era obrigatória no curso e achei que foi de grande valia.

A partir do momento em que iniciei atuando com os alunos público-alvo da educação especial, vi a necessidade de ampliar meus conhecimentos acerca desse tema. Tendo realizado uma Especialização em Psicopedagogia, diploma que era necessário para ser modulada como professora de apoio. Isso ainda não era tudo o que era preciso para que eu pudesse entender com clareza sobre as deficiências dos alunos. Era necessário um aprofundamento nesta área. Neste período, trabalhei com alunos com deficiências diversas, inclusive deficiência intelectual (D.I), a qual faz parte do tema da pesquisa. Sentia-me perdida em meio as barreiras encontradas para trabalhar com os alunos com necessidades educacionais especiais, mesmo recebendo informações em “cursos” de quatro horas de duração, semanais ou quinzenais, oferecidos por uma Equipe Multifuncional da Coordenação Regional de Educação (CRE), não era suficiente para conseguir auxiliar os alunos a se desenvolverem de acordo com suas possibilidades.

Percebendo a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre as questões acerca dos alunos com deficiência intelectual, comecei a fazer pesquisas através de trabalhos relacionados ao tema, analisando vídeos, mas faltava algo para completar meus anseios em relação à maior compreensão sobre as práticas educativas que envolvem as atividades realizadas com esses alunos.

Então, depois de 22 anos do término da minha graduação em Pedagogia e 9 anos da graduação em Artes Visuais, tentei ingressar no Mestrado. Minha preocupação com a questão da inclusão era tamanha, que elaborei um projeto que abrangeu várias esferas dentro deste tema. Contemplei nesse projeto a formação dos professores, a prática educativa e a inclusão. Fiz a seleção para o Mestrado, fui aprovada e ingressei no grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas em Práticas Educativas e Inclusão (NEPPEIN).

Ao iniciar os estudos, percebi a importância de focar em um tema que gerasse uma discussão baseada numa realidade acessível, não seria possível englobar todos os temas os quais havia citado no primeiro projeto. Sendo assim, reformulamos o projeto de pesquisa e definimos como tema “A avaliação de pessoas com deficiência intelectual em uma escola pública estadual”, esse será nosso ponto de partida.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, no Art. 206, passa a garantir o ensino para todos em igualdade de condições. No Art. 207, consta que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, entre outras coisas, o direito à educação, à cultura, ao respeito, além de colocá-los a salvo de discriminação e violência (BRASIL, 1988).

Ao considerar as diferenças como parte integrante da condição humana e, portanto, da aprendizagem escolar, a escola abre o espaço para as mudanças e dá o primeiro passo em direção ao respeito às deficiências e torna-se capaz de inaugurar um novo espaço para aqueles com deficiência intelectual, que ao considerar suas especificidades, atua na direção de seu desenvolvimento pleno, mesmo que este possa ser, em alguns casos, substancialmente diferente da maioria dos alunos. (OLIVEIRA, 2010, p.18).

De acordo com a legislação federal vigente, a educação de alunos com deficiência deve ocorrer nas escolas comuns. A Educação Especial, considerada como modalidade de ensino, na perspectiva da educação inclusiva, perpassa todos os níveis de escolarização: a Educação Infantil, Fundamental, Ensino Médio e Superior (BRASIL, 2008).

No contexto das inúmeras mudanças sociais que resultaram em intenso processo de urbanização e de industrialização do país, nas primeiras décadas do século 20, muitas crianças, inclusive aquelas com deficiência, passaram a frequentar as escolas públicas (VALENTIM, 2011).

Antes de se instituir as classes especiais, as crianças com deficiência encontravam-se internadas em hospitais psiquiátricos ou permaneciam em casa, sem acesso à educação (BORGES, 2015). Aos poucos, as escolas especiais foram constituindo-se como local de escolarização das crianças com deficiência, e as classes especiais permaneceram atendendo a clientela que não podia ser denominada de excepcional e que, ao mesmo tempo não se encaixava nos critérios de normalidade impostos socialmente (BORGES; CAMPOS, 2018).

De acordo com os fatos existentes nas escolas públicas, percebe-se que ainda existem muitas falhas em relação ao que deveria ser o adequado no que tange ao atendimento, utilizando recursos que inclua as pessoas no processo de ensino-aprendizagem, não apenas deixá-las permanecer dentro da escola. É preciso que o aluno seja incluído, podendo aprender, pois é um direito dele. A inclusão contesta a questão da

diferenciação e, nessa perspectiva, é necessário que as instituições de ensino repensem toda a concepção sobre o ensino heterogêneo. Sendo uma função bem difícil para a escola que se adaptou com esse tipo de sistema, acabando por deixar de fora todo tipo de diferença (BATISTA; CARDOSO, 2020, p. 2).

A inclusão escolar, dentro das diretrizes internacionais, vem-se formando como preferencial na legislação brasileira desde a década de noventa, apoiando-se na concepção da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). A legislação nacional traz uma hipótese de que a educação inclusiva se evidencia como uma expansão do ingresso à educação dos povos tradicionalmente esquecidos em relação a sua classe, etnia, gênero, idade, deficiência e outros (REIS; ROSS, 2008,).

Começamos, então, a observar mais de perto como acontece esse processo de avaliação e de escolarização das pessoas com deficiência intelectual. Para isso, percebemos que o importante é valorizar as experiências acadêmicas dos alunos com deficiência intelectual, pois através delas o professor poderá verificar como está o aprendizado desses alunos e o que é preciso ser melhorado em relação às práticas de ensino, para que esse aluno possa avançar para o ano seguinte.

A avaliação escolar enquanto prática tradicional reduz a avaliação ao ato de classificar e selecionar os que se adaptam ao sistema normativo, desconsiderando e excluindo aqueles que não acompanham o ritmo de ensino-aprendizagem. (BAPTISTA; PALHANO; PEREIRA, 2017, p. 3).

Com o intuito de refletir sobre como se dá o processo de avaliação escolar de pessoas com deficiência intelectual e sua escolarização no contexto da escola regular, nesse capítulo, tentamos apresentar os caminhos percorridos ao longo da pesquisa para encontrar fatores que mostram como tem ocorrido tal processo. Sendo que as pessoas com deficiência intelectual fazem parte de um grupo que foi beneficiado com a Lei Brasileira da Inclusão (LBI), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, (BRASIL, 2015).

A Constituição de 1988 assegurou às pessoas com deficiência o direito a uma inclusão em torno de sua vida social, porém alguns obstáculos continuaram atrapalhando para que essas pessoas pudessem atuar com paridade em relação as outras. Então acontece a Convenção da ONU, que trata sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, em 2008, certificando a igualdade de Emenda Constitucional, neste ponto, o Brasil define um marco na história dos direitos humanos.

Tendo as pessoas com deficiência recebido amparo nas leis, para ter acesso à escola regular, em classes comuns, é necessário verificar como esse processo tem acontecido na realidade do âmbito escolar, assim sendo, para tal pesquisa fizemos uso de procedimentos que nos subsidiariam para que pudéssemos investigar e compreender a avaliação escolar e a escolarização de pessoas com deficiência intelectual no universo inclusivo.

Esse trabalho visa entender como se dá o processo avaliativo de pessoas com deficiência intelectual, bem como a escolarização delas, numa escola regular, em sala comum. Sabendo que este é um processo de avaliação escolar e escolarização, faz parte da realidade de todos os alunos público-alvo da educação especial, portanto escolhemos os alunos com deficiência intelectual como participantes de nossa pesquisa, por entender que existe um número grande entre os matriculados e que também requer nossa atenção.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 5% da população apresenta deficiência intelectual, a ideia continua sendo que seja apenas 3%. Concordamos com Almeida (2012), que mais de 80% das crianças com deficiência intelectual apresentam um nível leve de deficiência, e que há muito tempo essas crianças já não são mais alunos da escola especial.

Esta pesquisa visa investigar como tem ocorrido a avaliação escolar de pessoas com deficiência intelectual na escolarização, em uma escola pública estadual. Dados do Ministério da Educação (BRASIL, 2008) demonstram que 47% dos alunos matriculados em modalidades da Educação Especial apresentam deficiência intelectual. E esse número vem crescendo, visto que a política educacional em vigor contribui para a inclusão de alunos com necessidades especiais em turmas comuns, e não mais incentiva os serviços especializado substitutivos.

A Constituição Da República Federativa do Brasil de 1988(BRASIL, 1988) e a Lei nº 9.394 -LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) apresentam ponderações essenciais sobre o acréscimo de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular, confirmando a semelhança de possibilidades para todos. Dessa forma, a questão da permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais sofreu transformações acerca do método de ensino e das avaliações, além de investir na capacitação dos profissionais da educação, para que tenham conhecimento sobre o divergente e para que não haja apenas uma inserção na sala de aula (BAPTISTA; PALHANO; PEREIRA, 2017).

Compreendemos que a avaliação é parte de um todo, ligado diretamente ao processo de ensino-aprendizagem, sendo a base para que o professor identifique as potencialidades e limitações de seus alunos, além de subsidiar as práticas pedagógicas que auxiliam os processos qualitativos de ensino-aprendizagem, na perspectiva da inclusão escolar. Concordamos com Rodrigues (2019), que a avaliação inclusiva deve estar atrelada à atenção diversificada, mediante a adaptação do currículo às diferentes características e necessidades educativas de cada educando.

Muitas vezes é feita uma avaliação através de conceitos já estabelecidos sobre as pessoas com deficiência intelectual, lembramos que Vygotsky (1997), ao tratar da Educação Especial em seu tempo, reiterou o argumento de que o objetivo da educação do aluno com deficiência deve ser o mesmo que o dos alunos sem deficiência. Cabe ao professor procurar meios para que o aluno com deficiência intelectual se desenvolva, pois

[...] a avaliação é um processo complexo capaz de mexer com a autoestima das pessoas, influenciando e alterando a percepção de sua autoimagem, o que repercute decisivamente no decurso da aprendizagem e aumenta a responsabilidade e a necessidade de um trabalho afetivo, ampliando as chances de êxito na esfera educativa. (RODRIGUES, P.01, 2019).

Tendo como objetivo desse trabalho de pesquisa é compreender como acontece o processo de avaliação escolar, dos alunos com deficiência intelectual, na escolarização,

Como objetivos específicos investigar e identificar de que forma tem acontecido a avaliação dos alunos com D.I., observar e examinar como as avaliações subsidiam os professores em relação às práticas pedagógicas futuras, verificar e analisar os critérios que os docentes utilizam para avaliar alunos com D.I., como base de apoio para promoção desse aluno em relação a sua escolarização.

Este trabalho tem como justificativa a necessidade de apresentar um estudo acerca da avaliação escolar e a escolarização de pessoas com deficiência intelectual, pois é um assunto que vem sendo bastante discutido no âmbito da inclusão. Além disso, a importância de conhecer como se dá o processo de avaliação escolar das pessoas com deficiência intelectual, verificar as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores, identificar as estratégias de avaliação usadas, para valorizar as capacidades dos alunos, favorecendo a promoção e o aprendizado.

Concordamos com Plestch e Glat (2015) que a inclusão de pessoas com deficiência em salas de aulas comuns é uma realidade desde a década de 1990, porém

com a promulgação da Lei da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e das Diretrizes do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade de Educação Especial (BRASIL, 2009), tem havido maior ênfase tanto nos estudos acadêmicos quanto nas mídias.

Segundo Rodrigues (2019), o método usado em 99% das escolas é bastante antiquado para a década de 2020, já que esse tipo de avaliação foi utilizado há tempos e não é um método inclusivo. Diz ainda que é mais interessante para o aluno com deficiência intelectual ser avaliado através de estratégias que utilizem materiais concretos, porque assim a abstração do conhecimento é mais significativa, diminuindo obstáculos.

Em relação às pessoas com deficiência intelectual, pode-se dizer que é um grupo bastante diversificado e ainda surgem muitas dúvidas sobre a inclusão delas, pois existe a dificuldade de escolarização que é descoberta ao iniciarem sua vida escolar, mesmo em pessoas com limitações descobertas anteriormente. Concordamos com Maturama e Mendes (2015), ao afirmarem que os alunos com deficiência intelectual podem usufruir de uma escolarização em classe comum, de uma certa forma, pois em escolas antigas de vários países, a inclusão possuía dois lados, a escolarização de pessoas com deficiência intelectual e para quem não possuía nenhuma deficiência, sendo escolas comuns e especiais.

O intento desse trabalho é identificar as estratégias que auxiliem o professor em sua jornada de trabalho, aliada diretamente ao ensino-aprendizagem das pessoas com deficiência intelectual e ao processo de escolarização.

Lima e Mendes (2011) ressaltam a importância do tema sobre a escolarização e a educação das pessoas com deficiência, pois tem sido um assunto bastante relevante, nos últimos tempos, uma vez que historicamente falando, essas pessoas não poderiam ser educadas, principalmente em se tratando de casos mais agudos da deficiência intelectual. Surgindo, então, mais discussões acerca da educação inclusiva e suas extensões políticas, sendo reforçada a partir dos anos 2000, quando foi elaborada a atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), tendo como um de seus principais objetivos garantir a inclusão das pessoas com deficiências e outros transtornos numa educação com atendimento especializado, bem como garantir profissionais da educação na área da inclusão, dentre outras acessibilidades necessárias ao desenvolvimento de cada um.

Nesse contexto e dentro de uma perspectiva de escola democrática, torna bastante importante conhecer a perspectiva daqueles que no cotidiano escolar sofrem os impactos diretos das políticas emanadas dos órgãos governamentais sem, na maioria das vezes, participarem diretamente em sua elaboração e sem terem a real dimensão da sua finalidade. (LIMA; MENDES, 2011, p. 197).

Pensando em um estudo que corroborasse com essa pesquisa e compreendendo que em cada momento surgem novos contextos históricos, políticos, sociais que possam mudar o contexto atual da educação inclusiva, o que não é de todo ruim, pois sabemos que muitas transformações foram pelo bem maior das pessoas com deficiência, destaca-se a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que “Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência” (BRASIL, 2015, p. 8):

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015, p. 8).

Nesse sentido, pensar em avaliação escolar de pessoas com deficiência intelectual e sua escolarização é buscar conhecer as formas como tem sido assegurado o direito de permanecer na escola e como tem ocorrido as condições de igualdade dentro da inclusão, favorecendo o aprendizado desses alunos, acreditando em suas potencialidades.

A pesquisa tem como um dos pontos de estudos as dissertações e artigos já produzidas para aquisição de conhecimentos. “Pesquisa é o ato pelo qual procuramos obter conhecimento sobre alguma coisa” (GATTI, 2010, p. 9), assim se pode estabelecer uma discussão sobre o tema, com autores renomados para subsidiar teoricamente a pesquisa.

Foram usados descritores relevantes ao tema: deficiência intelectual, avaliação escolar, e escolarização. As buscas foram executadas nas plataformas Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), seguindo o marco temporal entre 2010 e 2020. O levantamento bibliográfico é importante para a delimitação do problema em um projeto de pesquisa e para saber sobre o estado atual dos conhecimentos sobre um tema, suas lacunas e a contribuição da investigação, por isso é importante ser realizado no início dos estudos e deve ser aprimorado ao longo de todo o trabalho de pesquisa

Realizamos um passeio acadêmico pelas plataformas de pesquisas, usando descritores diversos, na tentativa de chegar a um ponto em comum, entre nossos pensamentos e as pesquisas já realizadas acerca do tema avaliação de pessoas com deficiência intelectual e sua escolarização. Após algumas buscas aleatórias, foi possível delimitar com maior segurança os descritores, que ficou sendo: avaliação escolar, deficiência intelectual e escolarização, bem como demarcar o problema de pesquisa,

A primeira plataforma escolhida, para realização do levantamento bibliográfico, foi a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), pois ela é um órgão que possui uma vasta quantidade de trabalhos, que podem ser acessados, de forma livre e segura.

Percebemos a necessidade de aprofundar ainda mais em nossos estudos, instituímos uma outra plataforma de pesquisa, onde pudéssemos encontrar artigos que também trabalhassem esse tema, ou temas parecidos. Escolhemos a plataforma Scielo, que é uma biblioteca digital eletrônica científica online de livre acesso, que publica coleções de periódicos totalmente ou títulos separadamente. Desde 2002 conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), em suas publicações. E nos possibilita a várias oportunidades para completar nossas leituras, incluindo textos internacionais aumentando a qualidade de nosso conhecimento.

Fizemos uma primeira pesquisa na plataforma Scielo, agregando os três descritores, avaliação escolar, deficiência intelectual e escolarização, de uma única vez, os resultados encontrados não foram satisfatórios, pois não foi encontrado nenhum trabalho relacionado.

Na tentativa de atingir o objetivo com afinco, partimos para uma outra plataforma, também de grande importância na área da educação, a ANPED, usando o marco temporal entre os anos de 2010 a 2020, foi realizada uma pesquisa na plataforma da ANPED, que é onde acontecem reuniões bienalmente, para discutir assuntos relacionada a educação e tudo que permeia esse assunto. Escolhemos o grupo de trabalho 15, (GT 15) por se tratar de Educação Especial. Fizemos uma pesquisa nos trabalhos apresentados, nas reuniões que aconteceram entre os anos citados, levando em consideração os descritores escolhidos para os nossos trabalhos, que são avaliação escolar, deficiência intelectual e escolarização. Foram selecionados trabalhos relacionados ao tema, através da leitura do título do resumo. Destacamos em uma primeira pesquisa 09 trabalhos relacionados ao tema, porém de diferentes reuniões, realizadas em anos variados. Inclusive 03 trabalhos

apresentados no ano de 2021, chamou a atenção pois trata do tema em questão, por esse motivo foi selecionada para o quadro abaixo juntamente com as outras que aconteceram entre os anos de 2010 e 2020.

Esse levantamento bibliográfico abrange uma cadeia de pesquisa que foram examinadas em busca de um entendimento, com o objetivo de atingir o estudo proposto em relação ao projeto de pesquisa apresentado; verificando o pensamento de outros pesquisadores acerca da avaliação escolar e escolarização de pessoas com deficiência intelectual.

Depois de uma ampla pesquisa, os trabalhos foram selecionados, e foi feita uma análise criteriosa de cada trabalho, na perspectiva de uma reflexão sobre cada um, para constatação de proximidade em relação com o tema em estudo e com os descritores previstos para a produção desta pesquisa.

Ao realizar a leitura desses trabalhos foi possível viabilizar considerações acerca dos estudos sobre a avaliação escolar de pessoas com deficiência intelectual e sua escolarização dentro do contexto escolar, dentre outros assuntos que também estão ligados diretamente ao tema. Como podemos confirmar através do trabalho de Borges e Campos (2018).

E por fim finalizamos a discussão sobre os trabalhos relacionados à esta pesquisa com a certeza de poder contribuir com nossas reflexões sobre como está acontecendo a avaliação de pessoas com deficiência intelectual nas escolas regulares em salas comuns.

Nossa pesquisa, tem o intuito de mostrar como tem sido a realidade das escolas estaduais em relação a avaliação escolar de pessoas com deficiência intelectual e as discussões realizadas aqui, são pertinentes para que haja uma interpretação sobre o mundo da inclusão, principalmente em relação às pessoas com deficiência intelectual e a maneira que estão sendo avaliadas. Segundo Luckesi (2011, p. 29), “o educando não vem para a escola ser submetido a um processo seletivo, mas sim para aprender e, para tanto, necessita do investimento da escola e de seus educadores, tendo em vista efetivamente aprender”. De acordo com essa afirmação podemos perceber que a avaliação é fundamental na educação inclusiva durante as atividades pedagógicas, auxiliando a escolarização do aluno e seu desempenho escolar e como ele realiza as atividades.

Todas essas discussões levaram-nos a perceber que existem muitos caminhos que podem ser trilhados, para que a realidade da inclusão possa ser diferente, e essas possibilidades apresentam um avanço, onde os alunos Público-alvo da Educação Especial, que nessa pesquisa serão os alunos com deficiência intelectual, consiga ter oportunidades de uma escolarização. Segundo Baptista, Palhano e Pereira (2017) esse aprendizado não pode ser apenas de leitura e escrita, mas também acerca de temas como: cultura, sociais, históricos, políticos, religiosos, econômicos, mostrando que se investir em educação de qualidade, se faz boas escolas inclusivas.

A partir desse estudo podemos contar com uma gama de autores que fizeram parte da trajetória desta pesquisa, contribuindo para a construção do conhecimento acerca do tema em estudo, “o conhecimento obtido pela pesquisa é um conhecimento situado, vinculado a critérios de escolha e interpretação de dados, qualquer que seja a natureza destes dados” (GATTI, 2010, p. 10), para subsidiar cada reflexão sobre os principais pontos: a avaliação e a escolarização de pessoas com deficiência intelectual.

Abordamos a pesquisa qualitativa, que tem como característica investigar os fatos diretamente no local e descrever os resultados, preocupa-se com os acontecimentos em si, mais do que com o produto, os dados são analisados intuitivamente, o significado é a maior importância desta pesquisa (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Para a realização da pesquisa utilizamos como procedimentos a análise documental que, conforme expressa Sá Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5), “[...] um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”.

Além da entrevista semiestruturada que, segundo Manzini (2004), é usada para apontar ideias acerca de concepções, expectativas e opiniões sobre acontecimentos ou instrumentos ou também para auxiliar pareceres a respeito de ocorrências que porventura não foram presenciadas pelo pesquisador, até mesmo historicamente falando, sem esquecer que as investigações ocorridas foram realizadas através de situações ou ocorrências.

E a observação participativa, que de acordo com Tura (2003), a observação promove uma interação do pesquisador em várias atitudes, como situar, registrar e narrar as situações do dia a dia como fonte principal, acreditamos que existam diferentes formas para acessarmos as informações sobre a avaliação das pessoas com deficiência intelectual e sua escolarização.

Salienta-se que as pessoas com deficiência intelectual podem ser avaliadas de forma que seu aprendizado diário seja considerado como uma escolarização básica para uma inclusão com mais igualdade, tanto dentro da escola, como na sociedade como um todo.

Esse é um tipo de metodologia que pode ser usada tanto no método qualitativo, quanto no quantitativo, pois tem o intuito de procurar informações concretas nos documentos pesquisados para tal estudo. É o que podemos confirmar em Minayo (2009, p. 21), que é a pesquisa qualitativa um processo metodológico compreendido como instrumento de uma interpretação detalhada, em profundidade dos fatos que estão sendo investigados.

A entrevista semiestruturada, um dos procedimentos adotados por acreditar que este é um meio pelo qual teremos acesso a informações valiosas sobre o tema em estudo, é uma forma de coletar dados subjetivos para realização de uma pesquisa qualitativa. É uma técnica importante para que esses dados sirvam de subsídios diante de uma pesquisa qualitativa. Algumas informações não podem ser obtidas somente por meio de pesquisa bibliográfica ou de uma simples observação, a única forma de coletá-las é através de entrevistas.

Assim fizemos uso da entrevista semiestruturada que, de acordo com Trivinos (1987, p.152), auxilia não apenas em conhecer os fenômenos sociais, como também ajuda a termos uma interpretação na totalidade e ainda mantém uma presença direta do pesquisador, ao passo que adquire as devidas informações neste processo. Para Mazini (1990/1991, p. 154), a entrevista semiestruturada se dá com a realização de um roteiro com questões importantes sobre o tema e que, ao longo da entrevista, surgirão outras condizentes com o assunto em estudo, podendo até aparecer informações de maneira mais tranquila, que não estão baseadas em um padrão de resposta. Em se tratando da entrevista semiestruturada, atenção tem sido dada à formulação de perguntas que seriam básicas para o tema a ser investigado (TRIVINOS, 1987) (MANZINI, 2003).

A entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. (MANZINI 1990/1991, p. 154).

Consideramos que entrevista semiestruturada se constitui num dos principais meios que o investigador possui para realizar a coleta de dados, oferecendo perspectivas possíveis para que o entrevistado alcance a espontaneidade, enriquecendo a investigação (TRIVINOS, 1987). Para tanto utilizamos um roteiro de tópicos relativos à avaliação escolar, à prática pedagógica desenvolvida, aos planejamentos elaborados e sobre a escolarização dos alunos com D.I., com perguntas abertas, dentro de uma conversação informal (MARCONI, 1996). As entrevistas realizadas com os participantes são gravadas em áudio e transcritas em forma de relatórios. A entrevista pode ser caracterizada como “Encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto” (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 94).

Outro procedimento que utilizado para compreensão sobre a avaliação de pessoas com deficiência intelectual e sua escolarização é a análise documental, uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (LUDKE; ANDRÉ, 1986). O trabalho de análise já se inicia com a coleta dos materiais, não é acumulação cega e mecânica. À medida que colhe as informações, o pesquisador elabora a percepção do fenômeno e se deixa guiar pelas especificidades do material selecionado (LAVILLE; DIONE, 1999). Às vezes são os documentos as únicas fontes que registram princípios, objetivos e metas de um objeto em análise.

A análise documental traz pontos importantes, pois trata de uma organização para acesso aos dados, que anula em partes as sugestões do pesquisador em relação às situações em que acontece uma interação. Certamente, os documentos revelam concepções explícitas e subjacentes de determinados objetos de pesquisa. Por exemplo, os documentos podem revelar dinamicidade e complexidade de uma determinada concepção de uma política pública. Concordamos com Cellard (2012) que o documento escrito é uma fonte de grande importância, pois traz informações estritamente singulares ao pesquisador. Assim, a análise documental é elaborada através de fatos registrados em diferentes documentos, não apenas em fontes escritas, uma vez que há diversos materiais que podem ser analisados. Além disso, a apreciação documental possibilita a análise do desenvolvimento, do amadurecimento ou do progresso de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (CELLARD, 2012).

Todavia é importante que o pesquisador fique atento ao trabalhar com documentos, pois poderá encontrar muitas barreiras. Em um primeiro momento, é

necessário que se encontre esses documentos, que devem ser analisados, verificando a natureza do material, a veracidade de sua criação, a representatividade dos fatos, se estão condizentes com a mensagem que deve ser repassada e saciar as inquietações do pesquisador.

Também há a observação participativa como um dos procedimentos, para tal realizamos visitas à escola campo para observação durante as aulas, verificando quais as estratégias usadas pelos professores de apoio à inclusão, durante a realização de atividades avaliativas, e analisando o cotidiano do aluno com D.I. Concordamos com Santos; Martins (2015) quando dizem que as análises das observações nos proporcionaram familiarização com o contexto, nas quais pudemos perceber aspectos marcantes da prática pedagógica e de como são tecidas as relações entre professores e alunos com ou sem D.I. Durante todo o processo de observação, fizemos anotações em um Diário de Bordo, registrando as ações dos alunos, dos professores de apoio à inclusão, professores regentes e professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), essas anotações são de grande valia para subsidiar a pesquisa.

Tura (2003) enfatiza que a observação é a maneira que uma pessoa tem para ter uma afinidade com o mundo que a cerca, que antecede qualquer outra atividade, surgindo experiências importantes para a vida do homem. Através do olhar identificamos o mundo e iniciamos nossa participação, obtemos informações sobre os outros que nele vive. Concordamos com Tura (2003), a observação induz imediatamente à ideia de uma investigação que segue caminhos menos normatizados e tem protocolos mais flexíveis. Geertz (1999) afirma que em relação à observação, estaremos frente aos acontecimentos, de maneira restrita e breve, sendo que os relatos de pesquisa trazem o que não é uma realidade social do que foi observado, mas a edificação do real, dentro do que foi observado, fazendo um recorte para o ponto principal.

A dinâmica da inclusão no contexto escolar está diretamente ligada à questão da escolarização de pessoas com deficiência intelectual, bem como a avaliação escolar delas. Em se tratando da história, foi negado a esse aluno com deficiência intelectual uma escolarização, na qual ele pudesse receber um atendimento adequado, desenvolver suas limitações e suas potencialidades pudessem ser exploradas como são oferecidas hoje. Faz-se necessário salientar que o ensino-aprendizagem das pessoas com deficiência intelectual ainda está longe de ser o ideal (LIMA, PLETSCHE, 2018).

E para que a avaliação escolar de pessoas com deficiência intelectual aconteça de forma a fazer com que consigam aprender algo que lhe sirvam de subsídio para situações

vividas em seu cotidiano, e de apoio para que os docentes criem estratégias inovadoras no campo da avaliação, é necessário um trabalho em conjunto entre a comunidade escolar, família e poder político, porém deve-se iniciar do ponto mais alto, que é o Estado.

Concordamos com Oliveira (2010) no que se refere ao modo de tratar as diferenças entre as pessoas, ainda vivemos fora da realidade, o pensamento é o de que as injustiças sejam minimizadas, o medo se transforme em força para lutar por novos caminhos, mesmo que não saibamos onde vai dar, porém o objetivo é comprometer-se com outras forças sociais para a humanização da sociedade.

É fato que para uma educação na qual a avaliação escolar de pessoas com deficiência intelectual seja marcada por um diferencial, é necessário um processo a longo prazo de estratégias de ensino, envolvendo todos pela educação.

Agora apresento a estrutura dessa pesquisa: trago primeiramente uma apresentação na qual descrevo minha trajetória acadêmica e profissional, de onde tirei o interesse pelo tema desta pesquisa, logo após a introdução, cujo intuito é indicar e entender os trajetos percorridos para criação da pesquisa, promovendo uma pequena reflexão sobre levantamento bibliográfico, cujo pesquisas já existentes sobre o tema em questão, destacando a avaliação de pessoas com deficiência intelectual e sua escolarização

Trago então o contexto histórico sobre o tema estudado em seis seções com intento de mostrar sobre a realidade das pessoas com deficiência intelectual e sua escolarização, em uma escola pública estadual do centro oeste, tendo como subsídio uma pesquisa qualitativa para contribuir com nossa pesquisa.

Na primeira seção apresentamos as concepções acerca da deficiência intelectual, no contexto escolar e nossas perspectivas em relação avaliação escolar desses alunos e sua escolarização, dentro da escola inclusiva, e as contribuições para o aprendizado desses alunos. Concepções sobre o ensino aprendizagem das pessoas

Na segunda seção apresentamos pontos sobre os procedimentos metodológicos, uma discussão acerca dos instrumentos que fazem parte da construção da pesquisa como as entrevistas e transcrições, a realização da observação participativa e as reflexões sobre os dados coletados, e sobre a análise documental dos documentos analisados.

Na terceira seção nosso intuito foi discorrer sobre as análises realizadas a partir das reflexões feitas através das entrevistas semiestruturadas, observação participativa, e análise documental.

Na quarta seção foi realizado uma verificação e uma discussão dos dados acessados e analisados através dos instrumentos metodológicos.

Para finalizar nas considerações finais, relato meu aprendizado com esta pesquisa, em relação de como acontece a avaliação de pessoas com deficiência intelectual e sua escolarização em escola da rede estadual. Sabendo que esta pesquisa é o início de outros estudos que poderão servir para melhor compreensão descobertas encontradas aqui.

SESSÃO I

CONCEPÇÕES ACERCA DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, AVALIAÇÃO ESCOLAR E ESCOLARIZAÇÃO

Dentro dos conceitos que permeiam a deficiência intelectual, ela também era conhecida pela expressão retardo mental, e as pessoas ainda eram chamadas de idiotas. Esses termos deixaram de ser usados, porque hoje o Brasil tem priorizado usar o termo recomendado pela American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD), que transforma essa nomenclatura de retardo mental para deficiência intelectual (VELTRONE; MENDES, 2012).

A deficiência intelectual tem como princípio a limitação das habilidades mentais gerais que estão relacionadas à questão da inteligência, raciocínio e solução dos problemas de modo geral (PIMENTA, 2017).

Em relação à D.I. e os métodos de escolarização das pessoas, isso tem apresentado avanços substanciais, em virtude das peculiaridades de alguns tipos de deficiência, assim o procedimento de avaliação da aprendizagem tem-se identificado quase sempre de um mesmo jeito. Contudo pesquisas mostram que tal avaliação pode ser um mecanismo qualificado para identificar a situação da aprendizagem em relação ao ensino (LUNT, 1995), isto é, reconhecer aquilo que o aluno tem capacidade de realizar com o auxílio, o que, de acordo com a teoria de Vigotski (1997), diz respeito à zona de desenvolvimento potencial, dando aos professores contribuições para que possam realizar planejamentos que beneficiem a inclusão, através das suas práticas pedagógicas acerca da avaliação da aprendizagem.

1.1 Deficiência intelectual: concepções históricas e atualidades

A deficiência intelectual era vista como uma doença mental que apenas a medicina poderia cuidar, pois necessitava de cuidados especiais. Somente por volta de 1960 que essas concepções se modificaram, e essas pessoas passaram a receber uma educação especial em escolas inclusivas (GLAT; PLETSCHE, 2006).

A situação de deficiência muitas vezes acontece em decorrência de condições específicas do meio social onde a criança vive e que pode ser desfavorável ao seu desenvolvimento intelectual/cultural.

Atualmente a deficiência intelectual é tratada como uma deficiência, podemos dizer “comum”, dentre tantas outras, porém já houve momentos em que as pessoas com deficiência intelectual eram tratadas como “doente”. Para Garghetti, Medeiros e Nuernberg, (2013), um dos documentos que melhor cuida para que pessoas com deficiência tenham seus benefícios assegurados é a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que aconteceu em 2006. Durante esse acontecimento, a discussão se preocupou com os direitos dessas pessoas perante a sociedade. Ele traz como conceito de pessoa com deficiência uma pessoa impossibilitada intelectualmente, fisicamente ou sensorialmente, e essas limitações a impedem de participar ativamente da sociedade como as outras pessoas. No caso da educação, a Convenção está voltada para uma educação inclusiva, na qual o sistema de ensino seja conforme a realidade das escolas, com respeito às diversidades de cada um.

De acordo com as pesquisas apresentadas pela American Psychiatric Association (APA, 2013), as pessoas com deficiência intelectual são aquelas voltadas para a falta de habilidades, raciocínio lento, falta de atenção e abstração ao resolver situações matemáticas. “Os alunos com deficiência intelectual apresentam dificuldades em habilidades fundamentais para o aprendizado acadêmico em geral” (CHUNG; TAM, 2005). BRIDI, (2013) apresenta o sistema de classificação trazido pela Associação Americana de Retardo Mental (AARM) com uma definição, classificação e sistemas e apoio, também chamado de Sistema 2002, isso em um campo mais específico da deficiência mental.

De fato a deficiência intelectual vem sendo estudada por vários pesquisadores, por se tratar de barreiras encontradas por pessoas com deficiência intelectual, durante seu desenvolvimento, assim podemos confirmar o que Valentim e Oliveira (2013) dizem, no caso de pessoa com deficiência intelectual, o procedimento de escolarização apresenta uma complexidade, pela diversidade de alguns quadros da deficiência, assim sendo a atividade de avaliação da aprendizagem também passa por obstáculos que prejudicam o aluno. Já algumas pesquisas mostram que a avaliação pode ser um mecanismo que ajuda na aprendizagem a respeito do ensino (LUNT, 1995).

A deficiência intelectual é caracterizada por limitações nas habilidades mentais gerais. Essas habilidades estão ligadas à inteligência, atividades que envolvem raciocínio, resolução de problemas e planejamento, entre outras. A inteligência é avaliada por meio do Quociente de Inteligência (QI) obtido por testes padronizados. O resultado de uma pessoa com Transtorno de Desenvolvimento Intelectual nessa avaliação situa-se em 75 ou menos. (PIMENTA, 2017, p. 1).

É importante salientar que a deficiência intelectual vem sendo estudada desde o século XIX, através de marcos históricos que antecedem esse século e servem de base para estudo. É o que se pode confirmar com Bueno (1993), que traz esses marcos presentes no contexto de seu estudo acerca da inclusão social e educacional das pessoas com deficiência intelectual.

Segundo Pessotti (1984) há maneiras diferentes de ver a pessoa com deficiência, historicamente falando, pois passa pela questão do abandono, do misticismo, da caridade, da exclusão, da segregação, integração, até chegar aos dias de hoje com a inclusão.

A narrativa que dá significado à deficiência intelectual é uma ideia acerca da maneira que percebemos o comportamento e desenvolvimento das pessoas em determinadas situações. Isso não pode ser visto como barreira para limitar o aprendizado dessas pessoas, portanto é importante considerar as necessidades especiais de cada um com deficiência intelectual, tendo em vista a base educacional, que é parte da proposta da inclusão, em que essas pessoas devem frequentar a escola, na qual suas potencialidades devem ser valorizadas para que possam vencer as dificuldades (OLIVEIRA, 2009).

Segundo Oliveira (2009), a questão da deficiência intelectual não deve ser um ponto principal que limita o desenvolvimento de uma pessoa.

A educação na área da deficiência intelectual deve atender às suas necessidades educacionais especiais sem se desviar dos princípios básicos da educação proposta às demais pessoas, assim sendo, os princípios inclusivistas apontam que elas devem frequentar desde cedo a escola, a qual deve valorizar, sobretudo os acertos da criança, trabalhando sobre suas potencialidades para vencer as dificuldades. (OLIVEIRA, p.26, 2007).

Segundo Lacava (2018), especialista em neuropediatria, a Deficiência Intelectual é um transtorno do desenvolvimento que faz com que o indivíduo tenha um nível cognitivo e comportamental abaixo da sua idade cronológica. É classificada em 4 graus, conforme o funcionamento intelectual do indivíduo e a sua capacidade de se adaptar às novas situações: Leve, Moderada, Grave e Profunda. O diagnóstico é feito através de uma avaliação neurológica, de relato da escola e avaliação com psicoterapeutas, para melhor quantificação do grau de inteligência (através de escalas específicas). É importante dizer

que a avaliação é baseada no desenvolvimento global das pessoas, e não somente na área do cognitivo.

Sobre a concepção de deficiência intelectual, os autores relatam de diversas formas. A OMS tentou definir um conceito para D.I.: “substantivo atribuído a toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente, e pode ser classificada em cinco grupos: física, auditiva, visual, intelectual ou múltipla” (GARGHETTI; MEDEIROS; NUERNBERG, 2013, p. 103).

1.2 Avaliação escolar no âmbito da educação especial e escola inclusiva

A avaliação escolar é um ponto que requer bastante atenção, tanto para os alunos típicos, quanto para aqueles com deficiência intelectual, pois avaliar a aprendizagem com base no desenvolvimento do aluno é uma grande provação, assim

A avaliação do aluno público-alvo da educação especial precisa ser realizada com base em suas potencialidades e de acordo com os conhecimentos adquiridos ao longo das aulas. Além de conhecer as competências básicas do aluno, o professor da sala de recursos multifuncionais, assim como o da sala comum, precisa conhecer quais são as formas de avaliação mais apropriadas para cada área do conhecimento, assim como considerar ainda a deficiência do aluno. (TARTUCI et al., 2014, p. 21).

Avaliar é verificar como a aprendizagem está sendo compreendida em relação a determinados conteúdos. Segundo Luckesi (2011, p. 27), “a avaliação da aprendizagem é um termo recente, já os exames escolares antecedem a avaliação e são usados há séculos, porém da forma que atualmente é aplicada nas escolas, vem sendo utilizado há cerca de quinhentos anos”.

Avaliar é uma atribuição particular do ser humano e demonstra valorizar algo, é um procedimento de opinião natural. Portanto as instituições de educação têm feito uma avaliação ligada ao modelo convencional, que não tem acrescentado nenhuma informação significativa (RAPHAEL, 1998).

A avaliação ainda funciona como instrumento de mensuração puramente quantitativo: descreve quanto o aluno absorveu das informações que lhe foram transmitidas. Desvincula-se do processo, constituindo ação estagnada e de mão única, uma vez que não garante a retomada do não aprendido, que ficou demonstrado e estratificado (RAPHAEL, 1998, p. 76).

A afirmação acima comprova mais uma vez que a avaliação tem de ser planejada dentro daquilo que ainda será construído, observando quais as oportunidades que irão

surgir para que se possa refazer aquilo que for preciso a fim de obter um melhor aprendizado. Um ensino que tem como base apenas o que já foi realizado, o que já passou, não beneficiará o processo de ensino-aprendizagem (VALENTIM, 2011).

De maneira geral, observa-se que a avaliação da aprendizagem, nas instituições escolares, tem-se apresentado como uma repetição de conteúdos nas atividades avaliativas, como provas e testes. Sendo que essas ações causam o retrocesso na aprendizagem, algo que muitas vezes já era previsto pelo professor. Assim, os alunos serão categorizados como os melhores ou piores, através de notas e conceitos atribuídos a eles, causando descrédito e discriminação. Com essa concepção, a avaliação pode ser um ponto tanto autoritário quanto inibidor para o desempenho escolar de muitos alunos em fase de desenvolvimento (LEITE; KAGER, 2009).

A avaliação escolar de alunos com deficiência intelectual passa por processos complicados, pois é necessário considerar as potencialidades de cada um para que as atividades avaliativas sejam realizadas dentro de sua capacidade, deste modo

[...] a avaliação da aprendizagem do aluno com deficiência intelectual tem se caracterizado como um processo complexo devido às especificidades de suas necessidades e de seu desenvolvimento, muitas vezes, bastante diferenciado. As características específicas de alguns quadros de deficiência dificultam a avaliação pedagógica e o estabelecimento das adequações ou adaptações necessárias para se garantir a escolaridade desse aluno. (SÃO PAULO, 2008, p.11).

A expressão avaliação nos remete diretamente ao desenrolar do ensino-aprendizagem, porque se completam de maneira inseparáveis, porém distantes naquilo que diz respeito à prática pedagógica dos professores. Para Hoffman (1994), a avaliação escolar, atualmente, só terá significado se seu objetivo for o de descobrir melhores direções para a aprendizagem.

Segundo Luckesi (2011, p. 29), “o educando não vem para a escola ser submetido à um processo seletivo, mas sim para aprender e, para tanto, necessita do investimento da escola e de seus educadores, tendo em vista efetivamente aprender”. Sendo assim, a avaliação é imprescindível para a prática pedagógica inclusiva, contribuindo para que o aluno se desenvolva com mais facilidade, acrescentando em sua aprendizagem, para que ele perceba o processo de aprendizagem e consiga escolher as atividades para serem efetuadas, sem o auxílio de um mediador ou de um professor.

Dessa forma, a discussão sobre a avaliação escolar, para pessoas com ou sem deficiência intelectual, permeia o movimento do ensino-aprendizagem mais rapidamente.

Assim, essa é uma conexão com a prática pedagógica do professor e os alunos, mesmo que este docente ainda não esteja apto a dar a este aluno o valor que ele merece, sendo sua escolarização parte importante de sua educação.

O tema da avaliação e acompanhamento pedagógico é recorrente na literatura educacional. Na área da deficiência intelectual essa questão se torna ainda mais complexa, uma vez que historicamente nem sempre se buscou avaliar as possibilidades de aprendizagem desses sujeitos e, atualmente, frente a filosofia inclusiva e novas concepções sobre o papel definitivo da escola para o desenvolvimento humano, o desafio em apreender o potencial escolar desses alunos se instala de forma definitiva no cotidiano das escolas, ao menos, em tese e em princípio tal desafio está colocado. (OLIVEIRA, 2018, p. 8).

A avaliação é um dos ciclos da atividade escolar, que precisa estar relacionada com o processo de ensino-aprendizagem, para identificar as limitações e as vantagens diante da aquisição de conhecimento, dando aos alunos com ou sem deficiência intelectual possibilidade de ter uma condição social e para se promover humanamente dentro da sociedade, mas esse termo nem sempre foi usado.

Somente em 1970, o Brasil começa a trabalhar com o termo avaliação da aprendizagem e é com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 que o conceito foi incorporado à legislação educacional atual, embora na prática ainda haja um caminho a percorrer no sentido de compreender o seu lugar e o seu papel no processo de ensino e de aprendizagem em sala de aula. (BAPTISTA; PALHANO; PEREIRA, 2017, p.5).

Assim o termo passa a ser usado normalmente nas questões que envolve o aprendizado do aluno. Segundo Gasparin (2005), a avaliação da aprendizagem do conteúdo é uma afirmação de que o aluno se apoderou dos saberes que provocaram uma nova interpretação da realidade de transformação social, isso de acordo com o trabalho pedagógico proposto pela pedagogia histórico-crítica. Gasparin (2005) destaca também que a avaliação da aprendizagem, do ponto de vista dialético do conhecimento, é uma expressão sobre o quanto o aluno assimila questões para a resolução dos problemas que surgiram.

Oliveira e Campos (2005) afirmam que a avaliação é um processo que pode transmitir dados sobre o desempenho da criança e a maneira como ela encara certas condições de aprendizagem, solução e mecanismo para resolver determinada atividade. Saber o que ela realiza, mesmo com auxílio de alguém, ajuda na criação de estratégias condizentes e apropriadas.

De acordo com Bastos (2002), a avaliação é uma prática que há muito vem sendo considerada necessária, pois é ela que ajuda a identificar como cada aluno se desenvolve

e justifica as limitações de suas potencialidades. Acontecendo, nesse sentido, uma exclusão de alunos em classes comuns, sendo estes encaminhados para salas especiais.

As práticas avaliativas são capazes de perceber e enaltecer as diversidades entre os alunos. Desse modo, eles serão avaliados pelos avanços acadêmico-pessoal, isto é, de acordo com seu desenvolvimento, dentro dos requisitos inerentes à escola, nas diversas áreas do conhecimento, e em seu crescimento no âmbito da socialização, das convivências sociais estabelecidas, atentando às suas especificidades (VALENTIM, 2011).

O papel da escola, diante da formação do cidadão, perpassa pela intervenção do conhecimento científico, filosófico, estético (Vasconcellos, 2005, pág. 69).

Os alunos, desde cedo, precisariam ser orientados para dar um sentido ao estudo; [...] a tríplice articulação entre compreender o mundo em que vivemos, usufruir do patrimônio acumulado pela humanidade e transformar este mundo, qual seja, colocar este conhecimento a serviço da construção de um mundo melhor, mais justo e solidário).

Ainda segundo Vasconcellos (2005), a avaliação tem de acontecer, pois, assim, através de resultados, os docentes poderão perceber o que precisa ser melhorado, suas práticas, o conteúdo das atividades reformuladas, realizando novas atividades adaptadas para alunos que apresentam maior dificuldade, criar maneiras para que esses alunos possam rever os conteúdos e desenvolver melhor suas atividades, sempre em busca para a melhoria do processo de ensino- aprendizagem, envolvendo o coletivo escolar.

Raphael (1998) afirma que avaliar é uma atitude própria de cada um e expressa a habilidade de alguém, sendo assim incluir o poder de dar sua opinião em relação a sua natureza. Dessa forma a escola tem desenvolvido uma avaliação bem mais focada em padrões convencionais, padrões estes que não servem como nova forma de avaliação.

1.3 Escolarização do aluno com deficiência intelectual: a construção do conhecimento

Escolarização é a ação ou efetivação de escolarizar, o grupo de informações alcançados na escola predetermina que o indivíduo, através do conhecimento, garanta a aprendizagem na construção do saber (MARTINS, 2018).

Segundo Lima e Pletsch (2018), os estudos acerca das políticas de educação inclusiva, tem sido bastante ampliado, desse modo a condição atual percebe que a questão da qualidade para todos é urgente. Dentro desse parâmetro, o que mais se discute é o

processo de escolarização de pessoas com deficiência. Evidência – se que anteriormente as pessoas com deficiência não poderiam ser educadas, principalmente em caso mais severos da deficiência. Logo após os estudos sobre a escolarização de pessoas com deficiências, e discursões acerca da educação inclusiva, por volta do ano 2000, as políticas fortaleceram em relação a essa questão surgindo então a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva. (BRASIL, 2008).

A preocupação contexto da avaliação e seu poder de estigmatizar a (in)capacidade dos alunos está intimamente relacionado à percepção daquilo que vemos diariamente na escola. Tendo em vista que o assunto sobre avaliação é pertinente para o mundo da escolarização de todos os alunos, principalmente do ponto de vista da educação inclusiva, é importante saber como o assunto da avaliação de alunos com deficiência intelectual passou a ser estudado como tema em artigos científicos, pois, além de os objetivos científicos e acadêmicos, o corpo docente constitui também o enquadramento para a formação de professores e profissionais que atuam nesta área. (SILVA e FREITAS, pág. 01, 2020)

A avaliação da criança com deficiência intelectual no processo de escolarização ainda está fortemente fundamentada nos aspectos biológicos considerados intransponíveis e, mesmo quando se é considerado o modelo social, sustenta-se num binarismo que acentua expectativas negativas sobre a criança. (SILVA e FREITAS, pág. 03, 2020)

Em relação à inclusão, muitos direitos são assegurados por Lei, como a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, porém ainda existem muitos pontos que devem ser ampliados e melhorados. Concordamos com Martins e Leite (2014) ao apresentar a fraqueza das políticas em relação às mudanças a respeito da educação inclusiva. A Educação Inclusiva tem como ponto importante a preservação do direito de todos por uma educação com qualidade e que auxilie em relação às necessidades educacionais especiais de cada pessoa, proporcionando uma escolarização que possibilita uma vida social (MARTINS; LEITE, 2014).

Jesus e Aguiar (2012), falam sobre a vulnerabilidade acerca da avaliação na escolarização de alunos com deficiência intelectual. De acordo com os autores, a avaliação é utilizada para marcar o não aprendido, omitindo as questões sociais que provocam as deficiências periféricas, e sendo está a razão a ser entendida como afirmação

da fragilidade de uma pessoa, ou de uma instituição, perante a necessidade de uma educação inclusiva.

Quando falamos em escolarização no contexto brasileiro, Lima e Mendes (2011) mostram que às reformas educacionais estão atreladas as questões políticas voltadas para a Educação Especial. Então o professor que trabalha com a escolarização do aluno com deficiência intelectual precisa apresentar atividades que o aluno consiga resolver dentro de suas limitações. Sendo que toda proposta de mudanças que continuam presentes nas atuais políticas públicas para a referida área ainda é precária.

SESSÃO II

**REFLEXÕES ACERCA DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
UTILIZANDO INSTRUMENTOS PARA ACESSAR OS DADOS COM INTUITO
DE ADQUIRIR INFORMAÇÕES**

O projeto de pesquisa é um esquema que o investigador usa no decorrer da execução do estudo científico, é interessante para idealizar as atividades que serão feitas no desdobrar da apuração e é nesse projeto que o pesquisador escolhe o tipo e a abordagem da pesquisa, a metodologia, a fundamentação teórica, como se dará a construção e a análise de dados (SILVA, OLIVEIRA; SALGE, 2021).

Esta pesquisa se propõe a verificar a maneira que os professores têm realizado a avaliação escolar de pessoas com deficiência intelectual em uma escola pública. É importante salientar o quanto a pesquisa traz benefícios para a sociedade diante dos seus estudos e suas investigações, e tudo o que é realizado em função de um tema em estudo.

Mas a pesquisa não pode estar a serviço de solucionar pequenos impasses do dia a dia, porque ela, por sua natureza e processo de construção, parece não se prestar a isso, vez que o tempo de investigação científica, em geral, não se coaduna com as necessidades de decisões mais rápidas. (GATTI, 2010, p.71).

E considerando que a pesquisa qualitativa tem a função de envolver o pesquisador no campo da pesquisa, de forma a abranger um todo, concordamos com Gonzalez Rey (2005), que o pesquisador vai ao longo do tempo, de forma gradativa, envolvendo-se e criando seus próprios saberes, sem seguir critérios diante desse envolvimento.

Os estudos qualitativos para Bogdan e Biklen (1994) se caracterizam de forma a entender o ambiente natural do qual fazem parte. Assim sendo, o investigador é importante para ter acesso às informações, pois é o maior interessado no produto. O investigador se faz presente em meio ao ambiente de forma natural. Concordamos com Bogdan, Biklen (1994), ambos afirmam que “Os levantamentos sociais têm uma importância particular para a compreensão da história da investigação qualitativa em

educação, dada a sua relação imediata com os problemas sociais e a sua posição particular a meio caminho entre a narrativa e estudo científico (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 23).

Gibbis (2008) afirma que a pesquisa qualitativa é um trabalho com muitos dados, e que eles têm significados e simbolismos próprios, por isso a análise deles acabou por revelar algo mais do que apenas assunto sobre os quais os participantes discutem. Pode-se perceber uma diversidade na organização das comunicações de dados. E é de fundamental importância verificar os dados acessados e quais critérios serão utilizados para tal análise. Gibbis (2008) também apresenta a questão sobre o pensamento do pesquisador em relação às informações abstraídas dos dados, tendo como referências várias abordagens metodológicas, que podem ajudar a interpretar o texto analisado.

Para atingir os objetivos desta pesquisa, encontramos na entrevista semiestruturada, na observação participativa e na análise documental, instrumentos de apoio para acessar as informações necessárias, para fazer uma reflexão acerca do tema em estudo

2.1 Procedimentos éticos da pesquisa

Logo ao apresentar o projeto ao mestrado, ele foi examinado e houve a necessidade de uma mudança, pois num primeiro momento, a ideia contida no projeto era bastante extensa e abrangia diversas linhas de pesquisa. Sendo assim, após alguns estudos, percebemos que um tema bastante importante envolvia a avaliação escolar de pessoas com deficiência intelectual, partimos desse ponto.

Em um primeiro momento, nos encaminhamos à Coordenação Regional de Educação (CRE), para apresentar o projeto à Coordenadora Regional, para permissão e assinatura termo de anuência (APÊNDICE A). Nesse momento, também, informamos qual seria a escola lócus da pesquisa.

Em uma primeira visita à escola, o projeto foi apresentado à diretora, que prontamente abriu as portas para a realização desta pesquisa, na oportunidade, também foi assinado o termo de anuência (APÊNDICE B). Logo após, apresentamos o projeto à coordenadora/professora do AEE, que se dispôs em contribuir com o que fosse necessário, apesar de estar esperando sua aposentadoria para qualquer momento, e assinou o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (APÊNDICE C).

Tendo o consentimento da diretora para realizar essa pesquisa na escola em questão, foi marcada uma reunião em um dos períodos, para uma breve apresentação do projeto e para pedir a colaboração dos professores para nossa pesquisa. Era de suma importância a participação das professoras de apoio à inclusão, assim sendo conversamos individualmente sobre a participação de cada uma das três. Todas disseram sim e assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Os três professores regentes se dispuseram a participar e assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido sucessivamente.

2.2 Escolha da escola lócus da pesquisa

De acordo com a Lei nº 13.146, de 15 de julho de 2015, foi possível refletir sobre minha atuação como professora de apoio à inclusão e pensar como está sendo a nossa prática pedagógica na escola em que trabalho, com alunos com deficiência intelectual, por mais de uma década.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015).

O artigo citado acima é o primeiro da Lei nº 13.146, que esclarece que as pessoas com deficiências têm o direito de receber uma educação de qualidade e serem promovidas, inclusive considera a importância da inclusão social.

O local escolhido para a realização da pesquisa foi um colégio público estadual, do centro oeste, por uma escola que a inclusão faz parte dessa realidade por mais de uma década, ter professores de apoio e a professora de AEE, e possui a Sala de Recurso Multifuncional. Percebemos a necessidade de uma pesquisa que auxiliasse no contexto da avaliação dos alunos com deficiência intelectual e sua escolarização no âmbito escolar. Essa escola atende cerca de 18 alunos público-alvo da Educação Especial e, dentre esses alunos, 7 com laudo de deficiência intelectual, foco dessa pesquisa.

2.3 Participantes da pesquisa

A escola participante foi selecionada por ser uma escola inclusiva há mais de uma década e atender um número expressivo de alunos com deficiência intelectual. É perceptível a necessidade de fazer valer as leis que amparam esses alunos.

Os participantes da pesquisa foram selecionados de acordo com os dados citados anteriormente. De acordo com a aceitação de cada participante, dentre os convidados para participar dessa pesquisa, os que fazem parte são: a coordenadora/professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), 03 professores de apoio à inclusão e 03 professores regentes, que também trabalham com alunos com deficiência intelectual em salas comuns, e os alunos com laudo médico indicando deficiência intelectual, importante ressaltar que esses alunos não serão entrevistados, apenas observados e seus documentos analisados.

2.3.1 Escola participante

O colégio está situado em uma avenida central de uma cidade do centro oeste, atendendo uma clientela bastante diversificada. Possui uma construção antiga, porém passou por algumas reformas, nestes últimos anos, e o prédio está conservado fisicamente. Vale enfatizar que há muito ainda a ser feito, como um refeitório e fechamento das laterais da quadra esportiva, dentre outras benfeitorias, incluindo a acessibilidade em alguns locais.

De acordo com as observações realizadas, a escola conta com dois portões na frente, um grande, que dá acesso ao pátio e é por onde os alunos entram, nesse pátio foram colocadas duas grandes mesas com bancos em volta de uma árvore que acabou de ser plantada, tornando o ambiente mais bonito, esse pátio também dá passagem para chegar à quadra coberta, porém aberta nas laterais, ficando impossibilitada de ser usada em dias de chuva, mas serve para as aulas de Educação Física e outras atividades extrassala que necessitam de espaço.

O outro portão, do lado de baixo, é menor e está em frente a uma rampa de acessibilidade, permitindo acesso à secretaria e à diretoria, que também tem uma rampa de acesso; ao fundo, há uma sala de computação; do lado da secretaria, no fundo de um corredor, fica o banheiro dos funcionários; seguindo o corredor, à esquerda, fica a coordenação; uma escada, do lado direito, dá acesso a um salão; a sala de vídeo, à direita, e a cozinha (que recebeu novos equipamentos nesses últimos meses), à esquerda, com um depósito de alimentos, o que dificulta o acesso dos cadeirantes, devido à escada, precisa

dar uma volta, na rampa, perto da sala da diretoria, pois lá existe uma porta de acesso para o salão.

No corredor em frente à sala da coordenação, há um grande pátio, onde os alunos podem correr, brincar e se divertir durante os intervalos. Do lado, há uma quadra coberta, onde são realizadas as aulas de Educação física e as apresentações de modo geral. Seguindo o corredor, estão cinco salas de aula, amplas, arejadas, possuindo quatro janelas grandes com vidros, uma boa iluminação, com ar-condicionado e com retroprojektor, para que os professores possam usufruir quando quiserem.

No final do corredor, estão os banheiros para os alunos, masculino e feminino, com rampa de acessibilidade, e acessíveis a cadeirantes internamente, bem como as portas das salas de aula. Em frente aos banheiros no fundo da escola, há um pequeno pátio que recentemente foi agraciado com um pergolado com várias plantas que enfeitam e alegam o ambiente.

Entre a quadra e os banheiros foi construído, no final de 2022, um lindo jardim com plantas, formando uma espécie de pracinha, onde pude observar os alunos sentados durante o intervalo. Um local aconchegante e bem agradável, tornando a escola mais bonita e prazerosa.

No fundo da quadra, numa parte mais alta, há quatro salas que acabaram de ser reformadas, uma delas foi reestruturada e destinada para a Sala de Recursos Multifuncional, onde acontece o Atendimento Educacional Especializado e conta com uma rampa de acesso e corrimão. Esta sala é mais ampla que a anterior, o que pode proporcionar mais vantagens para todos que a utilizam, tanto professores quanto alunos.

A coordenadora/professora do AEE está presente, período matutino e vespertino, para auxiliar os professores e atender aos alunos, quando necessário, e os alunos do contraturno, que têm dia marcado para aulas de reforço. A sala está equipada com uma mesa redonda, no centro, com seis cadeiras, usada tanto pelos professores de apoio à inclusão, quanto pelos alunos ao realizarem alguma atividade extra. De um lado, ficam os computadores, que também podem ser usados pelos alunos, com auxílio do professor de apoio, ou mesmo pelos professores de apoio e do AEE, para realizar as atividades adaptadas. Do outro lado, fica um tapete com vários jogos pedagógicos, como jogo de memória, quebra-cabeça, dominó educativo, jogo de fração, bingo de palavras, blocos lógicos, dentre outros, usados pelos professores de apoio e pelo professor do AEE para ajudar no desenvolvimento dos alunos com deficiência intelectual, em horários especiais, isto é, no contraturno. Há também dois armários onde ficam guardados todo o material

pedagógico utilizado durante as atividades, bem como documentos, fichas, livros e outros materiais.

A sala conta com uma televisão de tela grande, que pode ser usada tanto para a escolarização desses alunos, quanto para um momento de lazer, assistindo a um filme educativo. A sala é bastante enfeitada com cartazes coloridos confeccionados pelas professoras.

Nos corredores da escola, há exposição de trabalhos variados realizados pelos alunos, de acordo com os temas que estão sendo discutidos no momento e correlacionados a datas comemorativas.

Do outro lado, no fundo da escola, existem mais quatro salas, sendo uma destinada à biblioteca, que serve para estudos e pesquisas. Outra destinada aos professores, equipada com armários/escaninhos, mesas, cadeiras, geladeira, micro-ondas, para que o professor possa usar em seus momentos de descanso ou estudo. A sala antiga da SRM, agora foi destinada à gerente de merenda, onde ela realiza o trabalho de confecção do cardápio do lanche e prestação de contas do dinheiro. As salas de aula não têm armários, apenas mesinhas e cadeiras para os alunos e mesa e cadeira para professor. Ao longo do corredor, há dois bebedouros, um no início e outro no final do corredor.

Ainda existem dois espaços, atrás das salas de aulas; num espaço menor, ao fundo, há uma grande caixa d'água e ainda sobra espaço para recreação, do lado de baixo, há um espaço maior, onde futuramente será construído o refeitório, sendo este no fundo da cozinha.

A estrutura física da escola não é a melhor, porém com tantas reformas realizadas, podemos dizer que vem se adequando a realidade do alunado. Contudo atende um bom número de alunos de bairros diferentes da cidade, pois está localizada numa parte central, e teria capacidade para atender a um número ainda maior, se não fossem os cortes do governo.

De acordo os dados obtidos em uma visita à secretaria da escola, no dia 28 de março de 2022, tivemos acesso a alguns dados, através de uma conversa informal com a secretária, em que ela relatou que a escola atende cerca de 607 alunos, dados referentes ao momento da visita, sendo 315 alunos no matutino, seis turmas de 6º a 9º ano do Ensino Fundamental e três turmas de 1ª série do Ensino Médio; 174 alunos no vespertino, sendo cinco turmas de 6º a 9º ano e uma turma de 1ª série do Ensino Médio; 118 alunos no noturno, distribuídos em três turmas de 1ª a 3ª série do Ensino Médio, da EJA (Educação de Jovens e Adultos), as turmas variam entre 28 e 36 alunos cada, dentre estes, estão os

alunos com necessidades educacionais especiais. Informações cedidas pela atual secretária da escola, no momento da visita, porém esses números poderão ser diferentes até o término da pesquisa.

A escola conta com uma diretora, uma secretária, um coordenador pedagógico para cada turno, um coordenador de turno para o matutino e vespertino, o noturno não tem coordenador por ter um número pequeno de turmas. Conta também com 25 professores regentes, entre concursados e contratos, 05 professores de apoio à inclusão, 02 executores de serviços auxiliares, 02 executores de serviços administrativos, 01 gerente de merenda, 2 guardas-noturnos, 02 merendeiras, 01 coordenadora/professora da sala de recursos multifuncionais do AEE, 01 professor dinamizador da biblioteca. Juntos os funcionários formam uma equipe em busca de uma educação de boa qualidade. Vale frisar que, na dinamicidade da escola e suas modulações, essas informações podem sofrer transformações sempre que é necessário.

2.3.2 Professores participantes

Para processo de seleção dos professores, procuramos por aqueles que estavam mais próximos dos alunos com deficiência intelectual. A professora/coordenadora do AEE, que faz o atendimento desses alunos no contraturno, desenvolvendo atividades educativas, as professoras de apoio à inclusão, que acompanham esses alunos em sala de aula, pois estão auxiliando-os diariamente, e professores regentes que tinham alunos com deficiência intelectual nas salas de aula e se dispuseram a participar desta pesquisa.

Quadro 01 - Professores participantes

Participantes	Formação	Atuação	Alunos que atende
Professora de apoio Eva Furnari	Pedagoga, pós-graduação em Ensino Especial	28 anos na educação, 2 na inclusão	04 com D.I. 01 com D.I. e TEA
Professora de apoio Sylvia Orthof	Pedagoga, especialização em Língua Portuguesa e Métodos de Ensino	27 anos na educação 2 anos na inclusão	01 com D.I. 01 com D.I. e X frágil
Professora de apoio Ruth Rocha	Pedagoga, cursando o ABA.	9 anos na educação 6 anos na inclusão	01 D.I. e TEA

Professora regente Clarice Lispector	Pedagoga e Bióloga, especialização em Alfabetização.	24 anos na educação (regente)	Atuando com alunos participantes da pesquisa nas classes comuns.
Professor regente Machado de Assis	História, especialização em História do Brasil e Psicopedagogia.	30 anos na educação (regente)	Atuando com alunos participantes da pesquisa nas classes comuns.
Professora regente Lygia Bonjuga	Licenciada em Letras, Especialização Língua Portuguesa e Gramática.	26 anos na educação (regente)	Atuando com alunos participantes da pesquisa nas classes comuns.
Professora do A.E.E. Cecilia Meireles	Pedagoga e cursos na área da inclusão.	35 anos na educação e 20 anos na inclusão	Atende um total de 18 alunos com deficiências diversas na SRM.

Fonte: quadro elaborado pela pesquisadora com dados obtidos nas entrevistas realizadas

A professora Eva Furnari atua na educação há mais de 28 anos, e quase 3 desses como professora de apoio à inclusão, é pedagoga, possui pós-graduação em Ensino Especial e atende 04 alunos com deficiência intelectual e com TEA e deficiência intelectual. A professora Silvia Orthof é pedagoga, tem especialização em Língua e Métodos de Ensino, atua na educação há mais de 27 anos e há mais de 2 na inclusão, atende 01 aluno com deficiência intelectual e 01 aluno com síndrome do X frágil e deficiência intelectual. A professora Ruth Rocha é contrato, porém atua na educação há 9 anos, 6 desses na inclusão, é pedagoga e está fazendo um curso de especialização em ABA¹ para entender melhor o portador de autismo, ela atende uma aluna com TEA e deficiência intelectual. A professora Cecília Meireles é pedagoga, possui vários cursos na área da inclusão, atua como coordenadora/professora do AEE, na SRM, atendendo 18 crianças com deficiências diversas, dentre elas aquelas com deficiência intelectual, ela atua na educação há mais de 35 anos, mais de 20 anos dedicados à inclusão.

O professor Machado de Assis é formado em História, possui especialização em História do Brasil e Psicopedagogia, é mestrando na área de História pela UFCAT, atua na educação há mais de 30 anos, é professor regente e ministra aulas em salas nas quais estudam alunos com deficiência intelectual, trabalha também na rede municipal como professor de História. A professora Clarice Lispector é pedagoga e bióloga, possui especialização em Alfabetização e atua como professora regente há mais de 24 anos, ministra aulas em turmas nas quais existem alunos com deficiência intelectual, é

¹ ABA (Applied Behavior Analysis) é uma ciência estudada desde 1960 e vem apresentando bons resultados, significativos para a vida de pessoas diagnosticadas com transtornos do espectro autista.

coordenadora em uma escola da rede privada de Ensino Fundamental. A professora Lygia Bonjuga é licenciada em Letras, tem especialização em Língua Portuguesa e Gramática, é professora regente, atua na educação há mais de 26 anos, ministrando aulas em turmas onde há alunos com deficiência intelectual.

2.2.3 Alunos participantes

Os alunos que participaram desta pesquisa são os alunos **com deficiência intelectual, com laudos**, matriculados nas salas comuns do 6º ao 9º ano do período matutino e vespertino, da escola citada, e como prevê a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, estão matriculados na Sala de Recurso Multifuncional, atendidos pelo professor de AEE. Especificados no quadro abaixo.

Quadro 02 - Alunos com deficiência intelectual matriculados na escola selecionada

Alunos	Deficiência	Série	Idade	Turno	Laudos	Apoio	AEE
Rael (E)	X Frágil e D.I.	7º C	14	Vespertino	Sim	Sim	Sim
Gael (N)	D.I.	7º C	14	Vespertino	Sim	Sim	Sim
Enzo (MV)	D.I.	8º A	15	Matutino	Sim	Sim	Sim
Flor (MC)	D.I.	9º C	16	Matutino	Sim	Sim	Sim
Theo (H)	D.I.	9º C	17	Matutino	Sim	Sim	Sim
Ravi (L)	TEA e D.I.	9º C	16	Vespertino	Sim	Sim	Sim

Fonte: quadro elaborado pela pesquisadora com dados obtidos na secretaria da escola

Os alunos participantes da pesquisa têm laudos com os mesmos diagnósticos, trazendo o nome da deficiência intelectual e dois deles tem associada a esta o TEA...., porém, em alguns casos, a diversidade é perceptível. Cada aluno traz necessidades educacionais especiais diferentes e precisa de atividades adaptadas de acordo com essa diversidade.

2.4 Entrevistas Semiestruturadas

Para a construção deste projeto, abordamos como metodologia a pesquisa qualitativa, e para a concretização deste trabalho, os instrumentos usados foram: análise documental, observação participativa e entrevista semiestruturada, com o intuito de se adequarem aos nossos objetivos, sabendo que esta é uma parte que tem uma função de extrema importância, porque de acordo com Minayo (1994, p.16), “[...] a metodologia

inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitem a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”.

Sendo assim a entrevista semiestruturada é um procedimento bastante utilizado em pesquisas qualitativas, neste trabalho, ela foi realizada com professoras de apoio à inclusão, professor do AEE e os professores regentes. Para Triviños e Mazini (1987, p. 146), a entrevista semiestruturada traz as questões imprescindíveis que são baseadas em teorias e hipóteses que fazem parte do contexto da pesquisa. Todas as entrevistas se encaminham para algum lugar, pois antes da concretização, há um objetivo de pesquisa que dirige nossa busca (TRIVINOS; MANZINI, 2004).

A entrevista semiestruturada auxilia o acesso ao conhecimento sobre o que está oculto, o que muitas vezes passa despercebido durante a observação. Concordamos com Mazinni (2004), que a entrevista semiestruturada é uma maneira de termos acesso a informações, agregando uma interação no momento da entrevista propriamente dita. Contudo as entrevistas semiestruturadas são importantes para a manutenção de vínculo entre pesquisador e participantes.

[...] em particular, têm atraído interesse, sendo amplamente utilizadas. Tal interesse está vinculado à expectativa de que é mais provável que os pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação de entrevista com um planejamento relativamente aberto do que em uma entrevista padronizada ou em um questionário. (FLICK, 2004, p. 89).

Sendo a entrevista semiestruturada um meio de adquirir informações diretamente do participante, percebemos que ela nos fornece um clima para uma conversa e trocas de informações. Trazendo indagações, oportunizando ao participante expor suas ideias sobre o tema em estudo. O questionamento é extenso e subjetivo, encaminhando pesquisador e participante a uma relação mútua (ROSA; ARNOLDI, 2008).

A entrevista semiestruturada, portanto, é um importante instrumento de coleta de dados para a pesquisa qualitativa, isto porque seu caráter flexível e passível de trocas permite ao/a investigador/a interpretar a realidade com base nos depoimentos dados pelos/as participantes, conforme observam Bastos e Santos (2013, p. 71), a entrevista semiestruturada é “[...] uma oportunidade em que os participantes constroem versões e significados para o mundo em que estão inseridos e do qual fazem parte”. Sendo este, um meio pelo qual podemos obter informações valiosas sobre o cotidiano dos participantes de uma pesquisa, concordamos com Duarte (2004), pois a entrevista dá a oportunidade ao pesquisador de adentrar com maior perspicácia, para reunir sinais sobre a maneira de

cada indivíduo agir dentro de sua realidade. Buscando informações precisas que promovem a compreensão acerca dos acontecimentos e das relações que se estabelecem no dia a dia das pessoas participantes da pesquisa, o que se torna mais difícil através de outro meio de coleta. Lakatos (1993), engloba tópicos a serem apurados, ponto de vista sobre fatos, atitudes do presente e do passado, programas de atividades, emoções, posição séria acerca das informações sobre vivências.

Sabe-se que a entrevista semiestruturada é um dos meios mais viáveis para aquisição de dados. Concordamos com Manzini (2004), que a entrevista semiestruturada nos direciona para um ponto, sabendo que, anteriormente ao processo que permeia nossa demanda de execução, há um propósito de pesquisa. A entrevista semiestruturada é uma forma de reunir dados subjetivos para realizar a pesquisa qualitativa.

Estamos de acordo com Trivinos (1987), que a entrevista auxilia não apenas em conhecer os fenômenos sociais, como também ajuda a termos uma interpretação na totalidade e ainda mantém uma presença direta do pesquisador enquanto adquire as devidas informações nesse processo.

Para Trivinos (1987) e Mazini (2003), em se tratando da entrevista semiestruturada, a atenção tem sido acerca da formulação de perguntas que são referenciais importantes para o tema a ser investigado. A entrevista semiestruturada é considerada um meio pelo qual o investigador tem acesso aos dados, sendo possível enriquecer a investigação (TRIVIÑOS, 1987).

Para tal, usamos um questionário para nortear essa entrevista, e as questões abordarão assuntos como a formação dos professores, o seu dia a dia na escola com esses alunos e o processo acerca da realização das atividades diárias e de atividades de avaliação escolar, bem como a escolarização dos alunos com deficiência intelectual na escola regular.

Partindo do pressuposto de que uma boa entrevista começa com a formulação de perguntas básicas, que deverão atingir o objetivo de pesquisa, é possível fazer uma análise do roteiro para identificar a sua adequação em termos de linguagem, estrutura e sequência das perguntas no roteiro. (MANZINI, 2004, p. 3).

É questionado, ainda, sobre o planejamento educacional, como é realizado e se as atividades diárias são adaptadas, dando uma maior ênfase nas atividades avaliativas.

Também é questionado sobre o relatório individual e as fichas de avaliação dos alunos com deficiência intelectual. Podemos perceber, assim, que as entrevistas são de grande importância quando é necessário conhecer as convicções, princípios, sistema classificatórios de âmbitos sociais específicos, mais ou menos determinados, no qual embates e oposições não estejam nitidamente perceptíveis (DUARTE, 2004).

As entrevistas foram gravadas em áudio, através de aparelho celular, e transcritas em forma de relatórios, obedecendo normas da língua portuguesa para transcrição. Esses relatórios são dados de análise da pesquisa. A entrevista semiestruturada tem a função de promover o encontro entre duas pessoas, em que uma delas tem por objetivo obter informações sobre um tema (MARCONI; LAKATOS, 1999).

Pensando na proteção da identidade dos participantes da pesquisa, não usamos o nome real para identificá-los. Usamos nomes de pessoas importantes, grandes escritores da literatura brasileira, como codinomes desses participantes.

Considerando a afirmação de Silva, Oliveira e Salge (2021), as entrevistas semiestruturadas podem ser executadas com diversos indivíduos que fazem parte da instituição escolar, tais como diretores, funcionários, auxiliares, professores e alunos.

No roteiro da entrevista semiestruturada (APÊNDICE D), as questões tendem a ser complacentes, não sendo obrigatório seguir um roteiro rigoroso, o que permite, segundo Minayo (2002), acessar informações na fala dos participantes, não que essa fala seja simples, modesta, incerta, isso porque é uma forma de acessarmos esses dados repassados pelos participantes acerca da realidade vivida por eles.

Para tal estudo, foi criado um roteiro, para cada grupo de participantes, com questões inerentes à sua área de atuação, para orientar o entrevistador durante o momento da entrevista, com o intuito de seguir um caminho que auxiliasse a nos aproximar da realidade vivida pelos participantes dessa pesquisa. Segundo Manzini (2003), para termos acesso às informações através de uma entrevista, é necessário que tenhamos nós preparados, antes mesmo dessa coleta. Não podemos apenas escrever algumas questões aleatórias sem ter conhecimento prévio do meio no qual esse roteiro será inserido.

Os participantes da pesquisa têm como base para responder a essa entrevista, seu conhecimento acadêmico, adquirido com a participação em cursos acerca da inclusão, bem como suas experiências diárias atuando com alunos com deficiência intelectual.

Manzini (2003) defende a concepção de que as entrevistas apontam para um objetivo, porque anteriormente à concretização do acesso aos dados, há um propósito para nossa pesquisa que permeia nossa busca. Assim, a execução desse roteiro é voltada para o professor de apoio à inclusão, para entender qual ponto de vista desses profissionais em relação à avaliação das pessoas com deficiência intelectual e sua escolarização, bem como compreender como são elaboradas as atividades de avaliação, por quem são elaboradas, como são executadas, se os alunos recebem ajuda durante a realização e como essa avaliação poderá contribuir para a progressão ou retenção desses alunos na série atual.

A idealização do roteiro (APÊNDICE E) é voltada para a professora/coordenadora do AEE, com o intuito de perceber qual o papel dela diante das avaliações dos alunos com deficiência intelectual e sua escolarização, e ainda entender como as atividades são elaboradas e qual a participação desse profissional nesse trabalho de organização dessas atividades, bem como em todas as atividades realizadas por esses alunos. “O roteiro serviria, então, além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante” (MANZINI, 2003). Como o professor/coordenador do AEE vê o aluno com deficiência intelectual no ambiente escolar e quais as possibilidades de progresso e avanço desse aluno.

A efetivação desse roteiro (APÊNDICE F) é designado aos professores regentes, que tem em suas salas de aula alunos com deficiência intelectual, com o intuito de perceber qual a opinião desse profissional acerca da avaliação das pessoas com deficiência intelectual e sua escolarização. Sendo assim, entender como os professores trabalham com os alunos com deficiência intelectual, se elaboram as atividades de avaliação que possibilitam o avanço desses alunos. Concordamos com Manzini (2003), que defende a hipótese de que uma entrevista de qualidade começa com a definição de questões fundamentais, que deverão alcançar o propósito da pesquisa, é bom realizar uma reflexão sobre o roteiro para reconhecer a sua linguagem e adaptar de maneira mais compreensível a estrutura e continuidade das questões no roteiro.

As entrevistas foram realizadas logo após uma série de visitas que fizemos à escola lócus da pesquisa, em busca de transmitir informações sobre o projeto de pesquisa e adquirir a atenção e participação dos escolhidos para a realização deste trabalho dentro do padrão exposto, para que pudessem fazer parte do quadro de participantes. Como já citado, o professor/coordenador do AEE, professores de apoio à inclusão e professores regentes que atendessem alunos com deficiência intelectual.

Segundo Manzini (2003), a entrevista semiestruturada nos ajuda a controlar e estruturar a entrevista anteriormente, e até mesmo no instante em que ela acontece, podendo também assessorar de maneira oculta o entrevistado, tornando suas respostas mais claras e seguras. A entrevista propicia ao pesquisador descobertas sobre as vivências diárias dos participantes da pesquisa.

2.4.1 As transcrições das entrevistas

As entrevistas foram transcritas em forma de relatórios, obedecendo a oralidade dos entrevistados, porém a ortografia e a concordância precisam estar dentro das normas gramaticais. A transcrição da entrevista é bastante importante, por ser um processo que muda o contexto oral para o contexto escrito, por isso é necessário haver uma precisão e fidelidade durante a interpretação. Concordamos com Gibbis (2008), quando diz que existem critérios a serem seguidos durante a transcrição, para que a produção não seja diferente do contexto falado, ouvir o texto pode sugerir interpretações diversificadas, e é preciso ficar atento, para não transcrever apenas aspectos falados, é necessário captar o que está presente no ambiente de forma geral.

Ao iniciar os trabalhos de transcrição, primeiramente foi feita uma audição de cada entrevista. Esse trabalho foi realizado com todas as entrevistas gravadas, pois era necessário que a originalidade de cada uma das entrevistas prevalecesse no registro realizado. Vale reforçar que todo o registro escrito seguiu as falas dos participantes, como foi dito, acompanhado das questões que já estavam no roteiro previamente programado.

As entrevistas semiestruturadas foram transcritas, em um primeiro momento, em forma de relatório, para que pudesse ser realizada as leituras e, posteriormente, a análise. Após diversas leituras, foi realizada uma compilação das questões semelhantes, destinadas a todos os professores participantes, sendo necessário fazer uma divisão para adaptação das respostas, a fim de que houvesse uma análise com o objetivo de comparar as respostas.

As transcrições das entrevistas, por sua vez, são importantes porque “Sem esse recurso, não poderíamos realizar inferências sobre como as pessoas falam: suas pausas, inflexões, ênfases, como assimilam sistemas de coerência e constroem suas identidades, como lidam com relações de poder etc.” (BASTOS; SANTOS, 2013, p. 30).

Ao término das entrevistas, um momento crucial é o da transcrição, momento de reproduzir as informações colhidas verbalmente e gravadas através de um aplicativo, em um aparelho celular, com autorização dos entrevistados.

Iniciando o trabalho de transcrição, alguns mecanismos devem ser seguidos para organização e análise das entrevistas. As entrevistas precisam ser transcritas sempre depois de cada término, se possível pela mesma pessoa que a realizou, passando por uma rígida supervisão, ouvindo a gravação e verificando todo o texto escrito, se tudo está como o que foi falado. As entrevistas devem ser transcritas, lidas e é necessário fazer os reparos pendentes, para não influenciar os caminhos da pesquisa (ALBERTI, 1990).

Para dar início às transcrições, primeiramente foi realizada por intermédio da audição das entrevistas de forma aleatória, pois elas foram gravadas em um aparelho smartphone, com a autorização de cada participante.

Para realização de uma transcrição mais rápida, foi utilizada uma ferramenta digital, de nome voicemeeter, com o intuito de agilizar essa primeira parte da transcrição. Após tudo concluído, partimos para a correção, pois como essa transcrição foi feita de forma mecânica, poderia ocorrer alguma divergência da fala com a escrita, ouvindo cada entrevista atentamente e acompanhando o que estava escrito. Para isso, foi necessário voltar à gravação algumas vezes, para corrigir alguns termos, pois nem sempre a palavra falada ficava nítida aos “ouvidos” do programa usado. Isso aconteceu ao longo de todas as entrevistas. Foi preciso um longo período para a concretização dessa primeira etapa, pois era necessário ficar atento a cada detalhe e saber como transcrever para o papel, já que foram sete entrevistas.

Segundo Manzini (2006), o principal objetivo da transcrição é o de transcender o som, que pode ser ouvido várias vezes e transformado em um texto escrito, tornando parte do trabalho do pesquisador. Então essa transposição terá opiniões do pesquisador, que selecionou seus padrões, para corresponder graficamente ao que foi acumulado.

Num primeiro momento, no dia 22 de outubro de 2021, reunimos com alguns dos professores do período vespertino para apresentação do esboço do nosso projeto, na ocasião, comemoramos o aniversário da professora/coordenadora do AEE, contamos ainda com a presença da coordenadora pedagógica e da diretora do colégio. Nesse momento, o projeto foi apresentado e declaramos a vontade de concretizar a pesquisa nesta escola, para que a avaliação dos alunos com deficiência intelectual pudesse ser

valorizada de maneira que as capacidades de aprendizagem deles fossem respeitadas. No dia 30 de outubro do mesmo ano, voltamos à escola para que esses participantes pudessem assinar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, conversamos um pouco mais e respondemos às dúvidas que surgiram em relação à pesquisa. O acesso à escola lócus foi tranquilo e as entrevistas aconteceram de forma bem equilibrada, adequamo-nos aos horários livres dos participantes para concederem a entrevista.

Silva, Oliveira e Salge (2021) afirmam que as informações adquiridas com apoio das entrevistas proporcionam ao pesquisador uma série de noções com muitas particularidades sobre o ambiente pesquisado, proporcionando compreender melhor a essência e os pensamentos dos participantes em relação a certo tema. E isso só é possível de ser realizado através de uma abordagem qualitativa.

A entrevista propicia ao/a pesquisador/a um diálogo com os/as participantes da pesquisa a fim de descrever, relatar ou apresentar aspectos particulares do contexto investigado. Vale ressaltar que a finalidade das entrevistas estará sempre alinhada aos objetivos da pesquisa, enquanto os modos de realizá-la estão associados às escolhas metodológicas do/a autor/a. (SILVA; OLIVEIRA; SALGE, 2021, p. 2).

As entrevistas semiestruturadas foram gravadas através de gravador de voz no aparelho celular, para serem transcritas e analisadas posteriormente. Vale evidenciar que não tivemos um local único para essas entrevistas, tudo aconteceu de acordo com o momento. O local escolhido foi aquele que parecia mais tranquilo para a efetivação da entrevista naquele momento. Como afirmam Rosa e Arnoldi (2008), o entrevistador deve informar ao entrevistado todas as metodologias a serem realizadas para a preservação da discrição, e serão divulgadas com devido respeito e fidelidade, demonstrando quais as complicações para ambos se o sigilo não se mantiver.

No dia 17 de novembro de 2021, demos início às entrevistas, por volta de 14h30, fomos até a sala de SRM, onde conversamos com a professora do AEE e algumas professoras de apoio, trocamos ideias sobre o assunto do momento, que era a questão da pandemia, e logo partimos para a entrevista. Começamos com uma professora regente, pois ela se encontrava em aula vaga, para não atrapalhar a rotina escolar.

Segundo Lüdke e André (1986), no momento da entrevista, o pesquisador deve evoluir a habilidade de ouvir e ser atencioso com seu participante, sendo respeitoso e valorizando sua fala. Dessa forma, o pesquisador deve ser capaz de tornar a conversa agradável, com todas as informações trazidas pelo participante. “É muito importante que o entrevistado esteja bem-informado sobre os objetivos da entrevista e de que as

informações fornecidas serão utilizadas para fins da pesquisa, respeitando-se sempre o sigilo em relações aos informantes” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 29).

Nesse dia, usamos uma sala que estava vazia. Destaca-se que, infelizmente, o número de salas de aula fechadas aumentara bastante, vários são os motivos para esse problema, um deles é a questão da diminuição dos gastos públicos, daí aumenta-se o número de alunos por salas, para diminuir o número de funcionários por escolas.

A entrevista durou cerca de 45 minutos. Entre uma pergunta e outra, houve tempo para a troca de experiência, pois essa professora hoje regente, já atuou com professora de apoio à inclusão.

Ainda nesse dia, após o recreio, foi realizada mais uma entrevista, agora com uma professora de apoio à inclusão, porém contratada (sem vínculo efetivo com o estado). A entrevista fluiu rapidamente, sem mais problemas, visto que essa professora já participou de uma disciplina do mestrado como aluna especial e respondeu a tudo prontamente. Essa entrevista foi realizada na própria Sala de Recurso Multifuncional (SRM), já que estava liberada naquele momento. Terminamos e logo veio o intervalo, aproveitamos para conversar com outros professores da escola que ainda não conheciam o projeto.

Nesse mesmo dia, havia na escola um professor regente que ficaria nas dependências após o horário, pois trabalha no período noturno e, devido à distância em que mora, não compensaria ir em casa durante esse intervalo de tempo. Vale lembrar que essa é a realidade de vários professores, trabalhar em mais de um turno, em mais de uma escola, ficar na escola durante os intervalos, pois os salários são insuficientes e o deslocamento eleva os gastos ao fim do mês.

Ele se prontificou a realizar a entrevista nesse intervalo. Usamos a sala da coordenação, já que naquele momento não estava sendo usada pela coordenadora. Também iniciamos a conversa explicando sobre os critérios da entrevista, que seria gravada para utilização das respostas posteriormente, esclarecemos todas as dúvidas desse professor, pois, por ser regente, tinha mais dúvidas sobre os tópicos ligados à deficiência intelectual. Logo iniciamos a entrevista que transcorreu normalmente. A duração foi de aproximadamente 40 minutos.

O retorno à escola se deu no dia 19 de novembro do mesmo ano, por volta de 15h20. Mais uma entrevista foi iniciada, após o recreio, do qual participamos com os professores. Desta vez com uma professora de apoio que está aguardando licença para se aposentar. A entrevista foi executada na sala de professores, pois naquele horário não

havia ninguém no local, uma conversa proveitosa que ocorreu dentro do previsto, com a duração de cerca de 35 minutos.

No dia 24 de novembro de 2021, novamente estive na escola, no período da tarde, para realizar a entrevista com a professora do AEE, que aguarda sua aposentadoria para o próximo ano. Ela já estava bem-informada sobre as questões das entrevistas, também já participou de outras pesquisas, não teve nenhuma dificuldade em responder. A entrevista foi realizada na SRM, pois naquele momento não estava acontecendo nenhuma atividade. A entrevista teve a duração de cerca de 30 minutos, mas ainda conversamos bastante sobre os alunos público-alvo da educação especial e suas famílias depois que a entrevista foi realizada.

Percebe-se o quanto a entrevista semiestruturada é um recurso eficiente para o acesso às informações sendo bastante eficiente para a realização da pesquisa qualitativa. Esse tipo de instrumento permite que sejam realizados ajustes e permutas o que possibilita ao pesquisador uma variedade de interpretações com base na realidade dos participantes e suas declarações (BASTOS E SANTOS, 2013).

Retornamos ao colégio no período noturno, para entrevistar mais uma professora regente, pois esse horário era mais tranquilo para ela. Para não atrapalhar sempre procurava adequar aos horários que os professores tinham disponível. Essa profissional também já atuou como professora de apoio à inclusão, fomos realizando a entrevista e percebemos que, em alguns momentos, ela respondia como professora de apoio, e não regente, pois parece que as questões ficam arraigadas na memória dessas profissionais. A entrevista aconteceu em um salão dando continuidade, e a entrevista durou cerca de 45 minutos.

Para finalizar as entrevistas, no dia 09 de dezembro de 2021, falamos com mais uma professora de apoio à inclusão, na sala de recursos multifuncionais, juntamente com a professora do AEE, o que não causou nenhum constrangimento, pois há bastante abertura para falar desses assuntos entre elas. A entrevista foi rápida, com respostas precisas, durou cerca de 15 minutos. Logo após, surgiu um assunto acerca da aceitação dos familiares em relação aos alunos com deficiência, então conversamos sobre um determinado aluno, cuja maior dificuldade é ser aceito pela própria mãe, que também apresenta um pequeno problema na fala e não assume que isso atrapalha sua comunicação.

Assim foram finalizadas as entrevistas, com tudo gravado para ser transcrito. Foram realizadas as entrevistas semiestruturadas com uma professora/coordenadora do

AEE, que trabalha no matutino e no vespertino; uma professora de português, que ministra aulas no período matutino e vespertino, neste mesmo colégio; uma professora de biologia, que ministra aulas no período matutino e noturno, e é coordenadora pedagógica em uma instituição particular; um professor de história, que ministra aulas no período vespertino e noturno, neste colégio, e também é professor na rede municipal, no período matutino; uma professora de apoio à inclusão, que é contratada, também é contratada pelo município e ministra aulas no período matutino; e mais duas professoras de apoio à inclusão, que são efetivas e trabalham, neste colégio, com carga horária de 40 horas semanais.

Todos os participantes atendem alunos com deficiência intelectual, em turmas de 6º a 9º ano, e ofereceram muitas informações sobre o dia a dia desses alunos, como acontece a avaliação escolar e a escolarização deles. Silva, Oliveira e Salge (2021) afirmam que as informações produzidas através das entrevistas dão à pesquisadora uma grande base de dados com muitos detalhes sobre o tema pesquisado, facilitando compreender os sentidos e conceitos que os participantes atribuíram para tal situação.

Assim, percebe-se o quanto a entrevista tem seu poder em relação a uma pesquisa de abordagem qualitativa. E é por meio dela que se entende a relevância e lógica daquilo que está sendo pesquisado, quem se refere ao contexto no qual está inserido e onde o episódio educativo é investigado (SILVA; OLIVEIRA; SALGE, 2021).

2. 5 Observações participativas

Um procedimento importante que também faz parte desta pesquisa é a observação participativa durante as visitas, quando acontecem as observações, tudo é anotado em um diário de bordo, discretamente, para não causar constrangimento aos participantes, este será de grande ajuda para análises futuras.

A Observação Participante é realizada em contato direto, frequente e prolongado do investigador, com os atores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. Requer a necessidade de eliminar deformações subjetivas para que possa haver a compreensão de factos e de interações entre sujeitos em observação, no seu contexto. É por isso desejável que o investigador possa ter adquirido treino nas suas habilidades e capacidades para utilizar a técnica. (CORREIA, 1999, p. 31).

Observar dá uma ideia de investigar, com meios menos padronizados e mais simples. E estando o observador no campo, algumas preocupações vêm à tona, em relação às questões teóricas e metodológicas, tem sempre a ver com o poder do cientista observador no campo escolar, de forma mais ampla, o etnocentrismo (POSTIC; KETEFE, 1994).

Realizamos visita à escola campo para observação durante as aulas, verificando quais as estratégias usadas pelos professores de apoio à inclusão, durante a realização de atividades avaliativas, analisando o cotidiano do aluno com D.I. A observação é a maneira que o indivíduo usa para estar mais próximo do meio em que ele vive, é uma atividade primitiva da qual surgem aprendizados fundamentais sobre a vivência do ser humano. Através da observação, iniciamos um momento de comunicação e conhecimento em relação ao objeto de estudo (TURA, 2003).

Uma pesquisa de campo, para ser bem realizada, precisa ter diversas origens, pois são essas riquezas de informações e a probabilidade de paridade entre elas que consistem numa boa pesquisa, elas proporcionam suas fontes de informações sem a necessidade de um outro objeto, ela existe por si só, não sendo preciso o uso de fontes documentais, por exemplo (CARDOSO; PENIN, 2009).

Pesquisas mostram que a observação apresenta uma participação do pesquisador de várias maneiras, sendo uma delas a de catalogar, anotar e localizar os fatos do dia a dia, pensando em antecipar os acontecimentos. Tendo como ponto de apoio o diário de bordo, onde registra, de maneira minuciosa e cautelosa, os diversos períodos da pesquisa, abrangendo descobertas, indecisões e surpresas (TURA, 2003).

Dessa forma a observação participativa ajuda a perceber o dia a dia dos participantes da pesquisa, fornecendo as informações através de fatos, como afirma Tura (2003), a observação envolve o pesquisador nos acontecimentos diários. E eles podem ser verificados pelo pesquisador através de várias formas, tais como, anotar, relatar e assinalar, sendo sua principal intenção.

Para que os dados da observação pudessem ser acessados posteriormente, e esse diário de bordo fosse preenchido com descrição, foi necessário seguir um padrão de observação que não atrapalhasse a rotina diária dos participantes desta pesquisa. Observar o meio escolar dos alunos com deficiência intelectual, de maneira a participar da rotina deles e não prejudicar seu aprendizado. De acordo com Adler (1998), a observação

participativa tem sido alvo de relevância para os cientistas utilizarem como recurso para seus procedimentos, durante suas pesquisas, para lidar com seus participantes.

Para construção do roteiro acerca da observação, (APÊNDICE G) foi necessária uma reflexão sobre a observação, como afirma Tura (2003), no instante da observação, o pesquisador define uma ligação de conhecimento com seu objeto de pesquisa que, naquele momento, é algo concreto na vida social cheia de valores que são vividos socialmente.

Para produção desse roteiro, foi utilizado como ponto de apoio, pesquisas de alguns autores, que muito contribuíram para que pudesse elaborar as questões dessa observação. Dessa forma, Manzini (2003) apresenta que um dos primeiros movimentos que seria a adaptação dos roteiros como forma do pesquisador se ordenar, alinhar e perceber o processo de acesso aos dados. Tura (2003) afirma que a observação participativa assegura momentos de proximidade com o dia a dia dos participantes da pesquisa.

Foi possível adentrar no ambiente escolar e observar os alunos com deficiência intelectual, com idades entre 13 e 17 anos, do Ensino Fundamental II (de 6º a 9º ano), nos meses de agosto a novembro. E adquirir informações valiosas de toda a equipe escolar, em relação aos acontecimentos diários, envolvendo a realização das atividades e sobre o ensinar e o aprender.

Tura (2003, p. 184) diz: “A observação, com as características específicas de sistematização de condutas e procedimentos e de focalização em torno de um objeto determinado, constituiu também um procedimento básico da investigação científica da experimentação”.

Podemos dizer que a observação se inicia a partir do momento em que vamos à escola lócus pela primeira vez, pois, nesse momento, nossos olhares já começam a passear pela instituição com olhar de pesquisador, em busca de respostas para suas indagações. Para Tura (2003), a observação participante viabiliza períodos de proximidade com a vivência no ambiente a ser pesquisado.

Após as visitas, que aconteceram as entrevistas, e algumas visitas à secretaria, em busca de informações sobre a equipe de funcionários e dados referentes à quantidade de alunos, pudemos iniciar as observações. Segundo Tura (2003), um ponto considerável em relação à observação é a parte de como a instituição se organiza internamente, os costumes acerca das atividades diárias. Sendo assim, observar a rotina diária dessa unidade escolar é importante para a aquisição de dados.

Conforme previsto e comunicado à direção da escola, além das entrevistas também foram realizadas as observações participativas e análise documental. Como já foi citado, essa observação teve início no instante em que visitamos a instituição para a primeira conversa e apresentação do projeto, pois a todo tempo estamos observando ao nosso redor e verificando o meio no qual estamos inseridos.

As observações foram iniciadas no dia 12 de agosto de 2022, no turno vespertino. Todas foram registradas no diário de bordo, através de relatórios. Para Ludke e André (1986), não existe uma norma exclusiva para registrar as observações, deve assinalar alguns pontos e realizar de maneira discreta para não ficar muito visível que esteja fazendo anotações.

Destaca-se que as observações participativas giram em torno de observar e participar, nesse sentido, Tura (2003) diz que é com a observação que o pesquisador abraça seu objeto de maneiras diferentes, podendo contextualizar formas variadas de sua vida.

Sendo assim, as observações tiveram momentos de participação, pois foi dado ao pesquisador esta oportunidade. Para isso, o pesquisador precisou conseguir habilidade de observar com atenção, com a intenção de ver as questões incorporadas no ambiente pesquisado, com legitimidade. (DA MATTA, 1998).

Eisenhart e Howe (1992) apresentam pontos importantes sobre a observação, que é o de demorar um pouco mais no ambiente da pesquisa, o dialeto a ser utilizado durante a observação e o comportamento do observando perante o campo da investigação, assegurando a eficácia da pesquisa. Principalmente quando existe a necessidade de um diálogo claro com os participantes e outros envolvidos no processo escolar.

Há detalhes de cada momento das observações anotadas no diário de bordo. Geertz (1989) afirma que para que essa observação seja satisfatória, ela precisa ser seguida de uma descrição densa dos fatos observados. Como afirma Tura (2003), o pesquisador deve empenhar em realizar a ligação entre os acontecimentos, a compreensão, a coerência e sua ordem procurando instruções para desenrolar determinadas demandas sobre a convivência com o grupo de participante da pesquisa em seu cotidiano.

Ao chegar à escola lócus, para a primeira observação participativa, passamos pela sala da coordenação pedagógica, para informar que daríamos início às observações, no ambiente escolar, mais precisamente nas salas de aula.

Com esse primeiro contato direto com algumas das participantes, a presença do pesquisador vai sendo acolhida pela equipe escolar, as dúvidas vão sendo sanadas a partir de exposição sobre a pesquisa, questões que vão surgindo no decorrer da observação e algumas discussões que acontecem no dia a dia servem para auxiliar o entendimento (TURA, 2003).

Nesse primeiro momento de observação participativa, ficamos por um período na SRM, com a nova mediadora (professora/coordenadora) de AEE, que reorganizava a sala.

Tura (2003) afirma que, nesse primeiro momento durante a observação, podem surgir instantes de desconforto por parte dos envolvidos, podendo até acontecer atitudes que diferem do dia a dia, é importante que o pesquisador não se impressione com esses atos e saiba compreendê-los, pois podem não fazer parte dos valores da instituição.

Voltamos à SRM, conversamos com a professora/coordenadora, que a partir de agora será mencionada como **mediadora**. Falamos sobre assuntos relacionados ao contraturno e os alunos que teriam de voltar nesse período, para realizar atividades que os auxiliassem em seu desenvolvimento em busca de um melhor aprendizado, dentre outros assuntos.

Ao término da observação participativa, foi contabilizado um período de 3 horas e meia. Vale apontar que todas as observações foram registradas no diário de bordo para serem analisadas como fonte de informação para esta pesquisa. Diante das observações, Geertz (1999, p.) declara que o interessante é produzir uma escrita de acordo com as informações adquiridas na sociedade observada e, para isso, é necessário assimilar a diversidade de conhecimentos sobre o senso comum acerca dos fatos ocorridos no ambiente pesquisado.

Durante a semana de 19 de setembro a 23 de setembro de 2022, estivemos na instituição escolar cinco vezes, em períodos diferentes, totalizando cerca de 18 horas e meia. Foi possível observar o dia a dia dos participantes da pesquisa durante a realização das atividades avaliativas, dentre outras atividades.

A visita para observação participativa ocorreu no período matutino, no dia 20 de setembro de 2022, e foi de maneira tranquila. Chegamos à sala dos professores, e logo a aula começamos a acompanhar a professora de apoio à inclusão, nomeada Marina Colassanti, itinerante², que é uma única professora para cinco alunos, com deficiências

² Professora de apoio que auxilia alunos com deficiência intelectual, alternando o atendimento em salas de aulas de salas diversificadas,

diversas, em turmas distintas, o que dificulta muito o trabalho da professora, inclusive um aluno no 1º do Ensino Médio.

Encerrando mais um dia de visita na escola com as observações realizadas e registradas no diário de bordo. A duração da visita com observação participativa foi de 3 horas e meia. É importante salientar o quanto uma observação participativa nos deixa mais próximos do ambiente observado e dos participantes da pesquisa, podemos confirmar que “uma pesquisa de observação de sala de aula pode buscar uma relação de empatia com os atores de campo, analisando suas representações a partir da compreensão de seus pontos de vista” (SILVA; GALLO; CASARIN, 2001).

É preciso cautela enquanto observador, pois ao se aproximar dos participantes da pesquisa, é necessário propor uma relação de afinidade, para que sua presença não pareça uma imposição, causando o afastamento do pesquisador (CARDOSO, 2003). Assim, durante o intervalo do recreio, ficamos com os professores, na sala dos professores, ouvindo a conversa e observando a relação diária deles, sempre estão falando sobre os alunos, e por ser a semana de avaliação com peso maior, este era o assunto com maior ênfase. Cada um tinha uma opinião sobre as avaliações, a aprendizagem, o desenvolvimento, o desempenho. O ponto principal da decadência da educação, neste momento, é o fato de a pandemia ter feito com que as crianças ficassem quase dois anos sem aulas presenciais. Desta forma encerramos mais um dia de observação participativa, com 3 horas e 45 minutos.

Concordamos com Geertz (1978), que o observador, quando está em um ambiente escolar, não deve ficar esperando que algo inédito aconteça, é preciso estar de olho em todas as situações do cotidiano de uma sala de aula.

Bogdan e Biklen (1994) afirmam que é ideal que haja uma conversa entre os participantes e o pesquisador, para favorecer a situação da observação e da entrevista, e isso foi realizado sempre que antecedia os momentos de observação e entrevista durante a realização desta pesquisa. Seguindo as observações participativas, partimos para mais uma visita, que aconteceu no período vespertino. Fomos direto até a sala do AEE, conversamos um pouco com as professoras que ali estavam e decidimos acompanhá-las. Segundo Ludke e André (1986), a observação tem sido importante para as pesquisas nas quais são utilizadas, porque proporciona uma comunicação de perto entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa.

As observações foram encerradas nessa semana, com mais 3 horas e meia de observação participativa, o que totalizou 21 horas e 30 minutos.

Os autores Silva, Gallo e Casarim (2001) afirmam, podemos concluir que a observação participante em sala de aula, com a entrevista e a análise documental, manifestou-se totalmente capaz para que se construíssem as análises sobre os participantes e essencialmente acerca do assunto observado.

2. 6 Análise Documental

Análise Documental, de acordo com Godoy (1995), além de ser um processo de pesquisa com propriedades singulares, com intenção de averiguação muito particular, ainda pode ser usada uma tática adicional, confirmando e aprofundando as informações acessadas por meio de outras ferramentas, como entrevistas, questionários e observação. E a análise documental, além de ser um procedimento de pesquisa que tem suas peculiaridades detalhadas, com propósito de investigações singulares, também pode ser utilizada como apoio no trabalho de pesquisa (GODOY, 1995).

A Análise Documental é um procedimento pouco usado, não apenas no campo da educação, mas também em outros campos de estudos, segundo Lüdke e André (1986, p. 38), “[...] pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja completando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Salienta-se que, nessa situação, as informações reunidas podem ser alcançadas de várias maneiras, recomenda-se definir o propósito da pesquisa, para poder apontar qual formato para acesso aos dados será utilizado.

Este projeto de pesquisa é desenvolvido através de uma pesquisa qualitativa, tendo como um dos instrumentos metodológicos a análise documental, esta utilização pode ser definida como:

O uso da análise documental, que se refere à pesquisa documental, que utiliza, em sua essência: documentos que não sofreram tratamento analítico, ou seja, que não foram analisados ou sistematizados. O desafio a esta técnica de pesquisa é a capacidade que o pesquisador tem de selecionar, tratar e interpretar a informação, visando compreender a interação com sua fonte. Quando isso acontece há um incremento de detalhes à pesquisa e os dados coletados tornam-se mais significativos. (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 57).

Foram realizadas visitas à secretaria da escola, onde tivemos acesso aos documentos acerca da educação inclusiva e aos documentos individuais dos alunos com deficiência intelectual, para que pudéssemos fazer uma análise referente a sua vida escolar e verificar os resultados os quais culminaram na promoção ou retenção do aluno com deficiência intelectual. Deixar em evidência a pesquisa documental traz para a discussão uma metodologia que é “pouco explorada não só na área da educação como em outras áreas das ciências sociais” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38).

Tendo como subsídio a análise documental, que constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (LUDKE; ANDRÉ, 1986), o trabalho de análise já se inicia com a coleta dos materiais, não é acumulação cega e mecânica. À medida que colhe as informações, o pesquisador elabora a percepção do fenômeno e se deixa guiar pelas especificidades do material selecionado (LAVILLE; DIONE, 1999), sendo os documentos as únicas fontes que registram princípios, objetivos e metas de um objeto em análise. E a análise documental possibilita a investigação do modo de transformação e maturidade de pessoas, equipe, concepção, princípios, hábitos, pensamentos, ações, e outras tantas (CELLARD, 2012).

Certamente, os documentos revelam concepções explícitas e subjacentes de determinados objetos de pesquisa. Por exemplo, os documentos podem revelar dinamicidade e complexidade de uma determinada concepção de uma política pública. Análise Documental é, conforme expressa Sá Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5), “[...] um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”. Assim, a análise documental é elaborada através de fatos registrados em diferentes documentos, não apenas em fontes escritas, uma vez que há diversos materiais que podem ser analisados, como fotos, vídeos, portfolios, fichas, dentre outros.

O pesquisador que trabalha com documentos deve superar vários obstáculos e desconfiar de inúmeras armadilhas, antes de estar em condições de fazer uma análise em profundidade de seu material. Em primeiro lugar, ele deve localizar os textos pertinentes e avaliar a sua credibilidade, assim como a sua representatividade. (CELLARD, 2012, p. 295).

É um tipo de metodologia que pode ser usada tanto no método qualitativo, quanto no quantitativo, pois tem o intuito de procurar informações concretas nos documentos pesquisados para tal estudo. É o que se pode confirmar em Minayo (2009), a pesquisa qualitativa como processo metodológico compreendido como instrumento de uma interpretação detalhada, em profundidade dos fatos que estão sendo investigados. Foram examinadas as fichas de avaliação e relatórios de alunos com deficiência intelectual, matriculados em salas comuns, no Ensino Fundamental de um colégio público estadual.

Utilizar documentos em pesquisa nos dá a oportunidade de termos uma maior dimensão em relação à compreensão do tempo social. A análise documental, qualitativa ou quantitativa, tem a observação como um processo de crescimento dos indivíduos, dos conceitos, dos conhecimentos, da prática, dentre outros (CELLARD, 2012). Ainda de acordo com Cellard (2012), a análise documental é precedida por uma análise preliminar e deve respeitar cinco aspectos: o contexto, a autenticidade, a natureza, os autores e seus conceitos-chave e a lógica interna do texto.

Em relação a esses aspectos, Sá Silva, Almeida e Guindani (2009) deixam claro que é preciso observar o momento histórico no qual esse documento foi produzido, saber sobre a personalidade do indivíduo que o expõe, conhecer a natureza dele, antes de chegar a um ponto final, e utilizar palavras-chave e conceitos pertinentes, principalmente em documentos mais recentes. Cellard (2012) afirma que a qualidade da informação a ser repassada precisa ser de origem segura, para dar confiabilidade nos resultados das análises.

Por fim, podemos afirmar que o “objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem, o da análise de conteúdo, é a manipulação da mensagem, para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem” (BARDIN, 1977, p. 46).

SEÇÃO III

NARRATIVAS EM RELAÇÃO AS REFLEXÕES REALIZADAS POR MEIO DAS ENTREVISTAS, OBSERVAÇÕES E DOCUMENTOS ANALISADOS

3.1. Análises das entrevistas e das observações realizadas no âmbito escolar

Partindo para as análises das transcrições, concordamos com Manzini (2006), “O princípio básico para constituir uma boa análise é partir de uma transcrição integral, na qual todas as verbalizações são transcritas”. O importante é captar as ideias do entrevistado de uma forma que abranja as questões e as respostas como um todo, pois a linguagem é um mecanismo do indivíduo que proporciona a possibilidade de expor uma só opinião de várias maneiras. Tudo depende da forma como acontece a entrevista, o modo de fazer a pergunta que está no roteiro, às vezes, há a necessidade de refazer a pergunta para uma melhor interpretação por parte do entrevistado. Todos esses pontos devem ser considerados (MANZINI, 2006).

Ao analisar as entrevistas, e as anotações do diário de bordo, foi constatado que, de acordo com os professores a definição de deficiência intelectual recai na questão sobre a dificuldade que o aluno apresenta em sala de aula em relação ao aprendizado, principalmente durante a realização das atividades propostas. Em alguns casos, essa dificuldade é pequena, necessitando de uma simples ajuda, em outros, essa dificuldade pode ser maior, sendo preciso adaptar as atividades para que esse aluno compreenda melhor e desenvolva mais suas habilidades.

Concordamos com Santos e Martins (2015), ao dizerem que as análises das observações nos proporcionaram familiarização com o contexto, onde pudemos perceber aspectos marcantes da prática pedagógica e de como são tecidas as relações entre professores e alunos com ou sem D.I.

Dentro das análises realizadas sobre as entrevistas produzidas com os participantes da pesquisa, foi possível elencar cinco categorias com temas comuns, dentre as respostas examinadas. Essas categorias foram definidas de acordo com o tema: “Avaliação escolar de pessoas com deficiência intelectual” e os objetivos propostos.

As categorias são: Avaliação é uma concepção que nomeia os objetivos delineados; Caroneiros e Laudo médico; Flexibilidade da avaliação; Leitura, escrita e avaliação; Avaliação como promotora da aprendizagem.

3.1.1 Avaliação é uma concepção que nomeia os objetivos delineados.

Dentro do contexto da pesquisa, a avaliação é um ponto importante que ilustra metas propostas. Baptista, Palhano e Pereira (2017) afirmam que a avaliação é uma concepção que nomeia os objetivos delineados em sala de aula na edificação da compreensão e a continuação final, verificando quais objetivos foram alcançados e quais os obstáculos encontrados para possíveis intervenções pedagógicas.

Segundo Fontana e Frey (1998), a entrevista e a observação são processos interligados, pois muito daquilo que observamos pode ser visto durante a fala dos participantes no momento da entrevista, relacionando-se em um processo mais complexo.

Excerto 1: Eles realizam atividades com a minha ajuda, aquele que não precisa de atividade adaptada e aqueles que precisam de atividades readaptadas, eu trabalho geralmente igual na outra escola. Retiro da sala no período de uma hora, eu trabalho a atividade e retorna para sala para eles estarem aprendendo não somente a escrever, e sim ouvir, entender o conteúdo. (PROFESSORA RUTH ROCHA).

Os professores que participaram da pesquisa concordam que a avaliação escolar da pessoa com deficiência intelectual deve ser realizada com cautela, para que sirva de subsídio na investigação do desenvolvimento de cada aluno com deficiência intelectual.

Excerto 2: Essa coisa aí eu acho complicado, né? Quantitativo, né? Para reprovar ou promover o aluno com deficiência, porque assim, é aquilo que eu te falei, é o ritmo dele, né? É o ritmo. E você não pode reprovar sabe? É o que penso. (PROFESSOR MACHADO DE ASSIS).

As atividades do dia a dia e as atividades avaliativas são realizadas tanto na sala de aula, com auxílio do professor de apoio, quanto na sala de recursos. Depende da complexidade, da atividade e do grau de deficiência do aluno.

Uma das professoras de apoio, ao acompanhar o aluno com deficiência intelectual durante a realização das atividades, teve que se ausentar da sala e foi possível observar que, no horário da atividade de avaliação, a professora de apoio à inclusão, Sylvia Orthof, e os dois alunos se ausentaram da sala de aula, indo para a SRM, pois, de acordo com ela,

Excerto:3 “Sair da sala para ajudar os alunos a fazer as atividades de avaliação são mais fáceis, porque não atrapalha os outros alunos da sala de aula, e eles, os meus alunos, ficam mais tranquilos e eu posso ajudá-los tranquilamente” (PROFESSORA SYLVIA ORTHOF).

No dia da avaliação de Ciências e Educação Física, no decorrer das aulas, a professora acompanha os alunos com deficiência, coloca um à sua direita, outro à sua esquerda, segundo ela, assim é possível assessorá-los melhor. É importante ressaltar que o aluno com D.I. consegue copiar as atividades do quadro ou do livro e, com auxílio da professora de apoio à inclusão, consegue resolver.

Excerto 4: “(...) essa deficiência intelectual abrange aquele aluno que tem uma dificuldade principalmente de interpretação, que não consiga às vezes ele sabe ele consegue decifrar o código linguístico, mas ele não consegue fazer intervenções e o que tá ali nas entre linhas. Em linhas gerais eu acredito que seja isso.” (PROFESSORA CLARICE LISPECTOR)

Já o aluno com síndrome de X frágil e D.I. apresenta um comportamento diferente, é agitado, impaciente, tímido, precisa de atividades adaptadas.

O tipo de atividade que mais prende sua atenção são os desenhos para colorir, pois não consegue acompanhar as atividades diárias que são propostas pelo professor regente, muitas vezes é necessário sair com ele da sala de aula, pois grita e perturba os colegas. Nesses momentos, para acalmá-lo, a professora de apoio à inclusão o leva para dar uma volta, algumas vezes, vão até a sala do AEE, para realizar atividades com jogos pedagógicos, atividades no computador, e depois volta para a sala.

Excerto 5: O da síndrome do X frágil é o Rael, ele está no sétimo ano, ele é uma criança que necessita demais do professor de apoio e do acompanhamento, é uma criança que até em casa mesmo ele necessita de ajuda, porque ele não dá conta de fazer suas atividades diárias normais sozinho, às vezes ele tá mais tranquilo, às vezes está difícil, e é assim ele tá bem aquém da aprendizagem. (PROFESSORA SYLVIA ORTHOF).

Assim a professora de apoio à inclusão, Sylvia Orthof, ajuda o aluno com D.I. a realizar sua atividade avaliativa, tentando fazer com que ele mesmo leia as questões e busque a resposta. Ela o incentiva a tentar lembrar daquilo que a professora explicou, para que possa compreender as questões e resolver as avaliações dentro de suas limitações.

Excerto 6: Agora quanto ao aluno com DI, ele é um aluno mais despojado, ele já é um aluno mais assim, ele tá mais assim, mais interessado, mesmo que a gente viveu o período de pandemia, porque este é o segundo ano que eu estou com o apoio deste aluno, mesmo quando o apoio não está ao lado dele, como a gente começou o ano passado, ele vem desenvolvendo. Ele tem interesse e ele quer, também tem ajuda da parte da família, que é muito importante. (PROFESSORA SYLVIA ORTHOF).

Quando o conteúdo é mais complicado, e a professora tem dúvidas, ela busca formas para encontrar as respostas através de pesquisas na internet ou mesmo no conteúdo existente no caderno do próprio aluno para auxiliá-lo, expondo novamente o conteúdo, com uma breve explicação, em busca de uma resposta que seja compreendida por ele. E, assim, o aluno vai resolvendo as questões da avaliação com o auxílio da professora de apoio à inclusão. É importante lembrar que, neste dia, havia duas avaliações.

Excerto 7: “Então, sim eles necessitam de ajuda e aqui é a questão era do professor de apoio, né, que ajuda, que ajuda o tempo todo e até eu mesmo já conversei com a professora de apoio pra ver o que que a gente podia também tá ajudando né. Porque dá pra fazer alguma coisa.” (PROFESSOR MACHADO DE ASSIS)

Durante a observação participativa, ficamos quase todos os horários na SRM, juntamente com a mediadora do AEE. Porque é natural que eles demorem um pouco mais do que o tempo previsto para realizar as avaliações.

Podemos perceber, durante a observação participativa, que o mais difícil é que a professora de apoio à inclusão, Sylvia Orthof, precisa atender os dois alunos ao mesmo tempo, então ela adianta a atividade com o aluno Gael, com D.I., e vai atender o aluno Rael, com síndrome do X frágil e D.I. As suas atividades são adaptadas, inclusive as atividades avaliativas, porém o conteúdo trabalhado na avaliação é o mesmo dos alunos da sala de aula.

Portanto é feita uma adaptação através de desenhos, figuras, recortes, colagens, palavras simples, de acordo com suas limitações e capacidades, pois não são alfabetizados.

Em um outro momento, a professora de apoio à inclusão, Sylvia Orthof, auxiliou o aluno Gael, visto que o Rael não estava presente naquele dia, pois estava doente. Inclusive conversamos sobre a questão das frequentes faltas desses alunos. A professora comentou sobre a recusa do aluno Rael em usar máscara e se encontra sempre com sintomas gripais, isso faz com que ele falte muito, o que prejudica seu desenvolvimento durante as atividades. Em uma outra aula, o aluno Gael estava realizando atividade de arte, a qual conseguiu realizar sozinho, dando a oportunidade para a professora Sylvia Orthof auxiliar a mediadora do AEE na SRM.

Também é de responsabilidade da mediadora do AEE, o trabalho desenvolvido no contraturno com os alunos com deficiência, em busca de melhor evolução em relação as suas potencialidades.

Excerto 8: “As atribuições do coordenador/professor do AEE, o que que é atribuição, aqui a gente está sempre de olho em alguma criança, assim vamos supor que o professor dá o diagnóstico que um aluno está com dificuldade, então minha função é chamar essa criança aqui, chamar os pais, conversando, fazendo uma triagem com essa criança, minha função também é com os nossos alunos, né? Que são **portadores de necessidades especiais**, eles vêm comigo no contraturno, a gente trabalha o reforço de uma forma mais lúdica, com jogos, com brincadeiras.” (PROFESSORA CECILIA MEIRELES. Grifo nosso.).

Baptista, Palhano e Pereira (2017) afirmam, em relação ao dever de conduzir a criança à escola, que “cabe à família a responsabilidade de matricular seu filho na escola de ensino regular e buscar apoio nas instituições públicas capacitadas para dar suporte ao educando e à família”. Oliveira (2018) afirma que o professor pode ser um especialista na área da inclusão, ainda assim vai demonstrar adversidade em relação à maneira de avaliar os alunos, causando uma dúvida no que se refere à função do AEE, acabando por tumultuar as atividades pedagógicas, que são um reforço neste contexto, são atividades diferentes daquelas realizadas em sala de aula.

Conversando com a mediadora, um ponto bastante importante para que o aprendizado aconteça, e a avaliação possa fazer parte da promoção desse aluno com deficiência intelectual é a questão do contraturno. Portanto as questões acerca desse retorno são bastante conturbadas, pois, muitas vezes, não é possível que os pais retornem à escola para levarem seus filhos duas ou três vezes por semana em outro período. E horário normal já é difícil, devido ao meio de transporte utilizado, à distância, é preciso que este aluno esteja sempre acompanhado por um adulto responsável. O horário de trabalho dos pais, a indisposição desse aluno (muitas vezes toma medicamentos e fica sonolento), todos esses pontos são prejudiciais para que o aluno retorne no contraturno. Segundo a mediadora do AEE, isso prejudica bastante a realização das atividades, o bom desempenho e desenvolvimento das habilidades e a avaliação desses alunos com D.I.

Para atuar e desenvolver esta proposta do AEE, as diretrizes (GOIÁS, 2010) apontam o professor de AEE como responsável pela SRM dentro da escola, onde ocorrerá a prestação do serviço de atendimento pedagógico especializado. Este profissional deverá ser efetivo na rede estadual, com formação em Pedagogia e com certificação na educação especial. A este cabe articular o trabalho pedagógico em parceria com o professor regente, o professor de apoio à inclusão e o coordenador pedagógico para a efetivação de uma prática educacional inclusiva, flexibilizando o currículo e desenvolvendo uma avaliação para a diversidade, bem como subsidiar e acompanhar o processo de avaliação dos estudantes com necessidades especiais de atendimento desde o momento em que ingressam na unidade de ensino. É ele o responsável por organizar o AEE de acordo com as áreas a serem atendidas. (ALMEIDA, 2016, p. 69).

Percebe-se que sem a participação desses alunos no contraturno, o trabalho da mediadora do AEE é inválido, e os alunos terão o ensino-aprendizagem afetado. Sabemos que a família também é parte fundamental para que o aprendizado dessas crianças aconteça, principalmente no que diz respeito ao contraturno, pois depende dos responsáveis para que essas crianças voltem e recebam o auxílio necessário a fim de que seu desenvolvimento seja ampliado.

A avaliação do atendimento educacional especializado deve servir para que se possa alterar práticas pedagógicas e aperfeiçoar condições de ensino e aprendizagem que favorecem o desenvolvimento do aluno. A orientação da avaliação a ser realizada na classe comum também deve ser voltada para identificar a aprendizagem dos alunos, centrando-se no que ele sabe em detrimento do que não sabe. (BRASIL, 2007, s/n).

Essa questão do aluno não voltar no contraturno, para receber uma atenção individual e realizar atividades que auxiliem no desenvolvimento, torna a aprendizagem escassa, e impossibilita uma ação prática acerca da avaliação escolar com os alunos público-alvo da educação especial.

Excerto 9: “Eu vejo assim, a falta de compromisso do pai, por exemplo, o contraturno, o pai não querem trazer, cria empecilhos, eu estou aqui, o material está aqui, graças a Deus nós temos material demais, o que precisa a gente corre atrás, a escola está prontinha para arrumar, mas nós temos, nós nos esbarramos com essa questão do pai, da disponibilidade”. (PROFESSORA CECILIA MEIRELES).

A questão relacionada ao retorno dos alunos com DI, no contraturno é muito complicada, pois esse seria um horário no qual o professor do AEE, realizaria atividades com intuito de fazer com que o aluno desenvolva suas habilidades, trabalhando suas limitações, mas não existe a colaboração da família, o que compromete o ensino aprendizagem.

3.1.2 Flexibilização da aprendizagem

Percebemos que, durante as atividades avaliativas, todos os alunos com deficiência intelectual recebem orientações dos professores de apoio, uns mais, outros menos, dependendo da dificuldade apresentada. E que algumas atividades avaliativas necessitam de adaptações, outras os alunos conseguem realizar sem adaptações, porém com auxílio do professor de apoio. E, na maioria das vezes, isso acontece fora da sala de aula.

Almeida (2016) afirma que a escola inclusiva precisa ter autonomia para criar situações de acordo com a atual necessidade dos estudantes com deficiência intelectual. Sendo muito mais que uma discussão sobre atividades, são atividades pedagógicas, competências dos professores.

Os relatos dos professores acerca da questão sobre as atividades de avaliação possibilitam discutir sobre o ponto de referência para medir o quantitativo de aprendizagem, eles narram que isso é bastante complicado e que o aluno com deficiência intelectual deve ser avaliado de maneira diferenciada, em todas as atividades diárias, em seu rendimento, em todos os aspectos.

Excerto 10: “O que eu observo, assim, quando esse aluno está dentro da escola, e vai caminhando com aquele grupo de alunos né, dependendo do trabalho que você faça no início, e eles vão crescendo juntos né? É natural. Por exemplo assim, aquele aluno que, chegou no nono ano e se deparou com aquele aluno que digamos assim, que é diferente, talvez ele não consiga pela deficiência intelectual, ele não consiga identificar no primeiro momento, ainda não, como os demais já conviveram, e ninguém informou, mas eles percebem ao longo do tempo, talvez ele tenha que tenha um comportamento diferenciado talvez de crítica, de gozação, algo assim. Mas aquele que cresce junto com o outro e aqui na nossa escola tem um caso ou outro, na maioria das vezes eles são muito bem aceito sim”.

(PROFESSORA CLARIE LISPECTOR)

Como a escola tem uma avaliação contínua, nesse ponto não se diferencia dos demais. É o que afirma Baptista, Palhano e Pereira (2017), que a avaliação não deve ser um processo rigoroso, porém um recurso gerido com amor, cujo propósito é facilitar o desenvolvimento do educando, auxiliando o professor no diagnóstico e em futuras providências que devem ser tomadas visando ao desenvolvimento cognitivo do aluno.

Excerto 11: “Então, em relação as atividades e avaliações eu tenho apoio sim da professora do AEE, porque a gente conversa sobre o que que seria melhor né trabalhar com aquele aluno, naquele momento, fazer adaptações de conteúdo do ensino regular é mais assim para certos casos, até você consegue fazer adaptação, em outros casos não adianta, no caso dependente da dificuldade do aluno, mas assim nesse suporte pedagógico eu tenho realmente da minha professora do AEE.”

(PROFESSORA RUTH ROCHA)

Luckesi (2011, p.) menciona algumas ponderações que os professores devem ter em relação às avaliações escolares, na forma de corrigir, e as práticas que devem ser refeitas para que esses alunos possam se desenvolver dentro de suas limitações.

Na correção das avaliações para não expor a intimidade do aluno, mas reorientando com carinho, os assuntos vistos em sala para que o aluno não tenha a sensação de ter perdido tempo estudando um assunto que não foi abordado em sala, não exigir habilidades e competências que não foram trabalhadas, e utilizar uma linguagem compatível com o nível de conhecimento do educando para não causar confusão na interpretação e por fim, que o

instrumento de avaliação demonstre a importância dos conteúdos estudados, não borrar a avaliação do aluno com cores fortes e na devolutiva, auxiliar o educando nas dificuldades apresentadas. (LUCKESI, 2011, p.).

É também de grande importância a questão da socialização, de propor atividades que o aluno possa desenvolver suas capacidades, valorizando o seu conhecimento acerca de todos os conteúdos trabalhados. Faz-se necessária a adaptação de conteúdos curriculares e de atividades, tendo como base a limitação de cada um e a BNCC (Base Nacional Curricular Comum). Pessoas com a mesma deficiência têm limites de aprendizagem diferenciados.

Em relação à adequação do planejamento dos professores é realizada de acordo com o nível de delimitação dos alunos, dependendo do grau da deficiência intelectual pode ser ou não necessárias adaptações. Em casos em que essa deficiência é mais severa, a adaptação das atividades acontece através do professor de apoio que acompanha o aluno.

Excerto 12: “É de acordo com o conteúdo que o professor tá ministrando. E normalmente esse conteúdo vai ser de acordo com o programa curricular. Justamente isso, não foge não.” (PROFESSORA SYLVIA ORTHOF)

Para os alunos com deficiência intelectual, presentes na sala de aula, realizam algumas atividades adaptadas, de acordo com as limitações de cada um. Para outros alunos, não foi necessário fazer adaptações, pois eles conseguem acompanhar as aulas, recebendo auxílio da professora de apoio à inclusão. Portanto, em alguns casos de dificuldade, a professora ia até o aluno, explicava as atividades e o aluno tentava resolver.

“Excerto 13: Para mim né eu entendo que é aquele aluno que tem um pouco mais de dificuldade de acompanhar né, que mostra a dificuldade mesmo, no aprendizado eu entendo, Simone, assim que todo mundo aprende né. Eu acho que tem uns que demora um pouco mais, o ritmo deles é outro, bem mais lento.” (PROFESSOR MACHADO DE ASSIS)

Algumas avaliações, os alunos demoraram até dois horários para resolver, tornando-se desgastante tanto para ele, quanto para o professor de apoio e a mediadora do AEE, que também auxiliou bastante.

Mas somente uma avaliação diferenciada não será capaz de averiguar a aprendizagem com destaque no processo. Percebe-se o rendimento diante da aprendizagem do aluno, isto é, o que ele consegue fazer com auxílio e o que poderá realizar, no futuro, sozinho, sendo que passam a identificar as estratégias de aprendizagem dos alunos, ampliando o estímulo para o ensino (LUNT, 1995) (VIGOTSKI, 2006).

O trabalho com os alunos com D.I. não deve ser uma coisa monótona, precisa haver atividades diversificadas, porém que façam parte da realidade do aluno com deficiência intelectual.

Excerto 14: “As atividades aqui a gente trabalha muito com jogos, trabalhamos muito com a mídia, porque eles gostam, trabalhamos com o reforço pedagógico, aquilo que a criança não está dando conta, eles voltam e a gente tenta ajudar. Igual, você lembra daquele aluno, que nós conseguimos alfabetizá-lo aqui?” (PROFESSORA CECILIA MEIRELES).

Oliveira (2002) afirma que a instituição necessita encontrar novos meios para o atendimento educacional ao aluno com deficiência intelectual, levando-o a superar as dificuldades, possibilitando-o alcançar níveis mais elevados, pois isso faz parte da socialização do próprio homem.

3.1.3. Avaliação como promotora da aprendizagem

Em relação à forma de avaliar os alunos com D.I., os professores acreditam que a avaliação escolar pode auxiliá-los em relação à progressão de série, porém essa não pode ser a única forma de avaliação, é preciso observar todos os pontos de avanço que aconteceram ao longo do ano, todos os conhecimentos adquiridos e aprendizagens acumuladas.

Avaliar é sempre um processo complexo, pois envolve o julgamento de alguém sobre algo, no caso, o julgamento do professor sobre as condições de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual; por conseguinte, por mais que queiramos ser objetivos, é um processo permeado pela subjetividade daquele que observa ou avalia. (MILANEZ; OLIVEIRA; MISQUIATTI, 2014, p.19)

Ainda sobre o aprendizado dos alunos com deficiência intelectual, os professores acreditam que o bem-estar dos alunos é importante para que o aprendizado aconteça. Para o professor regente, de História, essa aprendizagem pode acontecer de várias formas, não apenas através de leitura e escrita.

Excerto 15: “Você fala em relação aprendizagem, ah...tem né. Então, essa coisa da estratégia, o que eu procurava assim, era atendê-los da mesma forma que os outros alunos, né, mas eu não tinha uma estratégia específica para ele não, procurava assim não deixar aquele aluno se isolado esquecido, se eu passava nas carteiras, eu procurava passar na carteira dele também, assim como eu chamava os alunos para aula, eu procurava chamar ele também, para que ele sentisse incluído. Agora preparar material específico para ele assim isso eu não fiz.”

Assim como disse a professora de Português, o mais viável é que ele compreenda o que está sendo falado. Essa é uma postura é importante para esses alunos com D.I., “no caso dos alunos com deficiência intelectual, as possibilidades de aprendizagem escolar ficam obscurecidas pela gravidade da condição de tais alunos, pois se investe mais na identificação da deficiência” (OLIVEIRA, 2016, p. 576).

Em relação às atividades avaliativas, todos os professores regentes responderam que elas ficam a cargo do professor de apoio, que normalmente retira o aluno da sala de aula, levando-o para um local mais tranquilo, onde as intervenções são possíveis, ora na SRM, ora na biblioteca.

Excerto 16: “Sim, porque, na maioria das vezes, esses alunos levados são retirados da sala no momento de fazer essas atividades, porque pela questão da concentração, junto com outros alunos, com outros barulhos, e até para leitura, às vezes, é necessário fazer a leitura em voz alta e só para leitura dele não é suficiente, às vezes o aluno vai escrever, porque nem todos são alfabetizados, mas, às vezes, ele escreve e precisa reformular a escrita, a fala dele dentro daquela resposta.” (PROFESSORA CLARICE LISPECTOR).

De acordo com as respostas dadas nas entrevistas, podemos perceber que os professores buscam meios para que os alunos possam ser avaliados não apenas através das atividades pedagógicas, mas em um contexto geral de desenvolvimento.

Excerto 17: “Bom eu acredito que sim, eles podem ser promovidos, porque eles não aprendem 90%, eu não posso dizer a porcentagem, mas são capazes aprender o suficiente para ser promovidos, dentro do limite dele.” (PROFESSORA EVA FURNARTI)

Sendo assim, as avaliações, dentro do ambiente escolar, acontecem de forma a considerar todo o crescimento do aluno com deficiência intelectual, na socialização, no processo de ensino-aprendizagem, no desenvolvimento da capacidade de se comunicar, nos cuidados com seus materiais, com higiene pessoal, todo processo de aprendizado é avaliado, para que esse aluno possa ser valorizado de acordo com suas limitações e capacidades.

A avaliação do aluno público-alvo da educação especial precisa ser realizada com base em suas potencialidades e de acordo com os conhecimentos adquiridos ao longo das aulas. Além de conhecer as competências básicas do aluno, o professor da sala de recursos multifuncionais, assim como o da sala comum, precisa conhecer quais são as formas de avaliação mais apropriadas para cada área do conhecimento, assim como considerar ainda a deficiência do aluno. (TARTUCI et al., 2014, p. 21).

Todo conhecimento adquirido é valorizado pelos professores durante a avaliação. E o intuito dos professores, com todo esse trabalho, é fazer com que o aluno aprenda sobre autonomia, autoconfiança, autoestima e seja capaz de ser independente na sociedade em que vive, com suas limitações.

Excerto 18: “Na avaliação escrita eu não acredito que seja o suficiente não, porque eu acredito que sempre ele tem algo a mais a dar, só pela própria avaliação você não consegue avaliar não. Só com a escrita não.” (PROFESSORA SYLVIA ORTHOF)

A professora de apoio à inclusão, Sylvia Orthof, auxilia o aluno Gael, em sala de aula, ele apresenta um interesse maior pelas atividades, participa das aulas oralmente e realiza as avaliações sem adaptações, e as avaliações são de grande ajuda para que a professora de apoio à inclusão e professores regentes possam perceber a evolução dele e promovê-lo à série seguinte.

As atividades avaliativas eram de Ciências e Educação Física, também foram adaptadas, através de desenhos, recortes e colagens e realizadas com a professora de apoio à inclusão, que dava as instruções e o aluno com deficiência intelectual ia conseguindo realizar as atividades

Excerto 19: Geralmente a gente elabora tudo em conjunto. Agora, em momento de pandemia, muitas vezes eu elaborava sozinha aqui, mais a Mirtes, porque as meninas não poderiam vir. Mas, assim, a gente sempre é em conjunto, elas elaboram aquilo que dá. (PROFESSORA CECILIA MEIRELES).

A prática da avaliação escolar, como fragmento do procedimento de inclusão na escola, não trata como natural o insucesso e a frustração, e sim como meio de apresentar auxílio ao professor para que todos os alunos possam alcançar melhores resultados (ALMEIDA, 2016).

A professora de apoio à inclusão, nomeada nesta pesquisa como Eva Furnari, foi designada à função de professora/coordenadora do AEE, que agora é chamada de mediadora³, isso aconteceu em agosto de 2022. Então o quadro de professora de apoio à inclusão no turno matutino ficou em defasagem. Essa descontinuidade no processo de inclusão, por conta da modulação, e da busca dos professores por melhores condições de trabalho e aumento salarial reflete diretamente no processo de inclusão. São questões de

³ Pessoa que faz a ligação entre duas ou mais pessoas, ou grupo de pessoas, intervindo naquilo que for necessário para realização de um determinado trabalho.

ordem da gestão da educação estadual, que incidem no andamento das práticas educativas no interior da escola pública.

Excerto 20: “Olha, eu vejo a educação inclusiva ainda é muito falha, eu acho que a gente tem que caminhar muito, que muitas vezes você acha que está incluindo e você está excluindo, é só trazer o aluno para a escola e pôr ele lá na sala regular, né? Junto com os colegas, tem toda aquela questão que entra lá em cima, para deficiência intelectual, que ele não acompanha turma.”

A professora Marina Colassanti continuou seu itinerário, que era acompanhar o aluno do 9º ano, para auxiliá-lo. A avaliação era de matemática, portanto era necessário um ambiente mais apropriado e mais tranquilo para que o aluno pudesse raciocinar melhor, foi o que relatou a professora, então aluno foi retirado da sala de aula regular para a sala do AEE.

Ao terminar a avaliação, ele retornou à sala de aula, sem a presença da professora de apoio, pois ela acompanhou os alunos no 1º ano do Ensino Médio, os quais não fazem parte desta pesquisa.

Cardoso e Penin (2009, p.) a observação em ambiente interno, sendo um modelo próprio de pesquisa campo, requer uma variedade de informações. A observação participativa aconteceu, desta vez, no período matutino. Ao chegar na instituição, a aula já havia começado, então fomos direto para a sala do AEE, e ficamos observando o trabalho da mediadora, que organizava as fichas de avaliação que os professores regentes devem preencher para atender a uma exigência da Secretaria de Educação de Goiás (ANEXO C). Ela buscava uma maneira de organizá-las para que ficasse mais simples, a fim de que o professor regente pudesse responder, visto que esse professor foi o encarregado desse trabalho burocrático, desde o segundo semestre de 2021, continuando em 2022, portanto em 2023, este documento não foi mais exigido pela CRE.

Segundo a mediadora do AEE, cada professor regente deve responder a uma ficha para cada aluno com deficiência intelectual de acordo com seu planejamento, anotando cada detalhe sobre sua aula e as atividades realizadas por esses alunos e as fichas deveriam ser devolvidas o mais rápido possível para serem arquivadas. Percebemos então que há uma preocupação Burocrática por parte da Secretaria Estadual de Educação. Todavia esse movimento não se constitui como ponto de partida de ações para o estabelecimento de políticas inclusivas na Educação Básica. Esses documentos sistematizados deveriam servir de arcabouço teórico para discussões entre os atores envolvidos nesse processo.

Segundo Lunt (1995), a avaliação da aprendizagem dos alunos com D.I. traz benefícios, pois auxilia na inclusão escolar, quando oferece informações sobre os alunos

com maior necessidade de apoio, em relação ao ensino-aprendizagem. Desta forma a instituição poderá agir em função de assegurar melhorias necessárias acerca do processo de ensino-aprendizagem, buscando um maior desenvolvimento desse aluno, para que ele possa adquirir mais conhecimentos, suprir suas adversidades e atentar para as suas especificidades.

Excerto 21: “Tem um aluno, ele apresenta uma facilidade matemática, interpretar texto, e a língua portuguesa pega muito. Mas na área da matemática ela sobressai, ele entendeu melhor. Esse é o autista e ele apresenta deficiência intelectual.” (PROFESSORA EVA FURNARI)

O importante é perceber que as atividades avaliativas auxiliam os alunos a demonstrarem seus conhecimentos, bem como seu crescimento acadêmico, pois é através dela que o professor poderá promover o aluno, lembrando que essa avaliação pode ser acerca do crescimento do aluno como um todo.

Excerto 22: “Até uma conversa com o conteúdo na videoaula, ele às vezes um ponto assim, que lá no conteúdo ele levanta um ponto do conteúdo e às vezes eu nem eu nem estava dando ênfase e ele levanta eu vejo assim que ele troca de experiência e ele tá me mostrando que ele interagiu ele aprendeu alguma coisa, através de uma conversa você percebe se ouve aprendido ou não, esses dias eu achei interessante, ele achou muito bom esse conteúdo de ciências, e fez questão da mãe mandar até foto, eu tinha falado com ele na vídeo chamada e depois mais tarde ele quis comprovar sim que ele estava sabendo daquele conteúdo, tinha compreendido. Essa é uma forma de avaliar, diferente de pergunta e resposta você consegue fazer uma avaliação de várias formas, principalmente nas crianças com DI. (PROFESSORA SYLVIA ORTHOF)

Podemos perceber que a professora adota o conceito de flexibilização da avaliação no decorrer do processo educacional durante a pandemia da covid 19. Esse é um elemento que consideramos bastante inclusivo.

3.1.4 Leitura, escrita e avaliação

Infere-se, portanto, que o aprendizado desses alunos vem sendo discutido desde o início, juntamente com as leis que atentam para a inclusão. A Declaração de Salamanca concordava com a opinião de que os alunos podiam aprender em comum, com os outros, sem distinção, porém deve-se atentar à escolarização das crianças em escolas especiais quando a escola regular não conseguir atender ao processo educativo ou social desses alunos.

As escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (SALAMANCA,1994).

Continuando as observações, acompanhamos a professora de apoio à inclusão, Ruth Rocha, que se encontrava em uma sala de aula com a aluna Flor, que tem D.I., e o aluno Ravi, com TEA e D.I., havia faltado. Nesse dia, a mãe não justificou a falta. Era aula de Língua Portuguesa e sabemos que a leitura e a escrita são aliadas para que a avaliação sirva de suporte para identificação do desenvolvimento do aluno com D.I., de acordo com suas limitações e potencialidades. Foi possível observar que a professora de apoio à inclusão se senta próximo à aluna, para que sua intervenção fique acessível.

Excerto 23: Você assim, tenta levar o aluno, de várias formas, você não de uma forma só você tenta de várias formas fazer com que ele apreenda aquilo que está sendo colocado para ele e da melhor maneira possível ele saiba te dar a resposta de acordo com que foi trabalhado. (PROFESSORA RUTH ROCHA)

No decorrer das explicações, a professora regente se referiu à aluna Flor na tentativa de fazer com que ela participasse da exposição do conteúdo, tentou que ela lesse algumas linhas do texto estudado, para verificar se ela acompanhava e compreendia o que a atividade trazia e como deveria ser resolvida. A aluna acompanha as explicações da professora regente, porém responde timidamente que sim, não é possível ter certeza se a aluna compreendeu ou apenas quis mostrar à professora que estava atenta ao que explicava, não quis ler.

Excerto 24: Então, aí eu busco atividades diferenciadas, ou até mesmo tá fazendo atendimento individual. LYGIA BONJUGA

Durante a realização das atividades, a professora Ruth Rocha explicou novamente a atividade, pois, nesse caso, não houve a necessidade de adaptação, apenas uma nova exposição mais detalhada sobre o conteúdo.

Acerca das metodologias utilizadas para trabalhar com esses alunos, as respostas giraram em torno das tecnologias assistivas, que são os recursos que melhor se adequam para um bom desenvolvimento e a escolarização desses alunos, pois pessoas com deficiência intelectual, principalmente na alfabetização, são mais visuais, e os recursos

propostos pela tecnologia assistiva que ajuda no processo de aprendizagem, no desenvolvimento e escolarização deles.

Excerto 25: A criança a assim na alfabetização ela já ela é muito visual, mais visual que auditiva, e então assim a criança com deficiência intelectual a mesma coisa, e até mais, e por mais tempo, (PROFESSORA RUTH ROCHA)

Concordamos com Tura (2003), que a questão da escolarização da população tornou o ambiente escolar mais democrático, assim as normas existentes foram-se interiorizando em diferentes grupos sociais, com isso, em alguns casos, a carência de aprendizagem não é apenas de pessoas com deficiência intelectual. Mas também de outras crianças que não conseguem absorver os conteúdos daquela série específica. Nesse caso, o professor de apoio à inclusão, em conjunto com a professora do AEE, auxilia alguns desses alunos com o objetivo de sanar as dificuldades apresentadas por eles, principalmente na leitura e escrita.

Excerto 26: (...) porque eu fui professora do aluno Gael no segundo ano, e ele só fazia as atividades adaptadas pela professora de apoio, eu era professora regente, e um dia eu falei com a professora de apoio que eu gostaria que ele ficasse na primeira carteira porque eu queria que ele fizesse as atividades que eu estou ministrando junto com os meninos. E ela falou do jeito que você quiser professora, e a gente tinha mais cinco crianças especiais nessa sala, todas com níveis diferentes, e uma sala bem cheia também. E o Gael cresceu, ele deixou de fazer aquelas atividades adaptadas, para fazer atividade que eu ministrava, só que eu o acompanhava diferente dos outros na sala, ele precisava de um pouquinho de atenção e aí que aconteceu com ele foi assim, ele nunca mais quis fazer atividade de colar no caderno, as adaptadas, e sim as minhas atividades, desenvolveu na leitura e na escrita, ele não gostava de ir embora sem terminar de copiar, (...) (PROFESSORA SYLVIA ORTHOF)

A professora Sylvia Orthof já sabia que o aluno Rael tinha faltado devido a um mal-estar, ela iria acompanhar o Gael, que faria a avaliação de Língua Portuguesa. É importante ressaltar que essa seria a avaliação que envolveria a leitura e escrita de maneira mais profunda, sendo referência para que os professores pudessem avaliá-lo.

Nesse dia, ela ficou na sala de aula com os outros alunos, visto que o aluno era capaz de realizar algumas das questões sozinho, como a leitura do texto. A observação foi realizada há uma distância que não prejudicaria o andamento das atividades de nenhum aluno, sendo possível verificar como a professora fazia a mediação com Gael.

O aluno apresentou dificuldade durante a leitura do texto, que era extenso e não foi adaptado, pois a professora de apoio Sylvia Orthof e a professora regente Lygia Bonjuga não viam necessidade. Segundo elas, o aluno poderia mostrar ainda mais seus potenciais e se esforçar para que seu desenvolvimento e aprendizagem fosse melhor.

Excerto 27: “Quando eu vou fazer o planejamento eu já penso assim, como eu vou direcionar aquela atividade para esses alunos, né, fazer da mesma forma que os outros, porque claro que eles vão então eu busco uma maneira diferente, mas não saindo do conteúdo, né, mas uma forma mais fácil, pra que eles possam entender.” (PROFESSORA LYGIA BONJUGA)

Após a leitura do texto, a professora pediu que ele continuasse a leitura das atividades, à medida em que ia lendo, a professora perguntava se ele estava entendendo, às vezes ele respondia que sim, outras vezes respondia que não, e assim ele foi resolvendo as questões com a ajuda da professora, lembrando que isso aconteceu dentro da sala de aula comum, com os outros alunos, mas não atrapalhou, pois eles falavam baixinho e estavam sentados no fundo da sala.

Excerto 28: “Compreender, não é só ler e escrever, não é só como eu falo decodificar, não, tem que compreender e tem que entender o que ele fala, entender que ele está escrevendo. Por que escrever ele sabe, é fácil, é desenhar a letra, ele tem que compreender o que ele vai escrevendo, ele tem que compreender.” (PROFESSORA LYGIA BONJUGA)

Nesse momento, o aluno precisava fazer um trabalho, também avaliativo. Então a professora de apoio o auxiliou mais uma vez. O aluno deveria fazer uma pesquisa sobre seres vivos, classificação, com gravuras e o texto. Foi possível perceber seu esforço na leitura e escrita durante a realização do trabalho, feito com a ajuda da professora de apoio, na sala de aula mesmo, e ela ainda auxiliou outros alunos que a pediram.

Excerto 29: “O acompanhamento o apoio, a gente tá sempre junto com aluno, participando, interagindo com ele.” (PROFESSORA SYLVIA ORTHOF)

Essa aula passou bem rápido, com envolvimento de todos naquele trabalho. Ficou claro o quanto o aluno Gael demonstrou interesse pela atividade, sendo possível observar o entusiasmo dele quando conversava com os colegas, durante o intervalo, e contava o que descobriu com aquele trabalho sobre aos seres vivos, foram grandes descobertas. Assim, o aluno concluiu as avaliações, com a ajuda da professora de apoio, e demonstrou compreender muito daquilo que foi lido e pesquisado, escrevendo sozinho a resposta.

Como a observação participativa aconteceu em turnos diferentes, pudemos perceber que, durante o período matutino, o acompanhamento da professora de apoio à inclusão se torna itinerante, porque é apenas uma professora para todos os alunos.

A professora Marina Colassanti acompanhou o aluno Enzo, no 8º ano, durante a avaliação de Inglês. Para auxiliá-lo, a professora usou um dicionário de Inglês/Português, segundo ela, por ser uma disciplina mais complexa, ela precisa pesquisar. Ambos ficaram

na própria sala com os outros alunos, pois foi possível auxiliar sentando-se ao seu lado e falando baixinho com ele. Na medida em as dificuldades sobre a leitura e escrita iam aparecendo, ele pedia ajuda à professora de apoio, ela prontamente esclarecia a dúvida, e ele seguia resolvendo o que era possível. Foi possível observá-los à distância, na mesma fila no fundo da sala, e perceber que o aluno tem bastante força de vontade e se esforça para ler e resolver as atividades.

Observamos ainda a aula da professora Clarice Lispector, que ministra aula de Ciências para o 9º ano, turma em que se encontra o aluno Theo, acompanhado da professora de apoio itinerante, Marina Colassanti, pois seria avaliação. Num primeiro momento, a professora regente faz uma breve revisão do conteúdo, expondo sobre as partes mais importantes e aquelas que, com certeza, estariam na avaliação. Percebe-se que é uma forma de chamar a atenção dos alunos para aquele último minuto antes da “prova”.

Excerto 30: (...) “eu acredito que esse aluno precisa estar inserido no ensino regular e dependendo do grau, da necessidade, com certeza ele precisa de um complemento de outras áreas especializadas, porque a escola só não dá conta, então outra porque a educação formal, só da escola não dá conta, psicopedagoga, psicóloga e outra profissionais da área que vai ajudar a somar e não separar.” (PROFESSORA CLARICE LISPECTOR)

Durante as observações, surgem diversos pontos a serem avaliados, e o pesquisador precisa ficar muito atento às inovações, pois devem ser vistas com cuidado para que seus movimentos não atrapalhe a rotina escolar (TURA, 2003).

O aluno com D.I. e a professora de apoio se sentaram em um canto da sala, mais afastado dos outros alunos, porém permaneceram na sala de aula. Durante a avaliação, o aluno fazia a leitura com dificuldades e estava sempre em contato com a professora Marina Colassanti, para que ela o ajudasse a resolver as questões que ele não compreendia. Ela precisou recorrer ao caderno do aluno para esclarecer algumas das várias dúvidas dele. Assim a professora pode fazer uma avaliação de sua leitura e escrita bem de perto.

Vale reforçar que como a professora sendo itinerante, ela não consegue participar de todas as aulas e ficar atenta a todos os conteúdos ministrados pelos professores regentes. O que é impossível para qualquer ser humano. Mesmo com muitas barreiras e dificuldades, a professora faz o possível para atender o aluno, explicando sobre os conteúdos da avaliação e fazendo-o compreender, a fim de encontrar uma resposta para a

atividade, pois o professor não tem o intuito de dar uma resposta sem que o aluno busque por isso.

Tais dificuldades de aprendizagem que permeiam o mecanismo de ensino-aprendizagem vem sempre à tona para novas discursões, estão ligadas ao pequeno rendimento escolar de todas as áreas da educação, preferencialmente o público-alvo da Educação Especial (PAEE). De acordo com o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011).

Já estava no terceiro horário, fomos “itinerar” pelo 8º ano com o aluno Enzo, ele também realizaria a atividade de avaliação de Ciências, então fez a leitura das questões e pediu ajuda para a professora auxiliá-lo. A observação aconteceu praticamente da mesma forma, mas desta vez a professora tinha conhecimento do conteúdo, o que facilitou o auxílio em relação às dúvidas do aluno, ao invés de sentarem-se num canto do fundo da sala, foram para a frente, bem perto da mesa da professora.

Num outro momento, chegamos à sala do AEE, sentamo-nos à mesa redonda central, pois era mais espaçosa, e o aluno Theo iniciou a atividade avaliativa. A professora de apoio pediu a ele que preenchesse o nome e a data, depois olhasse as atividades na avaliação e resolvesse primeiro aquelas que ele sabia fazer. O aluno apresentava um conhecimento em relação à leitura e escrita.

Excerto 31: Se eles tiverem um auxílio, uma ajuda, eles precisam de alguém para poder mostrar o caminho para eles, para que eles possam terminar, entrar no mercado de trabalho, mostrar para eles essa questão da importância deles no mercado de trabalho, que eles são importantes. (PROFESSORA MARINA COLASSANTI)

O aluno olhou aquela quantidade de números, desenhos e palavras, como se não compreendesse muita coisa, arriscou e respondeu ao terceiro exercício e, com total insegurança, perguntou à professora de apoio se estava certo. A partir desse momento, ela começou a explicar cada exercício com muita calma para o aluno, buscou dar exemplos através de desenhos, materiais concretos, com aquilo que era possível chegar mais perto de uma solução para cada questão. Não se percebe, em nenhum momento, que a professora “dá” uma resposta pronta para o aluno, o que ela faz é mostrar um meio para que ele chegue até essa resposta.

Excerto 32: “Então, tem alunos que não dá conta de acompanhar a questão avaliação dos meninos, então o professor de apoio é que faz as adaptações e aplica, agora tem outros que não (...)” (PROFESSORA MARINA COLASSANTI)

Após o intervalo, o aluno Theo ainda não havia terminado a avaliação, visto que requer um tempo maior para resolvê-la, mesmo com o auxílio da professora de apoio.

Assim, continuamos ali por mais meia hora, enquanto a professora o explicava, estava atento, depois colocava tudo no papel, de acordo com que havia entendido.

Concordamos com Almeida (2016), que o que temos, atualmente, em relação à escola inclusiva, ainda precisa sofrer muitas mudanças, além do interesse dos governantes, tendo como base a realidade social e cultural que formam a identidade escolar. Os professores buscam propor atividades que promovam o respeito às diversidades e proporcionem maior conhecimento de vida para esses alunos.

3.1.5. Laudo médico e Caroneiros

O laudo médico é um certificado feito por um especialista que retrata as condições de uma pessoa, após a realização de um certo exame. Determinando suas condições físicas, mentais para seu desenvolvimento acadêmico.

No entanto, no contexto da escola regular, para que o aluno com deficiência intelectual receba auxílio de uma professora de apoio, é necessário um laudo médico, de um especialista que ateste que este aluno tenha uma deficiência que impossibilite a desenvolver academicamente, pois a educação inclusiva, desde o início, precisa dar oportunidades ao aluno com deficiência intelectual, assegurando que ele tenha possibilidades de participar de todas as atividades pedagógicas, culturais e sociais, no espaço escolar, dentro e fora da sala de aula (ALMEIDA, 2016.).

Excerto 33: A partir do momento em que ele apresenta dificuldade para desenvolver o conteúdo aplicado em sala. Daí nós já temos que recorrer, convidar família, conversar, diagnosticar assim é uma forma de fazer né? Geralmente orientar a família a procurar um médico, trazer um laudo, é a partir do momento que ele apresenta dificuldades na aprendizagem. (PROFESSORA EVA FURNARI)

Portanto quando o aluno apresenta uma dificuldade de aprendizagem e não possui laudo médico, é chamado pelos professores de apoio e a mediadora de caroneiros, pois recebem ajuda juntamente com os alunos com deficiência intelectual, auxílio para realizar as atividades diárias e nas atividades avaliativas, mesmo sem o documento necessário. Vale ressaltar que está atitude é de toda equipe escolar, com ênfase, nos professores de apoio a inclusão e a mediadora do AEE. Sabendo que é uma atividade extra ao que compete a estes profissionais.

Para a educação, não apenas o diagnóstico tem valor, mas o que se refere à avaliação pedagógica, para se verificar a situação de aprendizagem e a demanda em relação ao que esse aluno consegue aprender, podendo haver uma mediação (OLIVEIRA, 2018, p.).

Excerto 34: Eu achei essa pergunta muito complexa, porque a deficiência intelectual pode ser aquele aluno que realmente tem problema, né? Que tem um laudo, que tem uma justificativa e, hoje em dia, essa deficiência de conteúdo, né? Que acaba misturando com a deficiência intelectual dos alunos, que estão vindo, principalmente nessa pandemia, nós temos alunos de sexto, sétimo ano, aqui na escola, que tá a nível de terceiro ano primário. A defasagem está muito grande, então, às vezes, nem precisa de um laudo para estar falando sobre deficiência intelectual. (PROFESSORA CECILIA MEIRELES).

Questionadas sobre o momento em que a pessoa com deficiência intelectual precisa da escola inclusiva, a resposta foi quando esse aluno apresentar sinais de dificuldade. Nesse caso, os pais devem ser comunicados para providenciarem o que for necessário, no caso o laudo médico, para que o aluno tenha o professor de apoio e consiga acompanhar os outros alunos, em relação as atividades propostas, isto quando são reconhecidos.

Nem todos os alunos são identificados e, conseqüentemente, ficam privados de participar de atividades socioeducativas nas salas de recursos multifuncionais. Sobre a avaliação para encaminhamento, há a ausência da equipe multiprofissional para fazer a identificação do aluno público-alvo da educação especial. A avaliação gira em torno do laudo e da ideia de que a existência dele possibilite um atendimento mais qualificado e como o direcionador do modo como o professor conduzir suas práticas educativas. (TARTUCI et al., 2014, p.16).

Segundo Fontoura e Sardagna (2021, p.02), a escola é um lugar de educação formal, e tem sido invadida por questões da saúde que, tentam esclarecer condutas tidas como divergente, que não contribuem com o padrão, causando a segmentação entre normais e anormais. Ainda dentro desse contexto,

(...) o laudo médico suscita opiniões divergentes e, por vezes, funciona como marcador do processo escolar de muitos dos sujeitos com deficiência. Nessa perspectiva, este artigo objetiva compreender as concepções dos profissionais da educação sobre o laudo e a exigência desse documento para a oferta do atendimento educacional especializado (AEE). (FONTOURA e SARDAGNA 2021, p. 02)

Tanto as professoras de apoio a inclusão, quanto a professora itinerante, atendem todos os alunos com deficiência intelectual, que possuem laudos que constatarem essa deficiência e os caroneiros, alunos que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem,

e por motivos diversos não possuem laudo médico que comprove essa deficiência. É importante que exista um objetivo semelhante entre as partes para seguirem num mesmo rumo e desenvolverem um trabalho que motive os alunos e construa uma prática acessível, possível de haver um ensino-aprendizagem com alunos da educação comum e educação especial (ALMEIDA, 2016).

Ao longo da observação podemos perceber o trabalho realizado com esses alunos, com intuito de um melhor desenvolvimento.

Houve diversos momentos da observação participativa em que também foi possível que eu os auxiliasse. Então, além de observar as professoras de apoio à inclusão, foi possível ajudar os alunos com D.I., durante a realização das atividades diárias, e os caroneiros.

Ajudamos a mediadora do AEE com a confecção e organização das fichas de avaliação, que seriam entregues aos professores regentes. Ao mesmo tempo, acontecia o registro do diário de bordo, de forma discreta.

Enquanto a aluna Flor, tentava resolver as atividades, tendo como base as explicações das duas professoras, a professora de apoio à inclusão não se negava em auxiliar outros alunos da sala que também apresentam um tipo de dificuldade de aprendizagem, aqueles que elas chamavam de caroneiros. Eles recebem ajuda, pois não conseguem resolver as atividades sozinhos.

Muitas vezes, as professoras de apoio à inclusão auxiliam esses alunos caroneiros com o intuito de que eles desenvolvam e tenham um aprendizado mais proveitoso, partindo da premissa de que suas dificuldades vêm sendo um tema muito presente na sala de aula. Nem sempre é possível que o professor regente dê atenção individualizada a todos, considerando o grande número de alunos existentes nas salas de aulas e o extenso currículo que é preciso ser cumprido.

Segundo Moscardini (2011), a escolarização do aluno com deficiência intelectual precisa priorizar determinadas sugestões de atividades que abram caminhos para o acessível, deixando de lado a proposta de práticas pedagógicas voltadas para a reprodução indiferente, que nega o ingresso da pessoa com deficiência intelectual no projeto representativo da interpretação, contestando sua competência de determinar uma relação figurativa com o meio, sendo que as limitações trazidas por esse grupo são diversificadas em relação aos outros graus de deficiências. Segue o relato do professor do AEE em

relação ao processo de escolarização do aluno com deficiência intelectual e o aprendizado deste.

Encontramos alguns alunos, na sala do AEE, realizando a atividade de avaliação da disciplina de Matemática, inclusive alguns alunos caroneiros, pois esta é uma avaliação com alto grau de dificuldade, o que dificulta para as professoras de apoio auxiliá-los, por serem muitos alunos por sala, e uma disciplina que exige maior atenção, raciocínio, calma e um local tranquilo para que professores e alunos possam se comunicar sobre a avaliação.

Considerando que, de acordo com Almeida (2016,), os serviços oferecidos pelo AEE, na SRM, com o intuito de acrescentar na aprendizagem, no ambiente das escolas inclusivas, podem ser dispostos com a intenção de incluir e integrar o ato pedagógico da sala de aula comum, auxiliando as atividades pedagógicas do professor regente, do professor de apoio à inclusão e todas as práticas pedagógicas realizadas no contexto escolar. A professora/coordenadora do AEE relata qual a função em relação à elaboração e realização das atividades avaliativas dos alunos com deficiência intelectual.

3. 2 Análises dos documentos investigados com intuito de aquisição de informações

Segundo Flick (2009), o pesquisador, ao dar preferência a alguns documentos, não tem necessidade de que estes sejam os únicos e exclusivos na pesquisa, são de grande importância e é necessário que seja dada atenção especial a eles nesse contexto, pois são de suma grandeza para compreender e identificar o problema acerca da história pesquisada.

Destarte, nesta pesquisa, os documentos analisados foram: Portfólios, Relatórios de Avaliação do professor de apoio à inclusão e Diário de Registro do professor regente. Os Portfólios, analisados em 2021, ano no qual se deu o início destas pesquisas, foram confeccionados pelos professores de apoio, com as atividades que os alunos com deficiência intelectual realizavam em casa, devido à pandemia e as aulas *on-line*. Essas aulas aconteceram no ano de 2020.

O Portfólio é um compilado de atividades realizadas pelo aluno, propostas pelo professor, com o intuito de transmitir conhecimentos e demonstrar a capacidade do aluno, de acordo com seu desempenho ao realizá-las. “O Portfólio é esse instrumento que reflete a trajetória desse saber construído. Também possibilita aos alunos e professores uma compreensão maior do que foi ensinado” (Vieira, 2002).

O Portfolio analisado foi da aluna Flor, pois é uma aluna que está na instituição desde o Ensino Fundamental I, que hoje já não existe mais na escola. O Portfolio traz uma apresentação sobre a aluna, professores, instituição e série. Depois há uma apresentação sobre a constituição do Portfolio e os motivos pelos quais ele foi construído. Ele contém um resumo das atividades realizadas pela aluna, que tem deficiência, no período de 01 de setembro a 18 de dezembro de 2020, referente ao 3º Ciclo do Período de Intervenção: REANP (Regime Especial de Aulas não Presenciais).

No que se refere às atividades da aluna Flor, o Portfolio traz os conteúdos separados por disciplinas quinzenalmente. Como podemos confirmar na listagem abaixo, a quinzena retirada do Portfolio analisado:

Quinzena de 01/09/2020 a 15/09/2020 (construído pela professora de apoio do ano de 2020)

ARTE: Componentes fundamentais para a composição da produção artística

CIÊNCIAS: Matéria e Energia

EDUCAÇÃO FÍSICA: Lutas: capoeira

ENSINO RELIGIOSO: Valores

LÍNGUA INGLESA: Verbos

GEOGRAFIA: Sociedade de consumo e seus impactos na sociedade

HISTÓRIA: Nações Indígenas

MATEMÁTICA: Relações entre os ângulos formados por retas paralelas

PORTUGUÊS: Charges, efeitos de sentidos e exploração da multissemiose

A aluna é capaz de realizar as atividades diretamente no caderno, sendo assim não precisa de adaptações, apenas de uma pequena ajuda durante a realização delas, o que aconteceu através de videoaulas, durante as aulas *on-line*, com a professora de apoio daquele momento.

Nesse mesmo Portfolio, a professora relatou, através de um resumo, sobre como aconteciam as aulas *on-line* e como as atividades eram realizadas, quais recursos foram utilizados e a importância do comprometimento da família nesse tipo de aula que, no momento, era novidade para todos, alunos, professores, coordenadores e gestores.

Segue relato da professora de apoio do ano de 2020, sobre o desenvolvimento das atividades de acordo com os conteúdos propostos pelos professores regentes.

“A mediação pedagógica foi realizada através de atividades visuais/on-line e impressas que foram entregues na coordenação da escola, como recurso de ajuda nas atividades, a medição também foi realizada através da tecnologia celular, realizando vídeo chamada, áudios e envio de imagens e vídeos e outros aplicativos de comunicação. O momento de aula e as mediações acontecem através desses recursos, durante o período vespertino. A família foi orientada quanto à sua importância para a estimulação, à mediação das atividades junto ao estudante e à importância de se acrescentar momentos lúdicos para realizar as atividades. A cada atividade foi solicitada uma devolutiva do estudante e da família – verbalizando, fotografando, filmando e devolvendo as atividades escritas - para que fosse registrado o desempenho do estudante diante da aplicabilidade do que foi aprendido no ambiente familiar, reforçando que todo o conhecimento escolar deve ser trazido para a vida do aluno. Nesta quinzena, a família e estudantes foram orientados sobre a importância de realizar exercícios físicos na aula de Educação Física, como devolutiva, os alunos gravaram vídeos realizando os exercícios e reenviaram para os professores. O tema Outubro Rosa também destacado em uma das atividades como meio de conscientização e prevenção ao Câncer. Todas as atividades realizadas foram acompanhadas e auxiliadas por mim, via WhatsApp, através do envio de mensagens e áudios, vídeos e chamadas”. (PROFESSORA DE APOIO À INCLUSÃO 2020).

Para seguir com as reflexões acerca da análise do Portfolio, é apresentada pelo professor de apoio à inclusão uma avaliação descritiva, considerando as Habilidades e as Competências internalizadas no período em estudo, referente aos aspectos: cognitivo, socioafetivo, motor, acadêmico, linguístico, ópticos e não ópticos, recursos para potencializar a área de interesse do estudante com AH/SD.

No que se refere aos registros escritos nessa ficha de avaliação, contida no Portfolio, a professora de apoio relata as limitações, habilidades e competência da aluna em questão, sendo também um meio de avaliar o desenvolvimento dessa aluna.

Percebemos que a avaliação não acontece somente de forma quantitativa, através das provas. Portanto, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, é necessário atribuir um valor numérico às avaliações dos alunos o que acontece também para os alunos com deficiência intelectual. Assim, foi inserido um gráfico contendo as notas de todas das disciplinas ao final do Portfolio, bem como um relatório descrito a partir das falas dos professores regentes daquele ano. Como podemos verificar abaixo:

Considerações finais do Conselho de Classe:

“Durante o período de aulas que aconteceram em tempos de isolamento devido ao vírus do Covid19, foi um período de novas adaptações e formas de ensino, em que tanto os professores quanto os alunos tiveram que se adaptar a essa nova forma de ensino- aprendizagem. Durante a realização das atividades e aulas ministradas a

distância, houve algumas dificuldades, pois as aulas e mediações aconteceram através do recurso tecnológico do celular e outros meios de comunicação, e nem sempre conseguíamos nos conectar. Apesar de surgir algumas dificuldades, principalmente no começo, as expectativas foram alcançadas e a realização das aulas e atividades aconteceram de forma significativa. A aluna conseguiu realizar as atividades propostas no seu tempo, pois ela mora com a família na zona rural e o acesso à internet é um pouco limitado, mas realizou as atividades propostas com a ajuda e apoio da família e com meu apoio e estímulo de acordo com as condições da aluna". (PROFESSORA DE APOIO À INCLUSÃO 2020).

Ao término da análise deste documento, é importante ressaltar que há mais de um meio de avaliar este aluno, bem como os outros com deficiência intelectual. E todos os pontos acerca do desenvolvimento do aluno e as avaliações são relatos e anotados, como fonte de documento, e fica registrado para usos posteriores.

Cellard (2012,) declara que o documento redigido implementa uma fonte surpreendente para todo pesquisador nas ciências sociais. Não podemos ser permutados em qualquer reconstrução acerca do passado remoto, sendo que ele demonstra traços dos acontecimentos de um dado momento. Este documento é uma prova de determinadas atividades acontecidas num tempo distante.

Um outro documento analisado foi a ficha de Relatório de Avaliação de Aprendizado e Desenvolvimento do Estudante, produzida pelos professores de apoio à inclusão, bimestralmente. A ficha analisada foi a do 4º bimestre, isto é, do final do ano, que traz informações sobre o desempenho dos alunos com deficiência intelectual. Para obter essas referências, foi realizada uma observação durante todos os momentos, tanto durante as realizações das atividades, como nos momentos de interação dos alunos no ambiente escolar, assim é possível o professor identificar os avanços alcançados por ele ou alguma regressão que porventura aconteceu.

Esse é um documento que fica arquivado na pasta individual do aluno com deficiência intelectual ao final de cada ano. A pasta fica arquivada na secretaria da instituição escolar com todos os outros documentos, tendo acesso a eles apenas pessoas autorizadas.

Marconi e Lakatos (2003) especificam as origens da documentação em relação à autoria, podendo ser de instituições públicas ou privadas, de caráter pessoal ou oficial. Nem sempre o acesso está liberado a todos, apenas para alguns em especial, sendo então documentos reservados, restritos. Os outros, que se caracterizam como abertos, as pessoas podem acessar tudo em apenas um documento. Há também aqueles que são abertos e públicos, disponíveis a todos.

A ficha é acessível para professores regentes e de apoio, coordenadores pedagógicos, funcionários administrativos, gestores e pesquisadores, desde que haja autorização prévia da direção da instituição. E para a equipe de tutores da CRE, caso eles necessitem, bem como aos pais e/ou responsáveis.

Como podemos verificar no ANEXO A, a ficha do aluno Rael, que apresenta deficiência intelectual e síndrome do X frágil. No item “Dados gerais”, há informações pessoais sobre o aluno, em seguida são os “Dados relevantes”, em que a professora de apoio relata sobre a deficiência do aluno, com quem ele mora e sobre a questão clínica. No item três, as informações giram em torno do desenvolvimento, habilidades e competências do estudante com deficiência intelectual. Nesse item, a professora de apoio descreve sobre a percepção, atenção e concentração, memória/abstração/generalização, criatividade, raciocínio lógico e aspectos psicomotores.

No item quatro, as informações são sobre as habilidades adaptativas e há aspectos da comunicação, autocuidado, autonomia/independência e habilidades sociais. No item cinco, são relatadas as habilidades acadêmicas conforme a Matriz Curricular da Unidade Educacional. No item seis, há um parecer do conselho de classe sobre o desempenho desse aluno.

Em todos os itens citados, a professora de apoio à inclusão relata a situação referente ao desenvolvimento do aluno e seu desempenho ao realizar as atividades propostas em sala de aula, na SRM, e seu envolvimento social com o grupo que o cerca. Através dessas anotações, pode-se perceber o crescimento do aluno em relação às suas potencialidades e capacidades, podendo, assim, ser possível avaliá-lo de maneira a valorizar todas as suas limitações.

Ao analisar esse documento, entendemos a importância da Análise Documental, que possibilita ao pesquisador chegar ao problema e confirmar o que foi visto nas entrevistas e nas observações.

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde pode ser retirada evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informações. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre o mesmo contexto. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39).

Godoy (1995) declara que o termo “documentos” precisa ser compreendido de maneira ampla, abrangendo diversos tipos de registros, tanto escritos, como fotográficos,

gráficos, imagens, vídeos, filmes, sendo que todos vão retratar estatísticas, aspectos de vida, história de uma sociedade. Esses podemos dizer que são “primários”, por serem construídos especialmente por alguém que vivenciou o contexto. E “secundários” aqueles construídos por pesquisadores que buscaram informações e não estiveram presentes no momento do acontecimento.

Também foi examinado o Diário de Registro feito pelo professor regente sobre os alunos com deficiência intelectual que eles têm nas salas de aula. Esse tipo de registro foi referente às questões das atividades adaptadas de acordo com o conteúdo de cada disciplina e a especificidade de cada aluno. Vale informar que esse tipo de registro é a primeira vez que acontece, normalmente apenas o professor de apoio tinha essa obrigação.

Nesse registro, há informações referentes ao desenvolvimento das habilidades do aluno com deficiência intelectual, no âmbito das habilidades sociais, autocuidado, autonomia/ independência, linguagem/comunicação, dificuldades observadas. Em relação às habilidades acadêmicas, o professor regente observa questões voltadas para leitura e escrita, alfabetização, raciocínio lógico, conhecimento numérico e conhecimentos gerais, e relata sobre as dificuldades que ele percebe diante da realização das atividades propostas.

Vimos quantas informações podem ser verificadas diante da Análise Documental, no caso do Diário de Registro do professor regente (ANEXO B). Em cada um dos pontos, o professor relata sobre o aluno e suas especificidades, atentando para o que o aluno é capaz de realizar, de acordo com suas limitações. O professor ainda informa sobre as atividades e avaliações, se precisam ser adaptadas ou não. E, no caso de adaptação, quem a realiza é a professora de apoio, isso ficou claro durante a entrevista realizada com os professores regentes e de apoio também, participantes desta pesquisa.

Ao término de todos os procedimentos, esperamos obter um resultado diante das análises das entrevistas semiestruturadas, das análises das observações realizadas, e da análise dos dados delas. Pretendemos verificar as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores de apoio à inclusão, visando a analisar se as estratégias de avaliação escolar valorizam as potencialidades dos alunos e trabalham de maneira que suas limitações sejam consideradas, favorecendo a promoção e o aprendizado das pessoas com deficiência intelectual. As Políticas Nacionais de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPI) definem avaliação como um processo dinâmico, que deve considerar

tanto o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do aluno, prevalecendo os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor.

SEÇÃO IV

DISCUSSÕES SOBRE OS RESULTADOS ENCONTRADOS DIANTES DO DIAGNOSTICO CONSTITUIDO POR MEIO DOS DISPOSITIVOS UTILIZADOS

Todo trabalho foi concluído através dos procedimentos praticados seguindo os pontos citados no início da pesquisa, para que pudéssemos ter acesso às informações acerca do objeto estudado.

Foi realizada uma estruturação de tudo o que conseguimos obter de informações sobre o tema estudado para que, assim, houvesse uma compreensão acerca das investigações obtidas através das entrevistas semiestruturadas, das anotações do diário de bordo, durante as observações participativas, e das análises dos documentos, concluindo com relatórios em relação a cada procedimento realizado.

Todo o trabalho realizado teve o intuito de compreender como se dá o processo de avaliação escolar de pessoas com deficiência intelectual e como é o desenvolvimento delas em relação a sua escolarização.

Em relação aos relatos dos professores de apoio à inclusão, mediante entrevista semiestruturada, percebemos que a inclusão passou por transformações e esses professores veem melhorias no sistema educacional da inclusão, o mais importante é que o aluno com deficiência tem o direito de se matricular, permanecer na sala de uma escola regular, participando das atividades para desenvolver suas potencialidades e habilidades em diversos setores de sua aprendizagem,

Outras mudanças ainda citadas pelos professores foram alguns benefícios em relação à SRM, as verbas específicas para alunos público-alvo da educação especial, ressaltando que os professores de apoio, para estarem modulados nessa função, precisam ser pedagogos e ter cursos na área da inclusão, e recebem todo subsídio da professora/coordenadora do AEE para elaboração das atividades diárias, bem como as atividades de avaliação, isso quando há necessidade de adaptação, a professora declara que o importante é avaliar o aluno dentro de suas capacidades, o que ele conseguiu captar em relação ao conteúdo trabalhado e na sua progressão enquanto aluno com deficiência intelectual, considerando o nível do comprometimento de cada um. Portanto, as atividades de avaliação são adaptadas pelas professoras de apoio, tendo como base o conteúdo trabalhado e a limitação de cada aluno, a professora\ coordenadora do AEE,

auxilia todos os professores à medida que é necessário, em relação às atividades de avaliações. Para a professora\ coordenadora do AEE, a avaliação escolar sozinha não é capaz de promover o aluno para a série seguinte, é preciso avaliar o rendimento desse aluno como um todo.

Então, sobre às atividades diárias e de avaliação, os professores fazem as adaptações quando necessário, no caso dos alunos que não conseguem acompanhar as atividades propostas pelo professor regente, porém as atividades adaptadas giram em torno do mesmo conteúdo. No caso das atividades de avaliação, de maior comprometimento por parte do aluno com deficiência intelectual, a professora o retira da sala para auxiliá-lo durante a realização das avaliações, pois, nesse caso, requer mais concentração por parte do aluno e mais atenção por parte do professor.

Quanto à inclusão de adolescentes com deficiência intelectual, as professoras foram unânimes ao dizerem que ela é importante, que precisa dar continuidade, ser melhorada cada vez mais e acontecer desde o início da educação escolar.

Para os professores a questão da inclusão é vista de forma diferente. A educação inclusiva tem como ponto principal incluir, inserir e contribuir para que essa criança interaja com o ambiente escolar, social e cultural, tenha uma autoestima elevada e saiba conviver com outras pessoas, gerando o seu bem-estar, para que essas pessoas com deficiência intelectual possam ser capazes de serem cidadãos independentes na sociedade em que vivem.

Se a escola inclusiva é um ambiente que valoriza e respeita essas pessoas, ao considerar o nível de sua deficiência intelectual e suas limitações, elas podem adquirir confiança para se tornarem independentes na sociedade. Para Baptista, Palhano e Pereira (2017), a avaliação pode ser uma ferramenta mais significativa para despertar e envolver os alunos, indicando as dificuldades apresentadas por eles, e auxiliar os professores. Criam-se perspectivas no trabalho docente ao compreender a base das dificuldades dos alunos, incluindo aqueles que precisam de ajuda educacional especializada, e distinguindo os que estão tendo dificuldade em efetivar as atividades estabelecidas devido a vários motivos. O empenho na preparação do aprendizado acerca dos erros dos alunos não é realçar essas falhas, mas compreender o motivo pelo qual eles foram cometidos.

Com os dados acessados e analisados, foi possível perceber que os professores estão cientes do trabalho de todos em conjunto, dentro e fora da sala de aula, em relação aos alunos com deficiência intelectual. Vale realçar que todos os professores participantes

desta pesquisa trabalham com alunos com deficiência intelectual. Tendo experiências diferenciadas, devido ao nível da deficiência de cada aluno com o qual trabalham.

Ao serem questionados sobre a diferença entre os alunos de modo geral, os relatos dos professores refletem as dificuldades em perceber as diferenças, e essa percepção só vai se tornar clara ao realizarem uma atividade, pois é assim que os alunos manifestam as dificuldades, ficando mais visíveis essas diferenças. Sendo assim, é provável que se perceba que determinado aluno tenha alguma deficiência. A inclusão insere todos os alunos numa mesma turma, e nem sempre é possível diferenciá-los antes de uma pré-avaliação.

Sobre as questões ligadas à independência desses alunos, na sociedade e no meio familiar, os professores acreditam que isso seja possível sim, dependendo do nível da deficiência e de como esse aluno foi preparado para viver em um mundo fora do ambiente escolar, como ele está sendo preparado na instituição escolar e amparado pela família.

Ficou claro que para esses professores a avaliação escrita, ou seja, a avaliação através dos conteúdos estudados, não é a única maneira de se avaliar um aluno, o potencial de uma pessoa vai muito além do conhecimento acadêmico. Portanto, essa avaliação se dá em todos os momentos em que o aluno se encontra no ambiente escolar, em todas as suas ações, que demonstram o desenvolvimento de suas habilidades tanto acadêmicas quanto sociais.

E a partir de cada uma de suas limitações esse aluno vai vencendo e desempenhando seu papel de um ser incluso na sociedade na qual está inserido. Sendo capaz de, mesmo com suas diversidades, viver e ser independente, poder estar sempre progredindo, ano a ano, na escola da vida.

Os professores regentes, por sua vez, veem nos professores de apoio um verdadeiro suporte para lhes ajudar com os alunos com deficiência intelectual. Eles não conseguem identificar esses alunos apenas quando se apresentem como tal (alguns alunos dizem ser do apoio), nesse caso, o professor já sabe que ele terá uma professora que será a “responsável” por ele, caso contrário pode ser que percebam quando vão realizar as atividades. É possível perceber as dificuldades de compreensão, de copiar do livro ou do quadro, de resolver aquilo que foi proposto. Nesses casos, os professores regentes entram em contato com a professora do AEE se ela ainda não tiver realizado uma triagem e descoberto novos alunos.

Em alguns momentos, os professores regentes buscam chamar a atenção daqueles alunos com deficiência intelectual para tentar incluí-los nas explicações, nas atividades

realizadas durante a aula, muitas vezes, em vão. Eles tentam fazer com que esses alunos participem de suas aulas, porém com poucos resultados. Alguns são dispersos, outros inquietos, outros ficam esperando as atividades dos seus respectivos professores de apoio. Poucos são os que conseguem acompanhar as aulas dos professores regentes e resolver as atividades por eles propostas, pois apresentam dificuldade na leitura, compreensão do texto, resolução de atividades matemáticas simples e complexas. Eles não se preocupam com as atividades desses alunos, pois, para os professores regentes, isso é de responsabilidade dos professores de apoio, porém eles não se sentem na obrigação.

Igualmente aos professores de apoio, os professores regentes acreditam que esses alunos precisam de mais que atividades escritas para serem avaliados. Esta avaliação deve acontecer de forma contínua e de modo a abranger todos os aspectos do desenvolvimento. Sendo eles: acadêmico, social, cultural, psicológico, emocional, desse modo é possível observar o crescimento do aluno como um todo e perceber as mudanças e transformações sofridas por ele em seu desenvolvimento.

Identificamos que a professora do AEE tem essas atribuições como ponto importante de seu trabalho em relação aos alunos com deficiência intelectual, sendo assim todas as suas atribuições vão sendo cumpridas na medida em que for necessário. Algumas dificuldades são encontradas ao longo do caminho, pois, muitas vezes, o cumprimento dessas atribuições não depende somente dela.

Percebemos que ela busca desempenhar tais atribuições, de forma a atender os alunos com deficiência intelectual, com práticas pedagógicas que façam com que esses alunos desenvolvam suas potencialidades e habilidades, respeitando suas limitações. Em relação ao trabalho realizado no contraturno, foi possível notar que a falta de compromisso dos pais e responsáveis é o que mais prejudica, pois se faz necessário o retorno desses alunos no contraturno para a realização de atividades diferenciadas, o que quase nunca acontece, pois os pais e responsáveis justificam esse não retorno com a falta de tempo.

As observações participativas possibilitaram compreender como são realizadas as atividades do dia a dia e as de avaliação. Elas aconteceram em dias e horários diferentes, para dar um maior número de oportunidades, para verificação das práticas pedagógicas dos professores de apoio à inclusão, principalmente durante a realização das atividades de avaliação.

Portanto, percebemos que além das próprias avaliações, que são de acordo com o conteúdo trabalhado, e quando necessário se fazem as adaptações nas atividades, os

professores buscam formas variadas para valorizar as potencialidades e habilidades desses alunos, respeitando suas limitações. Os professores de apoio avaliam todo comportamento, aprendizado, envolvimento desse aluno no seu dia a dia na instituição, seus progressos, suas mudanças. O professor se empenha para que todo aprendizado do aluno sirva para suas experiências no meio em que vive.

Os professores regentes, por sua vez, avaliam os alunos com deficiência intelectual através do que ele percebe durante suas aulas, pois quase sempre isso fica a cargo do professor de apoio, porém eles conversam entre eles e discutem sobre os alunos. Neste ano, foi solicitado aos professores regentes que preenchessem uma ficha de Registro Diário, para ser entregue à professora/coordenadora do AEE. Essas fichas e o relatório produzido pelas professoras de apoio são revisados pela professora/coordenadora do AEE e guardados nas pastas individuais dos alunos na secretaria da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo na escola regular, a segurança que ao matricular o aluno com deficiência, ele já terá um lugar para desenvolver sua socialização e conviver com outras pessoas da mesma idade, não é a única meta de uma educação que espera ser inclusiva. Mesmo reconhecendo que este é um dos pontos principais para que essa inclusão seja satisfatória. Esse pode ser o primeiro passo. Mas espera-se que as pessoas com deficiência ao adentrar a escola se desenvolvam como os demais alunos.

Pessoas com deficiência intelectual, muitas vezes são taxadas por suas condições de aprendizagem, e a falta de escolarização que acontece nas instituições, porém muito já foi mudado em relação a inclusão desse grupo de pessoas. A estruturação dessa pesquisa, se deu através da investigação e permitiu que os participantes, incluídos no procedimento de inclusão escolar,

a necessidade de verificar como se dá o processo de avaliação escolar das pessoas com deficiência intelectual.

Observa-se, diante desta pesquisa, a necessidade de valorizar o aprendizado dos alunos com deficiência intelectual, perante suas experiências e demonstração de aprendizado tanto no processo e escolarização, ou de socialização, ou no ambiente escolar de modo geral. Percebemos que esses alunos são capazes de compreender o mundo em que vive de acordo com suas peculiaridades, podendo ser avaliado não apenas em atividades acadêmicas.

A avaliação escolar dos alunos com deficiência intelectual é um processo bastante importante dentro do contexto da educação inclusiva, pois é através desta avaliação que esses alunos podem demonstrar como sua escolarização tem se concretizado.

Verificou-se ao final do trabalho as questões indagadas aqui, puderam ser respondidas através da observação participativa, dos relatórios realizados durante tais observações e através das entrevistas semiestruturadas feitas por meio de questionários relacionados com o tema da investigação e a busca e leitura de documentos sobre o assunto.

Foi possível perceber que as atividades do dia a dia, bem como as atividades de avaliação que são realizadas pelos alunos, para que eles possam ser avaliados em seu desenvolvimento e desempenho, são planejadas de acordo com o programa curricular e adaptadas dentro da necessidade e especificidade de cada aluno.

Sendo que na maioria dos casos os professores de apoio a inclusão, auxiliam esses alunos, com deficiência intelectual, retirando-os da sala de aula durante as atividades de avaliação, por achar que assim o rendimento dos alunos é mais proveitoso, ao realizar atividades na sala do AEE, apenas com a professora de apoio.

Ao final do trabalho, de acordo com os relatos dos participantes, podemos identificar em suas falas que, em relação as avaliações, os alunos com deficiência intelectual, são avaliados de maneira a considerar todo seu desenvolvimento, não somente por meio das questões de atividades pedagógicas. Esses alunos precisam ser avaliados de forma geral, em um todo, no ambiente escolar, com os colegas, com os professores. Em todas as situações que eles apresentam algum tipo de aprendizagem envolvida. Assim é possível perceber a evolução de aprendizagem de cada um.

Notamos que, muito já foi feito em prol da educação inclusiva, porém muito ainda é preciso ser feito para que os alunos com deficiência intelectual possam ser mais valorizados, e tenham mais reconhecimento em relação ao seu desempenho e desenvolvimento diário por meio da avaliação escolar e avaliação geral.

Assim, os alunos com deficiência intelectual e dificuldade de aprendizagem, foram sendo auxiliados pela professora de apoio, que busca valorizar a capacidade de cada um, em relação a tal disciplina, trabalhando suas potencialidades, de acordo com as atividades contidas na avaliação, em busca de um melhor desenvolvimento. Os alunos espalhados pela sala do AEE, cada um numa mesa, e as professoras correndo de lá para cá, daqui para lá, para atender as necessidades de todos os alunos com DI, e aqueles que apresentam dificuldades e não possuem laudo.

Esperamos que esta pesquisa sirva como subsídio para outros pesquisadores, professores que atuam na educação inclusiva, e para pessoas que interessem em conhecer o trabalho realizado em escolas públicas estaduais com alunos com deficiência intelectual, acerca da avaliação escolar. Visando esclarecer dúvidas e difundir conhecimento a respeito do tema.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1990.

ALMEIDA, M. **Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado** – CAPE Deficiência intelectual: realidade e ação. NÚCLEO de apoio pedagógico especializado. São PAULO 2012.

ALMEIDA, R. V. de M. **Escolarização de Alunos com Deficiência Intelectual**: a construção de conhecimento e o letramento. Dissertação de Mestrado, 2016.

BAPTISTA, M. das G. de A. PALHANO, T. R. PEREIRA, A. dos S. Avaliação da aprendizagem e inclusão escolar: um processo de exclusão ou um ato de amor. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 21, n. esp. 2, p. 1335-1352, nov. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22633/rpge.v21.n.esp2.2017.10174>. ISSN: 1519-9029.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016, 229.

BASTOS, M. G. A. (2002). **Diagnóstico das necessidades educacionais especiais**: Evolução e novas tendências. In R. P. Magalhães (Org.), Reflexões sobre a diferença (pp. 86-99). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. Constituição da República Federativa do Brasil. (1988).

BATISTA, L. A; CARDOSO, M. D. de O. Educação Inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 44, 17 de novembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/educacao-inclusiva-desafios-e-percepcoes-nacontemporaneidade>.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação** - uma introdução à teoria e aos métodos. Tradução: Marie João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Portugal: Porto Editora, 1994.

BORGES, A. A. P. (2015). **De anormais a excepcionais**: História de um conceito e de práticas inovadoras em educação especial. Curitiba: CRV.

BORGES, A.A.P. & CAMPOS, R.H.F. A escolarização de alunos com deficiência em minas gerais: das classes especiais à educação inclusiva **Revista Brasileira**. Ed. Esp., Marília, v.24, Edição Especial, p.69-84, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. – Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. BRASILIA 2013, p. 300.

BRIDI, F. R. de S. **Deficiência Mental**: Possíveis leituras a partir dos manuais diagnósticos. UFSM 36ª Reunião Nacional da ANPEd – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira**: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: Educ, 1993.

CARDOSO, O. e PENIN, S. T. S. **Sala de aula como campo de pesquisa**: aproximações e a utilização de equipamentos digitais. Universidade de São Paulo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.35, n.1, p. 113-128, jan./abr. 2009 113.

CELLARD, A. **Análise Documental**. In: A Pesquisa Qualitativa – Enfoques Epistemológicos e metodológicos. Vários Autores. Tradução: Ana Cristina Nasser. 3. RJ: ed. Petrópolis; Vozes, 2012. p. 295-316.

CHUNG, K. K. H.; TAM, Y. H. Effects of cognitive-based instruction on mathematical problem solving by learners with mild intellectual disabilities. Journal of Intellectual and Developmental Disability, v.30, n.4, p.207-216, 2005 conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação.

DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Interviews in qualitative research Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR. Enfermagem, 13(2), 30-36.

FLICK, U. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.

FONTOURA, G. P.; SARDAGNA, H.V. Concepções acerca do laudo médico no processo de escolarização **Revista Educação Especial** | v. 34 | 2021 –Santa Maria Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>

GARGHETTI, F. C. MEDEIROS; J. G.; NUERNBERG, A. H. **Breve História Da Deficiência Intelectual**. In: Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID), 10, Julio, 2013, 101-116. Disponível em: <http://www.revistareid.net/revista/n10/REID10art6.pdf>. Acesso em 03 mar. 2015.

GASPARIN, J. L. **Aprender, Desaprender, Reaprender**. 2005. Texto digitalizado.

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. 2010.

GIBIS, G. **Análise de dados qualitativos**. Artmed Editora. 2008.

GODOY, A. S. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, SP, v.26, n.2, 1995.

GREERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1999.

KRIPKA, R.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. **Pesquisa documental**: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. Atas CIAIQ2015.

Investigação Qualitativa em Educação/Investigación Cualitativa en Educación, v. 2, p. 243-247.

LACAVA, Bruna. (2018) . **O que é deficiência intelectual? Como é feito o diagnóstico de deficiência intelectual? Causas e tratamentos.** Neorologista na Clínica em Joenvile –SC. <https://www.neurologica.com.br/blog/deficiencia-intelectual-diagnostico-e-opcoes-de-tratamento/>

LAVILLE e DIONE. **A construção do conhecimento.** Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Editora UFMG. 1999.

LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Conteúdo: Leis de diretrizes e bases da educação nacional – Lei no 9.394/1996 – Lei no 4.024/1961. ISBN: 978-85-7018-787-1
1. Educação, legislação, Brasil. 2. Educação e Estado, Brasil. 3. Política educacional, Brasil

LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Conteúdo: Leis de diretrizes e bases da educação nacional – Lei no 9.394/1996 – Lei no 4.024/1961. Lei 9394/96; MEC; Brasília, 1996.

LEI Lei Brasileira da Inclusão: Das pessoas com deficiência: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). cap. IV. art. 27. P. 12

LEI Nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.

LEITE, S. A. S.; KAGER, S. **Efeitos aversivos das práticas de avaliação da aprendizagem escolar.** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, vol.17, n. 62, p. 109-134, jan./mar. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext.

LIMA, M.F. C. PLETSCHE, M. D. Escolarização de alunos com deficiência intelectual sob vigência da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional. Araraquara**, v. 22, n. esp. 2, p. 872-889. 2018.

LIMA, S. R.; MENDES, E. G. Escolarização da Pessoa com Deficiência Intelectual: Terminalidade específica e expectativas familiares **Revista. Brasileira.** Ed. Esp., Marília, v.17, n.2, p.195-208, Mai.-Ago., 2011

LÜDKE, M & ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: EPU, pp. 25-44, 1986.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico.** 1ª edição. São PAULO. Cortez. 2011.

LUNT, I. **A prática da avaliação.** In: DANIELS, H. (Org.). Vygotsky em foco: pressupostos e desdobramentos. Papirus, 1995.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, H. **Censo aponta que escolas públicas ainda têm deficiências de infraestrutura**. Agência Brasil. Brasília. Publicado em 31/01/2018 - 18:40. Por Helena Martins - Repórter da Agência Brasil / Brasília. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-01/censo-aponta-que-escolas-publicas-ainda-tem-deficiencias-de-infraestrutura>

MARTINS, S. O.; LEITE, L. P. **As contribuições da Educação Especial para promoção da educação inclusiva nas normativas brasileiras**. Psicologia, Conocimiento y Sociedad, v. 4, n. 2, 2014.

MILANEZ, S. C. M, OLIVEIRA, A. A. S. de; MISQUIATTI, A. R. N. **Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento**. São Paulo. Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.

MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Decreto nº 6.571/2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Brasília, DF, 2008. Da educação inclusiva. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm

MOSCARDINI, S. F. **Escolarização de alunos com deficiência intelectual em classes comuns e em salas de recursos multifuncionais**. ARARAQUARA – SP 2011

OLIVEIRA, A. A. S. **Representações sociais sobre educação especial e deficiência: o ponto de vista de alunos deficientes e professores especializados**. 2002. 318 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2002.

OLIVEIRA, A. A. S. Avaliação da aprendizagem e deficiência intelectual na perspectiva de professores do ensino comum. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 13, n. 40, p. 851-871, set./dez. 2013.

OLIVEIRA, A. A. S. de. **Atendimento Educacional Especializado: Nova Proposta? Velhos Problemas** In: MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia. (orgs.) **Inclusão Escolar e Educação Especial no Brasil: Entre o Instituído e o Instituinte**.^{1ª} ed. Marília : ABPEE, 2016, v.I, 378p.

OLIVEIRA, A. A. S. **Estratégias para o ensino inclusivo na área da deficiência intelectual**: alguns apontamentos. In: MARQUEZINE, M.C.; MANZINI, E.J.; BUSTO,

R.M.; TANAKA, E.D.O.; FUJISAWA, D.S. (Org.). Políticas públicas de formação de recursos humanos em educação especial. Londrina: ABPEE, p.69-82, 2009.

OLIVEIRA, A. A. S. **Um diálogo esquecido: a vez e a voz de adolescentes com deficiência.** Londrina: Práxis, 2007.

OLIVEIRA, A. A. S.; A ação avaliativa na área da deficiência intelectual: entre improvisos e incertezas. **Revista Educação Especial** | v. 31 | n. 63 | p. 981-994 | out./dez. 2018. Santa Maria. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>

OLIVEIRA, A. A. S.; CAMPOS, T. E. **Avaliação em educação especial:** o ponto de vista do professor de alunos com deficiência. Estudos em Avaliação Educacional, v.16, n. 31, p. 51-77, jan./jun. 2005.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotski Aprendizagem e Desenvolvimento** – Um processo sócio-histórico. São Paulo, Scipione, 2010.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

PESSOTTI, . 1933 - 2569d, **Deficiência mental da superstição à ciência** / Isaías, Pessotti. - São Paulo T. A. Queiroz Ed. Da Universidade de São Paulo, 1984.

PIMENTA, T, 2017 <https://aaidd.org/intellectual-disability>
<https://www.neurologica.com.br/blog/deficiencia-intellectual-diagnostico-e-opcoes-de-tratamento/>

RAPHAEL, H.S. **Avaliação escolar:** em busca de sua compreensão. São Paulo: Brasiliense, 1998.

REIS, R. L. dos. e ROSS, P.R. A inclusão do aluno com deficiência intelectual no Ensino Regular.

REY, F. G. **Pesquisa qualitativa e subjetividade:** Os processos de construção da informação. São Paulo, SP: Pioneira Thompson Learning, 2005.

RODRIGUES, L. 2019 <https://institutoitard.com.br/avaliacao-inclusiva-como-avaliar-um-aluno-com-deficiencia-ou-dificuldades-de-aprendizagem/> Profa. Júlia Silveira Matos Extraído de: http://xa.yimg.com/kq/groups/24628487/411786731/name/An%C3%A1lise_documental.pp

ROSA, M. V. F. P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: Mecanismos para a validação dos resultados.** Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008.

SANTOS, T. C. C. dos, MARTINS, L.de A. R. Práticas de Professores Frente ao Aluno com Deficiência Intelectual em Classe Regular **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 21, n. 3, p. 395-408, Jul.-Set., 2015.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem na área da deficiência intelectual. Elaborado por Anna Augusta Sampaio de Oliveira. São Paulo, 2008.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, São Leopoldo**, RS, Ano 1, n.1, Jul., 2009. Série Pesquisa v. 1- 3ª Edição. Editora Ltda. Brasília.

SILVA, L. S., OLIVEIRA, G. S. e SALGE E. H. C. N. Entrevista na Pesquisa em Educação de Abordagem Qualitativa: Algumas Considerações Teóricas e Práticas. Artigo Original. **Revista Prisma**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 110-122, 2021

SILVA, R. M. S. FREITAS, M. C. **O tema avaliação escolar na escolarização de crianças com deficiência intelectual** V Congresso de Educação. Centro Cultural Ruth Rocha.2020

TARTUCI, D., FLORES, M.M.L.; BERGAMASCHI, E. M. M. B. e DEUS; D.C. M. Avaliação e o atendimento educacional especializado. *Póiesis Pedagógica*, Catalão-GO, v.12, n.1, p. 67-93, jan/jun. 2014

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TURA, M. de L. R. A observação do cotidiano escolar. Faculdade de Educação do Rio de Janeiro, (UERJ) 2003. PÁG. 183 – 205.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1994. Editora, 1999.

VALENTIM, F. O. D. **Inclusão de alunos com deficiência intelectual**: considerações sobre avaliação. 2011.

VALENTIM, F. O. D.; OLIVEIRA, A. A. S. Avaliação da aprendizagem e deficiência intelectual na perspectiva de professores do ensino comum. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 13, n. 40, p. 851-871, set./dez. 2013.

VASCONCELLOS, C. **Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar**. 15. Ed. São Paulo: Libertad, 2005.

VELTRONE, A. A.; MENDES, E. G. Impacto da mudança de nomenclatura de deficiência mental para deficiência intelectual. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 448-450, jul./dez. 2012.

VIEIRA, V. M. O. Portfólio: Uma proposta de avaliação como reconstrução do processo de aprendizagem. In: **Revista: Psicologia Escolar e Educacional**. 2002.

VIGOTSKI, L.S. Obras Completas – Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia. / Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). — Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022.

ANEXOS

ANEXO A

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DO
DESENVOLVIMENTO DO ESTUDANTE ALUNO RAE**

Relatório de avaliação da aprendizagem e desenvolvimento do estudante (Estudante com Deficiência Intelectual, Transtorno do Espectro Autista, Síndrome de Down, e/ou com Deficiência Múltipla, com Paralisia Cerebral, se associadas à Deficiência Intelectual) Anual (x) ano: 2022		
1 - Dados gerais		
CRE: Regional de Educação	GOIÁS	
Unidade Escolar: Em uma escola pública estadual do Centro Oeste		
Nome do(a) estudante: Rael		
Data de Nascimento:	Sexo: M (x) F ()	
Pai:	Mãe:	
Responsável: os pais		
Série/Ano: 7º	Turma: C	Turno: Vespertino
Necessidade Educacional Especial: CID 10 K 99.2		
Coordenador(a) Pedagógico(a):	Profissional de Apoio: Silvia Orthof	

2 - Dados relevantes sobre o(a) estudante:

O aluno é portador da Síndrome do X Frágil, convive com os pais, faz acompanhamento médico e uso de medicamentos.

3 - Registro de informações relevantes sobre a aprendizagem, o desenvolvimento, habilidades e competências construídas pelo estudante por área de desenvolvimento:

Percepção: Possui uma boa percepção dos acontecimentos ao seu redor, mas não assimila as informações e conteúdo.

Atenção e Concentração: Apresenta dificuldades, qualquer barulho ou movimento na sala de aula o leva à dispersão.

Memória/Abstração/Generalização: Possui memória fragmentada, não retém as informações antigas, somente as de curto prazo, não interpreta com clareza de pensamento.

Criatividade: Apresenta criatividade trabalhando com as cores nas atividades de colorir.

Raciocínio Lógico: Apresenta muitas dificuldades em assimilar e resolver situações-problema.

Aspectos Psicomotores: Está pouco desenvolvido, o equilíbrio corporal é comprometido, pois não apresenta muita firmeza nas pernas, não gosta de participar de atividades físicas.

4 - Habilidades adaptativas

Comunicação: Apresenta alterações na fala e na linguagem, não consegue elaborar frases, a fala é rápida, em ritmo desordenado e com dificuldades.

Autocuidado: Possui bons hábitos de higiene, é sempre limpo e apresentável e cuida bem dos materiais escolares.

Autonomia/Independência: Está em desenvolvimento, pois necessita de auxílio e mediação para concluir qualquer atividade proposta.

Habilidades Sociais: Não consegue ser sociável e não aceita aproximação de pessoas que não sejam do seu convívio.

5 - Habilidades acadêmicas: (Registrar por Componente Curricular conforme Matriz Curricular da Unidade Educacional)

Linguagens: Apresenta muita dificuldade na leitura e na escrita. Reconhece somente as vogais.

Matemática: Reconhece os numerais de 0 a 10, as formas geométricas e não resolve situações-problema.

Ciências da Natureza: Compreende o meio em que vive as mudanças no tempo.

Ciências Humanas: Reconhece o espaço onde vive, reconhece as transformações, porém não compreende, são necessárias explicações e ajuda do profissional de apoio.

6 - Parecer do conselho de classe

O parecer dos professores foi favorável à aprovação do aluno.

Professor regente _____

Coordenador(a) Pedagógico(a) _____

Diretor(a) da Unidade Educacional _____

Local: _____ Data 12/12/2022

ANEXO B

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DO ESTUDANTE (estudante com deficiência intelectual, transtorno do espectro autista, síndrome de Down, e/ou com deficiência múltipla, com paralisia cerebral, se asⁱ sociadas a deficiência intelectual) ANUAL (X) ANO: 2022		
1 - DADOS GERAIS		
CRE: COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO – GOIÁS – BRASIL		
Nome do(a) Estudante: RAEL		
Data de Nascimento: Sexo: M (X) F ()		
Pai:		Mãe:
Responsável: OS PAIS		
Série/Ano: 7º	Turma: C	Turno: VESPERTINO
Necessidade Educacional Especial: CID 10 K 99.2		
Coordenador(a) Pedagógico(a): _____		Profissional de Apoio: SILVIA ORTHOF

2- DADOS RELEVANTES SOBRE O(A) ESTUDANTE:

O aluno é portador da Síndrome do X-Frágil, convive com os pais, faz acompanhamento médico e uso de medicamentos.

3- REGISTRO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A APRENDIZAGEM, O DESENVOLVIMENTO, HABILIDADES E COMPETÊNCIAS CONSTRUÍDAS PELO ESTUDANTE POR ÁREA DE DESENVOLVIMENTO:

Percepção: Possui uma boa percepção dos acontecimentos ao seu redor, mas não assimila as informações e conteúdo.

Atenção e Concentração: Apresenta dificuldades, qualquer barulho ou movimento na sala de aula o leva a dispersão.

Memória/Abstração/Generalização: Possui memória fragmentada, não retém as informações antigas somente as de curto prazo, não interpreta com clareza de pensamento.

Criatividade: Apresenta criatividade trabalhando com as cores, nas atividades de colorir.

Raciocínio Lógico: Apresenta muitas dificuldades em assimilar e resolver situações-problema.

Aspectos Psicomotores: Está pouco desenvolvido, o equilíbrio corporal é comprometido pois não apresenta muita firmeza nas pernas, não gosta de participar de atividades físicas.

4 - HABILIDADES ADAPTATIVAS

Comunicação: Apresenta alterações na fala e na linguagem, não consegue elaborar frases, sendo que a fala é rápida em ritmo desordenado e com dificuldades.

Autocuidado: Possui bons hábitos de higiene, é sempre limpo e apresentável e cuida bem dos materiais escolares.

Autonomia/Independência: Está em desenvolvimento, pois necessita de auxílio e mediação para concluir qualquer atividade proposta.

Habilidades Sociais: Não consegue ser sociável e não aceita aproximação de pessoas que não sejam do seu convívio.

5- HABILIDADES ACADÊMICAS: (registrar por Componente Curricular conforme Matriz Curricular da Unidade Educacional)

Linguagens: Apresenta muita dificuldade na leitura e na escrita. Reconhece somente as vogais.

Matemática: Reconhece os numerais de 0 a 10, as formas geométricas e não resolve situações-problema.

Ciências da Natureza: Compreende o meio em que vive as mudanças no tempo.

Ciências Humanas: Reconhece o espaço onde vive, reconhece as transformações, porém não compreende são necessárias as explicações e ajuda do profissional de apoio.

6- PARECER DO CONSELHO DE CLASSE

O parecer dos professores foi favorável à aprovação do aluno.

Professor regente _____

ANEXO C

DIÁRIO DE REGISTRO – PROFESSOR REGENTE

Unidade Educacional:

Estudante: GAEL Ano/série: 7º ANO C_

PROFESSOR REGENTE: MACHADO DE ASSIS

OS ESTUDANTES RECEBEM ATIVIDADES ADAPTADAS, RESPEITANDO AS SUAS ESPECIFICIDADES, EM SUA DISCIPLINA?

() SIM () NÃO (X) RARAMENTE

DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES
Habilidades Sociais: Sabe expressar seus sentimentos através de palavras, e gestos, apresenta condutas normais perante as atividades escolares.
Autocuidado: O aluno apresenta cuidados com seus materiais, demonstra cuidados higiênico com o corpo, e ajuda a cuidar do ambiente em sala, bem como da escola no real.

Autonomia/Independência: Demonstra alguma dificuldade diante de determinadas atividades, sendo necessário a mediação do professor de apoio. Em outras atividades, mais simples é capaz de resolver sozinho.
Linguagem/comunicação: É capaz de se comunicar bem, as vezes demonstra ser um pouco inquieto durante suas falas.
Dificuldades Observadas: Problemas ao compreender um texto para escrever sobre o mesmo, durante as atividades.

HABILIDADES ACADÊMICAS
Leitura e interpretação de texto: se faz necessário o acompanhamento de uma professora de apoio, para auxiliar durante a interpretação do texto lido para melhor compreensão do conteúdo.
Dificuldades Observadas: Apresenta dificuldades para interpretar o que foi lido e formular a resposta escrita. a ortografia também é falha, escreve palavras de acordo com que fala.

Professor regente _____

Coordenador(a) Pedagógico (a) _____

Diretor(a) da Unidade Educacional _____

Local: _____ Data: 12/12/2022

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE ANUÊNCIA DESTINADO À COORDENADORA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE ANUÊNCIA

A Coordenadoria Regional de Educação, na pessoa da coordenadora está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “AVALIAÇÃO ESCOLAR DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DO CENTRO OESTE”, coordenado pela pesquisadora Simone Aparecida Borges de Araújo, desenvolvido na Universidade Federal de Catalão (UFCAT), no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDUC).

Assumindo o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da observação participativa e da coleta de dados durante os meses de outubro de 2021 até dezembro de 2022.

Estamos cientes de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeiro o compromisso da pesquisadora responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa.

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “AVALIAÇÃO ESCOLA ESTADUAL DO CENTRO OESTE, sob a coordenação e a responsabilidade do (a) Prof. (a). Dr.(a) Maria Marta Lopes Flores, do Departamento de Pós-Graduação em Educação - PPGEDUC da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), o qual terá o apoio desta Instituição.

_____, _____ de _____ de 2021.

COORDENADORA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

APÊNDICE B
TERMO DE ANUÊNCIA DESTINADO À DIRETORA ESCOLAR

TERMO DE ANUÊNCIA

O Colégio Estadual, na pessoa da diretora, está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “AVALIAÇÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DO CENTRO OESTE”, coordenado pela pesquisadora Simone Aparecida Borges de Araújo, desenvolvido na Universidade Federal de Catalão, no Programa de Pós-Graduação em Educação.

Assumindo o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da observação participativa e do acesso aos dados durante os meses de outubro de 2021 até dezembro de 2022.

Estamos cientes de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e reivindico o compromisso da pesquisadora responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa.

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “AVALIAÇÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DO CENTRO OESTE”, sob a coordenação e a responsabilidade do (a) Prof. (a). Dr.(a) Maria Marta Lopes Flores, do Departamento de Pós-Graduação em Educação - PPGEDUC da Universidade Federal de Catalão, o qual terá o apoio desta Instituição.

_____, _____ de _____ de 2021.

DIRETORA
(Carimbo)

APÊNDICE C
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIMENTO
PROFESSORES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Venho através deste termo convidar o Senhor (a) a participar voluntariamente da pesquisa intitulada “AVALIAÇÃO ESCOLAR DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DO CENTRO OESTE”. Sou aluna do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Catalão, meu nome é Simone Aparecida Borges de Araújo, pesquisadora responsável pelo contexto, e minha linha de pesquisa está na área de estudo “Formação de professores, práticas pedagógicas e Inclusão”. Caso aceite fazer parte desta pesquisa, peço a gentileza de assinar as duas vias correspondentes a este termo, uma ficará com você e a outra com a pesquisadora. Você não é obrigado (a) a aceitar participar desta pesquisa, mas caso queira colaborar, serão de relevante contribuição suas ideias e opinião sobre esse tema. Em caso de aceite na participação, você pode esclarecer todas as dúvidas diretamente com a pesquisadora ou por telefone, a qualquer momento, assim como pelo e-mail, que seguem abaixo: (64) 99984-5134, e-mail: sissacida@gmail.com.

Algumas considerações sobre a pesquisa:

Título: “AVALIAÇÃO ESCOLAR DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DO CENTRO OESTE”

A pesquisa será realizada em um colégio da rede estadual, localizado na cidade de Catalão, Goiás. Os participantes desta pesquisa serão: a professora do AEE, as professoras de apoio que atuam na escola, os professores regentes que atuam em salas de aulas onde existem alunos com deficiência intelectual, os alunos matriculados em salas regulares, com necessidades educativas especiais, cujos laudos caracterizam deficiência intelectual (D.I.). Estes, porém, matriculados também no AEE, no qual desenvolvem atividades extras, na Sala de Recursos Multifuncional, em turnos diferentes.

A pesquisa tem como objetivo avaliar como tem ocorrido a avaliação escolar dos alunos com D.I. e sua escolarização no ambiente da escola inclusiva. Para isso serão utilizados procedimentos que auxiliem nesse processo.

A participação nesta pesquisa **não** traz complicações legais. Sua identidade será mantida em sigilo, seu nome será substituído por um codinome, os procedimentos

adotados nesta pesquisa obedecem aos critérios legais. Nenhum dos mecanismos usados oferece riscos à dignidade do participante.

Todas as informações adquiridas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e a orientadora terão conhecimento dos dados, que depois de lidos e analisados, serão transcritos e servirão de base para o trabalho de dissertação da pesquisadora.

Ao participar desta pesquisa, o Sr./a Sra. não terá nenhum benefício lucrativo direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre como acontece a avaliação escolar com pessoas com D.I. e a escolarização no ambiente da inclusão escolar. Esperamos que dessa forma o conhecimento, que será construído a partir desta pesquisa, possa contribuir para que os professores tenham subsídios para desenvolver atividades que auxiliem os alunos a se capacitarem, fazendo uso de suas potencialidades. E o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.

Você tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem penalizantes.

Após esses esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para permitir sua participação nesta pesquisa. Portanto, preencha os itens que seguem.

Atenciosamente,

Simone Aparecida Borges de Araújo

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu,, inscrito(a) sob o RG/ CPF/ nº, concordo em participar do estudo intitulado “AVALIAÇÃO ESCOLAR DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DO CENTRO OESTE”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui claramente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora responsável, Simone Aparecida Borges de Araújo, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. É garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

APÊNDICE D
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES DE APOIO À INCLUSÃO

Serviço Público Federal
Universidade Federal de Catalão
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Av. Lamartine P. Avelar, 1.120. Setor Universitário – Catalão (GO) CEP: 75704 020
Fone: (64) 3441-5366. E-mail: ppgeduc.ufg@gmail.com

Prévia sobre a pesquisa

Sabemos que a problemática sobre a avaliação escolar de pessoas com D.I., bem como sua escolarização, percorrem um caminho que, ao longo do tempo, vem sofrendo transformações, e o interesse nessa proposta é fazer com que os envolvidos diretamente neste contexto utilizem as ideias encontradas ao longo da pesquisa como forma de subsídio para seu trabalho futuro.

Problema da pesquisa: COMO TEM OCORRIDO A AVALIAÇÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, BEM COMO SUA ESCOLARIZAÇÃO NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA REGULAR? Para esse estudo, propomos como objetivo geral analisar e discutir como se dá o processo de avaliação escolar, ao considerar a escolarização dos alunos com deficiência intelectual.

Dessa forma, procuramos compreender o que os professores regentes, professores de apoio à inclusão, e do AEE pensam sobre a avaliação escolar de pessoas com deficiência intelectual e sua escolarização, de acordo com suas experiências, bem como seus conhecimentos acadêmicos, adquiridos através de suas formações, e através dos estudos sobre as leis que amparam os alunos com deficiência intelectual seguindo as Diretrizes Nacional de Educação na Educação Básica.

Esclarecemos, ainda, que sua participação em toda a entrevista será gravada e, posteriormente, transcrita em forma de relatórios, sendo subsídio para esta pesquisa, podendo ser interrompida e anulada quando o entrevistado desejar. Salientamos, ainda, que não é de nosso interesse divulgar qualquer informação sobre dados pessoais dos entrevistados, garantindo a preservação de sua identidade.

Atenciosamente,

Simone Aparecida Borges de Araújo

Início da entrevista - Professor de Apoio à Inclusão

BLOCO I - Conhecendo os personagens

1. Nome completo do (a) professor de apoio à inclusão (a)?
2. Qual sua formação? Tem alguma especialização na área da Inclusão? Qual? (is)
3. Há quanto tempo atua na Educação? E na Inclusão?
4. Qual o total de alunos público-alvo da educação especial é atendido por você?
5. Desses alunos, quantos alunos com Deficiência Intelectual (D.I.)?

Bloco II - Concepções sobre a Inclusão e a escolarização de pessoas com deficiência intelectual

- 6 - De acordo com estudiosos, há diversos tipos de deficiências físicas ou mentais, que podem causar limitações nas pessoas. Como você define D.I. no contexto escolar?
- 7 - Dentro da realidade escolar na qual você está inserido (a), o que realmente importa na aprendizagem do aluno com D.I.?
- 8- Qual o papel da Educação Inclusiva, na escola regular, dentro de suas concepções?
- 9 - No atual cenário da inclusão, quando o aluno com D.I. precisa da escola especializada? E por quê? Explique.
- 10- Como você percebe a inclusão de adolescentes com D.I. na rede regular de ensino fundamental?

Bloco III - O aluno

- 11- Narre experiências sobre os alunos que você acompanha, falando de suas limitações, capacidades. Importante citar nomes, idades e a série de cada um.
- 12- De acordo com sua experiência como professora de apoio à inclusão, como se dá o processo de escolarização para alunos com D.I.?
- 13- Quais as potencialidades e limitações você vê nesses alunos com D.I.?
- 14- Quais recursos você considera importante para trabalhar com o aluno com D.I.?
Especifique.

- 15- Como se dá o relacionamento entre você e os outros os professores em relação aos alunos com deficiência intelectual?

Bloco IV - Concepções sobre as atividades e as avaliações de pessoas com D.I.

- 16- Como as atividades são planejadas? Você recebe ajuda de alguém (Professora do AEE, Coordenadora Pedagógica)? Como é essa ajuda?
- 17- Os alunos com D.I. precisam de ajuda para desenvolver as atividades? Como essa ajuda é realizada?
- 18- E as atividades avaliativas, são adaptadas? Como são planejadas?
- 19- Como é o processo para realização das atividades avaliativas? São realizadas na sala comum ou em outra sala? Você auxilia? Como é esse processo?
- 20- O que é necessário considerar para que haja uma avaliação escolar justa para as pessoas com D.I., tendo a escolarização como ponto principal?
- 21- A avaliação escolar de pessoas com D.I., no seu ponto de vista, é capaz de proporcionar um quantitativo de aprendizagem, para que você promova ou não esse aluno para a série seguinte? Explique.
- 22- O que você, enquanto professor de apoio à inclusão, considera ser de grande importância no processo avaliativo de pessoas com deficiência intelectual?
- 23- Você consegue fazer as adaptações curriculares necessárias para esse aluno? Como isso é feito?

Bloco V - Função da escola

- 24 - O que falta nas escolas regulares para que o atendimento aos alunos público-alvo da educação especial seja eficaz? E para que seja um atendimento com a qualidade necessária para que haja ensino-aprendizagem?
- 25 Há fatores que dificultam o seu trabalho com os alunos com D.I.? Se sim, quais?
- 26 Você acredita que a pessoa com D.I. possa ser independente no contexto da atual sociedade? Explique.

Obrigada

APÊNDICE E
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSOR DE ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

Serviço Público Federal
Universidade Federal de Catalão
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Av. Lamartine P. Avelar, 1.120. Setor Universitário – Catalão (GO) CEP: 75704 020
Fone: (64) 3441-5366. E-mail: ppgeduc.ufg@gmail.com

Prévia sobre a pesquisa

Sabemos que a problemática sobre a avaliação escolar de pessoas com D.I., bem como sua escolarização, percorrem um caminho que, ao longo do tempo, vem sofrendo transformações, e o interesse nessa proposta é fazer com que os envolvidos diretamente neste contexto utilizem as ideias encontradas ao longo da pesquisa como forma de subsídio para seu trabalho futuro.

Dessa forma, procuramos compreender o que os professores de apoio e do AEE pensam sobre a avaliação escolar de pessoas com deficiência intelectual e sua escolarização, por entender que esses professores lidam diretamente com os interesses e necessidades desses alunos, com propriedade e conhecimento de causa, de forma a serem indispensáveis nessa pesquisa.

Esclarecemos, ainda, que sua participação em toda a entrevista será gravada e, posteriormente, transcrita em forma de relatórios, sendo subsídio para esta pesquisa, podendo ser interrompida e anulada quando o entrevistado desejar. Salientamos, ainda, que não é de nosso interesse divulgar qualquer informação sobre dados pessoais dos entrevistados, garantindo a preservação de sua identidade.

Atenciosamente,
Simone Aparecida Borges de Araújo

Início da entrevista - Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE)

1. Qual seu nome completo?
2. Qual sua formação?

3. Tem alguma especialização na área da Inclusão? Qual(is)?
4. Há quanto tempo atua na Educação?
5. Qual sua função na escola?
6. Quais as atribuições do coordenador/professor do AEE?
7. Como você define Deficiência Intelectual (D.I.)?
8. Em sua opinião, para que serve a Educação?
9. O que é Educação Inclusiva dentro de suas concepções?
10. Em sua opinião, o que realmente importa na aprendizagem do aluno com D.I.?
11. Como você percebe a inclusão de adolescentes com D.I. na rede regular de ensino?
12. Quando o aluno com D.I. precisa da escola especializada? Explique.
13. Como se dá o processo de escolarização para alunos com D.I.?
14. Em sua opinião, o que realmente importa na aprendizagem do aluno com D.I.?
15. O que falta nas escolas para um atendimento eficaz e de qualidade?
16. Como você, enquanto professora do AEE, auxilia as professoras de apoio à inclusão?
17. Quais atividades são realizadas na Sala de Recurso Multifuncional (SRM), pela professora do AEE, possibilitando um maior desenvolvimento nos alunos com D.I.?
18. Qual o papel da professora do AEE na escolarização desses alunos com D.I.?
19. Existem fatores que dificultaram o seu trabalho com os alunos com D.I.? Se sim, quais?
20. Como se dá o relacionamento entre você e os outros os professores em relação aos alunos com D.I.?
21. O que você, enquanto professor do AEE, considera ser de grande importância no processo avaliativo de pessoas com D.I.?
22. Quais as possibilidades que você vê nesses alunos com D.I., em relação à escolarização?
23. Qual a função da professora do AEE em relação à elaboração e realização das atividades avaliativas dos alunos com D.I.?
24. O que é necessário considerar para que haja uma avaliação escolar justa para os alunos com D.I., tendo a escolarização como ponto principal?

A avaliação escolar de pessoas com D.I., no seu ponto de vista, é capaz de proporcionar um quantitativo de aprendizagem para que este aluno seja promovido ou não? Explique

25. Você acredita que a pessoa com D.I. possa ser independente no contexto da atual sociedade em que vivemos? Explique.

Obrigada

APÊNDICE F
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES REGENTES

Serviço Público Federal
Universidade Federal de Catalão
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Av. Lamartine P. Avelar, 1.120. Setor Universitário – Catalão (GO) CEP: 75704 020
Fone: (64) 3441-5366. E-mail: ppgeduc.ufg@gmail.com

Prévia sobre a pesquisa

Sabemos que a problemática sobre a avaliação escolar de pessoas com D.I., bem como sua escolarização, percorrem um caminho que, ao longo do tempo, vem sofrendo transformações, e o interesse nessa proposta é fazer com que os envolvidos diretamente neste contexto utilizem as ideias encontradas ao longo da pesquisa como forma de subsídio para seu trabalho futuro.

Problema da pesquisa: COMO TEM OCORRIDO A AVALIAÇÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL? Para esse estudo, propomos como objetivo geral analisar e discutir como se dá o processo de avaliação escolar, ao considerar a escolarização dos alunos com deficiência intelectual.

Dessa forma, procuramos compreender o que os professores regentes, professores de apoio à inclusão, e do AEE pensam sobre a avaliação escolar de pessoas com deficiência intelectual e sua escolarização, por entender que esse público lida diretamente com os interesses e necessidades desses alunos, com propriedade e conhecimento de causa, de forma a serem indispensáveis nessa pesquisa.

Esclarecemos, ainda, que sua participação em toda a entrevista será gravada e, posteriormente, transcrita em forma de relatórios, sendo subsídio para esta pesquisa, podendo ser interrompida e anulada quando o entrevistado desejar. Salientamos, ainda, que não é de nosso interesse divulgar qualquer informação sobre dados pessoais dos entrevistados, garantindo a preservação de sua identidade. Atenciosamente,

Simone Aparecida Borges de Araújo

Início da entrevista - Professor Regente

1. Qual seu nome completo?
2. Qual sua formação? Tem alguma especialização na área da Inclusão? Qual(is)?
3. Há quanto tempo atua na educação?
4. Enquanto professor regente, você ministra aulas para alunos público-alvo da educação especial? Se sim, relate suas experiências com esses alunos em suas aulas.
5. Você consegue perceber diferenças entre os alunos público-alvo da educação especial e os outros alunos? Quais? Explique quais estratégias você utiliza para que haja um aprendizado incluindo todos os alunos.
6. Você identifica alunos com deficiência intelectual (D.I.) nas salas de aula nas quais você atua? Como isso acontece? Quantos alunos? Favor especifique a série e a quantidade.
7. Como é realizado o planejamento de suas aulas, no que se refere aos alunos com D.I.? Existe um planejamento diferenciado?
8. De acordo com estudiosos, há diversos tipos de deficiências físicas ou mentais, que podem causar limitações nas pessoas. Como você define D.I. no contexto escolar?
9. Qual o papel da Educação Inclusiva, na escola regular, dentro de suas concepções?
10. Dentro da realidade escolar na qual você está inserido(a), o que realmente importa na aprendizagem do aluno com D.I.?
11. No contexto escolar, o que vem a ter uma maior relevância para os alunos com D.I., além de ler e escrever? Explique.
12. Como você percebe a inclusão de adolescentes com D.I. na rede regular de ensino fundamental?
13. No atual cenário da inclusão, quando o aluno com D.I. precisa da escola especializada? E por quê? Explique.
14. De acordo com suas experiências na educação, como se dá o processo de escolarização para alunos com D.I.?
15. O que falta nas escolas regulares para um atendimento eficaz para os alunos público-alvo da educação especial? E para que seja um atendimento com a qualidade necessária para que haja ensino-aprendizagem?
16. Os alunos com D.I. precisam de ajuda para desenvolver as atividades? Como essa ajuda é realizada?

17. As atividades avaliativas para os alunos com D.I. são planejadas por você? Se sim, como são planejadas? Se não, por quem são planejadas?
18. Como é o processo para realização das atividades gerais e em especial as atividades de avaliação dos alunos com D.I.?
19. Você consegue fazer as adaptações curriculares necessárias para atender os alunos com D.I.? Como isso é feito?
20. Existem fatores que dificultaram o seu trabalho com os alunos com D.I.? Se sim, quais?
21. Como se dá o relacionamento entre você e o professor de apoio à inclusão, em relação aos alunos com D.I.?
22. O que você, enquanto professor regente, considera ser de grande importância no processo avaliativo de pessoas com D.I.?
23. Quais as possibilidades que você vê nesses alunos com D.I. em relação à escolarização?
24. O que é necessário considerar para que haja uma avaliação escolar justa para os alunos com D.I. tendo a escolarização como ponto principal?
25. A avaliação escolar de pessoas com D.I., no seu ponto de vista, é capaz de proporcionar um quantitativo de aprendizagem para que este aluno seja promovido ou não para o ano seguinte? Explique.
26. Você acredita que o a pessoa com D.I. possa ser independente no contexto da atual sociedade em que vivemos?

Obrigada

APÊNDICE G

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO PARTICIPATIVA

De acordo com Tura (2003), a observação demonstra a abrangência que o pesquisador tem em relação às várias atividades, dentre elas o catalogar, expor e posicionar acerca dos episódios do dia a dia com intento substancial.

Nesse contexto, o pesquisador, em busca de obter informações sobre o objeto de pesquisa, realiza a observação participativa na escola lócus, para a obtenção de informações mais precisas. Entendemos que a complexa discussão sobre a avaliação escolar de pessoas com D.I., bem como sua escolarização, vêm, ao longo de décadas, sendo estudada e passa por mudanças que ora progridem, ora acontece um processo de retrocesso.

Devido à necessidade de estudos que comprovem os benefícios de uma avaliação escolar que se comprometa com a aprendizagem de pessoas com D.I., essa observação se faz necessária e é de grande auxílio para futuros professores da área da inclusão.

Sendo assim, a observação proporciona não apenas a compilação das informações, mas também o evidenciar de orientações atuais. Geertz (1999) deixa claro os dispositivos de investigação quando acontece a pesquisa de uma maneira mais objetiva.

Seguem as indicações para uma observação com alguns pontos a serem considerados, de acordo com os objetivos das pesquisas:

1. Observação da estrutura física;
2. Organização de serviços;
3. Práticas educativas e pedagógicas da escola para jovens com deficiência intelectual;
4. Localização da escola do local da pesquisa;
5. Estrutura espacial física: projeto arquitetônico, dimensão dos espaços comuns e multifuncionais, ventilação, iluminação, banheiros próximos ao quarto e acessíveis, equipamentos, móveis, ferramentas que atendem a esse público;
6. Dimensão do espaço físico: número de funcionários do setor público, alunos, professores, professores auxiliares, pedagogos especiais, limpeza, coordenação, chefia e pessoal administrativo;
7. Organização do atendimento:

Em sala comum, com professores orientadores e auxiliares: observar o comportamento deles em relação ao aluno e a comunicação entre os especialistas e o

aluno; em sala multifuncional, com professor do serviço de educação especializado: observar o comportamento e a interação de um profissional e um aluno e a oportunidade de interagir com os professores de enfermagem e de apoio;

8. Materiais didáticos para salas de aula gerais e polivalentes;

9. Práticas educativas: a escola é coerente com os objetivos sociais, políticos e ideológicos de inclusão de alunos com deficiência intelectual;

10. Práticas pedagógicas: a escola oferece o planejamento e sistematização dos processos de aprendizagem e dinâmicas complementares para garantir o ensino dos conteúdos e atividades necessárias para alcançar condições importantes para a aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual. Experiências expressivas;

11. Atividades na sala de recursos multifuncionais e espaços comuns: essas atividades são adaptadas? São compatíveis com outras atividades? Para fazê-lo estudar ou apenas para incluí-lo na sala? Essas ações são dirigidas ou manipuladas? Os alunos com deficiências de desenvolvimento realizam a atividade sozinhos? Isso afeta o que ele pode fazer? Ajuda ou prejudica? Que ferramentas, materiais ou recursos foram utilizados na mediação?

12. Este aluno participa integralmente de todas as atividades da sala de aula e da escola;

13. A família participa integralmente de todas as atividades em que se espera que este aluno participe;

14. A família apoia esse aluno a participar das atividades planejadas na escola;

15. A família se comunica com os professores.
